

relatório sobre o desenvolvimento mundial de

2012

VISÃO GERAL

IGUALDADE DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO



BANCO MUNDIAL

relatório sobre o desenvolvimento mundial de **2012**

*Igualdade de Gênero
e Desenvolvimento*

relatório sobre o desenvolvimento mundial de **2012**

Igualdade de Gênero e Desenvolvimento

Visão Geral



BANCO MUNDIAL
Washington, D.C.

© 2011 The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank
1818 H Street, NW
Washington D.C. 20433
Telephone: 202-473-1000
Internet www.worldbank.org

Todos os direitos reservados

1 2 3 4 14 13 12 11

Este documento é um resumo do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012. Ele foi produzido pelo pessoal do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial. As apurações, interpretações e conclusões expressas neste volume não refletem necessariamente a opinião dos Diretores Executivos do Banco Mundial nem dos governos dos países que representam.

O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados apresentados neste trabalho. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas em qualquer mapa deste trabalho não indicam nenhum julgamento do Banco Mundial sobre a situação legal de qualquer território, nem o endosso ou a aceitação de tais fronteiras.

Direitos e Permissões

O material desta publicação é protegido por direitos autorais. Sua reprodução e/ou transmissão, total ou parcial, sem permissão pode constituir violação das leis em vigor. O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial estimula a divulgação de seu trabalho e geralmente concede pronta permissão para sua reprodução parcial.

Para obter permissão para fazer fotocópias ou reimprimir parte deste trabalho, favor enviar uma solicitação com informações completas para: Copyright Clearance Center Inc., 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923, USA; telefone: 978-750-8400; fax: 978-750-4470; Internet: www.copyright.com.

Todas as outras consultas sobre direitos e licenças, inclusive direitos subsidiários, devem ser endereçadas a: Office of the Publisher, The World Bank, 1818 H Street, NW, Washington, DC 20433, USA; fax: 202-522-2422; e-mail: pubrights@worldbank.org.

Foto da capa: Arne Hoel, Banco Mundial

Créditos das fotos: Banco Mundial

Design da capa: Critical Stages

Desenho das figuras e infográficos: Design Symphony, Cymetrics, Harkness Design e Naylor Design

Sumário

<i>Prefácio</i>	<i>vii</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>ix</i>

Visão Geral

Por que a igualdade de gênero é importante para desenvolvimento?	2
O que este Relatório faz?	6
Onde tem havido mais progresso em igualdade de gênero?	8
Onde as desigualdades de gênero persistiram e por quê?	13
O que se pode fazer?	22
A economia política de reformas para a igualdade de gênero	35
Agenda global para maior igualdade de gênero	37

<i>Notas</i>	<i>39</i>
<i>Referências</i>	<i>40</i>

Prefácio

As vidas de meninas e mulheres mudaram radicalmente no último quarto de século. Hoje, há mais meninas e mulheres alfabetizadas do que nunca e em um terço dos países em desenvolvimento há mais meninas na escola do que meninos. As mulheres hoje representam mais de 40% da força de trabalho mundial. Além disso, as mulheres vivem mais do que os homens em todas as regiões do mundo. O ritmo da mudança tem sido surpreendente — na realidade, em muitos países em desenvolvimento essas mudanças têm sido mais rápidas do que as mudanças equivalentes nos países desenvolvidos: O que os Estados Unidos levaram 40 anos para alcançar em termos de aumento da taxa de matrícula das meninas, o Marrocos levou apenas uma década.

Em algumas áreas, entretanto, o progresso para alcançar a igualdade de gênero tem sido limitado — mesmo nos países desenvolvidos. As mulheres e meninas que são pobres, vivem em áreas remotas, são deficientes ou que pertencem a grupos minoritários continuam a ficar para trás. Um número excessivo de meninas e mulheres ainda está morrendo, respectivamente, na infância e na idade reprodutiva. As mulheres ainda ficam atrás em rendimentos e produtividade, e na força de suas vozes na sociedade. Em algumas áreas, tais como educação, existe hoje um hiato de gênero com relação a homens e meninos.

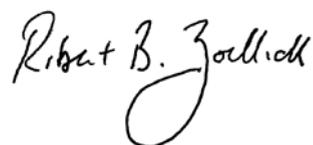
A mensagem principal deste *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento* é que esses padrões de progresso e persistência em igualdade de gênero são importantes, tanto para os resultados do desenvolvimento quanto para a formulação de políticas. Eles são importantes porque a igualdade de gênero é um objetivo essencial do desenvolvimento em seu próprio direito. Mas a maior igualdade de gênero também é a economia inteligente, aumentando a produtividade e melhorando outros resultados do desenvolvimento, incluindo perspectivas para a próxima geração e para a qualidade das políticas e instituições da sociedade. O desenvolvimento econômico não é suficiente para reduzir todas as disparidades de gênero — políticas corretivas que focam na persistência de hiatos de gênero são essenciais.

Este relatório indica quatro áreas prioritárias para o avanço da política. Primeiro, a redução dos hiatos de gênero em capital humano — especificamente aqueles que tratam da mortalidade feminina e a educação. Segundo, o preenchimento das lacunas de gênero em acesso às oportunidades econômicas, rendimento e produtividade. Terceiro, a redução das diferenças de gênero em voz e capacidade de decidir na sociedade. Quarto, a limitação da reprodução da desigualdade de gênero entre as gerações. Todas essas são áreas onde os rendimentos mais elevados por si só pouco contribuem para reduzir os hiatos de gênero, mas onde políticas focadas podem ter um impacto real.

As ações públicas precisam abordar os determinantes subjacentes de hiatos de gênero em cada área prioritária — em alguns casos, melhorando a prestação de serviços (especialmente para água limpa, saneamento e cuidado materno), em outros, enfrentando as restrições que se originam no funcionamento dos mercados e instituições para limitar o progresso (por exemplo, na redução de hiatos de gênero em rendimentos e produtividade).

Os parceiros no desenvolvimento podem complementar a ação pública. Em cada uma das quatro áreas prioritárias, os esforços necessitam de mais recursos financeiros (particularmente para dar suporte aos países mais pobres na sua abordagem relativa à mortalidade feminina e aos hiatos de gênero em educação); melhores dados desagregados quanto a gênero; mais experimentação e avaliação sistemática e parcerias mais amplas que incluam o setor privado, órgãos de desenvolvimento e organizações da sociedade civil.

A igualdade de gênero está no coração do desenvolvimento. É o objetivo de desenvolvimento correto e é política econômica inteligente. *O Relatório do Desenvolvimento 2012* pode ajudar tanto os países quanto os parceiros internacionais a refletirem e integrarem o foco na igualdade de gênero à tomada de decisão e programação do desenvolvimento.



Robert B. Zoellick
Presidente
Grupo Banco Mundial

Agradecimentos

Este Relatório foi preparado por uma equipe central liderada por Ana Revenga e Sudhir Shetty, e composta por Luis Benveniste, Aline Coudouel, Jishnu Das, Markus Goldstein, Ana María Muñoz Boudet e Carolina Sánchez-Paramo. A assistência da pesquisa foi fornecida por Rabia Ali, María Inés Berniell, Rita Costa, Nina Rosas e Lucía Solbes Castro. A avaliação qualitativa multinacional foi coordenada por Patti L. Petesch e Carolyn Turk. Contribuições valiosas foram feitas por Andre Croppenstedt, Malcolm Ehrenpreis, Rebekka Grun, Mary Hallward-Driemeier, Tazeen Hasan, Karla Hoff, Ghazala Mansuri, Claudio E. Montenegro e Bob Rijkers. Tazeen Hasan, Karla Hoff, Ghazala Mansuri, Claudio E. Montenegro e Bob Rijkers.

O Relatório do *Desenvolvimento Mundial 2012* é co-patrocinado pela Vice-Presidência de Economia do Desenvolvimento (DEC) e pela Vice-Presidência de Redução da Pobreza e Gestão Econômica (PREM). O trabalho foi realizado sob a orientação geral de Justin Yifu Lin na DEC e de Otaviano Canuto dos Santos Filho na PREM. Ann E. Harrison e a equipe da DEC e Mayra Buvinic e a equipe da PRMGE forneceram orientações e contribuições valiosas em vários estágios da produção deste relatório.

Um conselho consultivo formado por Bina Agarwal, Ragui Assad, Anne Case, Alison Evans, Raquel Fernandez, Naila Kabeer, Ravi Kanbur, Santiago Levy e Germano Mwabu forneceu excelente assessoramento. Comentários e contribuições valiosas foram fornecidos por Kathleen Beegle, Laura Chioda, Louise Cord, Maria Correia, Monica Das Gupta, Shantayanan Devarajan, Marianne Fay, Francisco H.G. Ferreira, Ariel Fiszbein, Indermit Gill, Alejandro Hoyos, Emmanuel Jimenez, Elizabeth King, Andrew Mason, William Maloney, Ambar Narayan, Pierella Paci, Tara Vishwanath e Michael Walton. Várias outras pessoas, dentro e fora do Banco Mundial, contribuíram com comentários e informações valiosas (seus nomes estão relacionados nas Notas Bibliográficas).

O Presidente do Banco Mundial, Robert B. Zoellick, e os Diretores-Gerentes Sri Mulyani Indrawati, Mahmoud Mohieldin e Ngozi Okonjo-Iweala forneceram orientações e assessoramento inestimáveis.

A equipe se beneficiou grandemente de muitas consultas, reuniões e workshops regionais realizados localmente e no país. Essas discussões incluíram formuladores de políticas, representantes da sociedade civil, acadêmicos e parceiros de desenvolvimento de África do Sul, Benin, Bolívia, Burkina Faso, Burundi, as nações do Caribe, Chile, Colômbia, Geórgia, Guatemala, Índia, Indonésia, Jordânia, Kuwait, Líbano, Mali, México, Marrocos, Panamá, Paraguai, a República Centro-Africana, República Dominicana, República Eslováquia, Quênia, Ruanda, Senegal, Sudão, Tailândia, Tanzânia, Togo, Turquia, Uganda, Uruguai, Vietnã, Zâmbia e Zimbábue. A equipe gostaria de reconhecer o apoio generoso do Governo da Noruega por meio do seu Ministério Real de Relações Exteriores, da Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação (SDC), a Agência Australiana de Desenvolvimento Internacional (AUSAID), a Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá (CIDA), o Governo da Suécia através do seu Ministério de Relações Exteriores, o Programa Conhecimento para a Mudança (KCP)

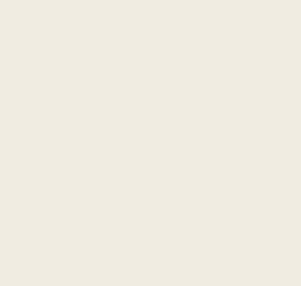
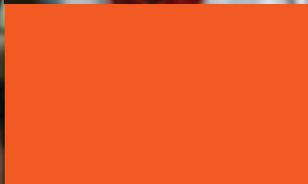
de vários doadores, a Fundação Nike, o Fundo Fiduciário Nórdico do Banco Mundial e o Fundo de Desenvolvimento do Programa da Iniciativa de Educação Acelerada; assim como o apoio em espécie da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A equipe deseja reconhecer o excelente apoio da equipe de produção do WDR composta por Rebecca Sugui, Cecile Wodon e Mihaela Stangu, e da equipe de gestão de recursos de Sonia Joseph e Evangeline Santo Domingo. Agradecemos também a Ivar Cederholm, Vivian Hon, Jimmy Olazo e Irina Sergeyeva pelo seu apoio constante. Outra assistência valiosa foi fornecida por Gytis Kanchas e Nacer Mohamed Megherbi. Vamsee Krishna Kanchi, Swati P. Mishra, Merrell Tuck-Primdahl e Roula Yazigi auxiliaram a equipe na parte de website e comunicações.

Bruce Ross-Larson foi o editor-chefe. O Grupo de Dados sobre o Desenvolvimento contribuiu para os dados anexos e foi responsável pelos Indicadores Seleccionados de Desenvolvimento Mundial. A Design Symphony contribuiu com o projeto.



Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento



Visão geral

Baruani está refletindo sobre como as vidas de homens e mulheres mudaram na última década em Ijuhanyondo — um povoado na Tanzânia. "Há 10 anos era terrível," lembra ela. "As mulheres eram muito atrasadas. Elas costumavam ficar somente em casa realizando tarefas domésticas. Mas agora elas ocupam cargos em empresas e na política." Outras têm opiniões parecidas. "Não dependemos tanto dos homens como dependíamos antes," disse Agnetha. "Temos nosso próprio dinheiro e isso nos ajuda a ser independentes deles e, até certo ponto, controlar nossas vidas." Além de administrar seus negócios, as mulheres agora representam metade da associação de bairro que administra o povoado.

Apesar dessas mudanças positivas, muitos desafios continuam a pesar sobre as vidas diárias das mulheres. Menos da metade das casas da aldeia têm água encanada. O que é ainda mais difícil, Tungise e outras mulheres do povoado ainda temem a violência de seus parceiros: "Quando eles estão bêbados, podem começar a bater nas mulheres e nos filhos. A pior parte é quando as forçam a ter relações sexuais." Embora legalmente as mulheres possam herdar terra ou uma casa, a tradição prevalece. "Sim, as mulheres podem herdar propriedade," diz Flora, a secretária executiva da associação de bairro. "Na verdade, no testamento o pai deveria deixar alguma coisa para cada filho, e hoje a lei é igualmente rigorosa. Mas ainda assim, os homens deixam herança para seus filhos homens e argumentam que as meninas terão a propriedade proveniente do casamento."

O Relatório da Comunidade Rural de Dodoma, de Definição de Gênero no Século XXI: Conversando com mulheres e homens em torno do mundo: Um Estudo Qualitativo Multinacional sobre Gênero e Escolha Econômica (Banco Mundial 2011a)

POR QUE A IGUALDADE DE GÊNERO É IMPORTANTE PARA DESENVOLVIMENTO?

A história do povoado Ijuhanyondo na Tanzânia reflete a evolução da igualdade de gênero no mundo inteiro nos últimos 25 anos. Embora muitas mulheres continuem a lutar contra as desvantagens baseadas em gênero em suas vidas diárias, as coisas mudaram para melhor — e a um ritmo que seria impensável até duas décadas atrás. As mulheres tiveram ganhos sem precedentes em direitos, educação e saúde, em acesso a empregos e meios de subsistência. Mais países do que nunca garantem direitos iguais perante a lei para homens e mulheres em áreas tais como posse de terra, herança e casamento. No geral, 136 países

têm hoje garantias explícitas para a igualdade de todos os cidadãos e não discriminação entre homens e mulheres em suas constituições.

O progresso não tem acontecido facilmente. E não aconteceu de modo uniforme para todos os países ou para todas as mulheres — ou em todas as dimensões de igualdade de gênero. A probabilidade de mulheres morrerem durante o parto na África Subsaariana e partes do Sul da Ásia ainda é comparável à do Norte da Europa no século XIX. Uma criança urbana rica na Nigéria — menino ou menina — tem em média 10 anos de escolarização, enquanto garotas rurais pobres da etnia Hausa têm em média menos de seis meses. A taxa de morte entre mulheres em relação aos homens é mais alta nos países de renda baixa e média em comparação



às suas contrapartes de renda alta, especialmente nos primeiros meses de vida ou nos primeiros anos da infância, e no período reprodutivo. Divórcio ou viuvez leva muitas mulheres a perderem sua terra e seus bens. As mulheres continuam a se agrupar em setores e ocupações caracterizadas como "femininas"— muitas delas são mal remuneradas. As mulheres também têm uma probabilidade maior de serem vítimas de violência doméstica e sofrerem graves lesões. E em quase todos os lugares a representação das mulheres na política e nos cargos de alta gerência em empresas permanece inferior a dos homens.

Esses padrões de desigualdade de gênero — em dotações de capital humano e físico, em oportunidades econômicas e na capacidade de fazer escolhas para obter resultados desejados (capacidade de decidir) — são importantes, especialmente aqueles que persistem mesmo com o avanço do processo de desenvolvimento? Este *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (WDR)* argumenta que sim, são importantes por dois motivos. Primeiro, a igualdade de gênero tem importância intrínseca porque a capacidade de viver a vida que se deseja e ser poupado da privação absoluta é um direito humano básico e deve ser igual para todos, seja a pessoa homem ou mulher. Segundo, a igualdade de gênero tem importância instrumental porque uma maior igualdade de gênero contribui para a eficiência econômica e a obtenção de outros resultados essenciais de desenvolvimento.

A igualdade de gênero é importante por direito próprio

Após Amartya Sen, vemos o desenvolvimento como um processo de expandir liberdades igualmente para todas as pessoas.¹ Nesta visão de desenvolvimento, a igualdade de gênero é um objetivo essencial em si (Box 1). Portanto, assim como desenvolvimento significa menos pobreza de renda ou um melhor acesso à justiça, ele também deve significar menos hiatos no bem-estar entre homens e mulheres. Este ponto de vista também se evidencia no fato de a comunidade internacional de desenvolvimento reconhecer que o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero são objetivos de desenvolvimento por direito próprio, conforme incorporados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 3 e 5 (Box 2). É visto também na adoção e ratificação generalizada da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW). Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979, a convenção estabeleceu um contexto abrangente para o avanço de mulheres e já foi consolidada até hoje por 187 países.

A igualdade de gênero é importante para o desenvolvimento — é economia inteligente

A igualdade de gênero também é importante como instrumento de desenvolvimento. Conforme mostra este Relatório, a igualdade de gênero representa uma economia inteligente: ela pode aumentar a eficiência econômica e melhorar outros resultados de desenvolvimento de três maneiras. Primeiro, removendo barreiras que impedem as mulheres de ter o mesmo acesso que os homens têm à educação, oportunidades econômicas e insumos produtivos podem gerar enormes ganhos de produtividade — ganhos essenciais em um mundo mais competitivo e globalizado. Segundo, melhorar a condição absoluta e relativa das mulheres introduz muitos outros resultados de desenvolvimento, inclusive para seus filhos. Terceiro, o nivelamento das condições de competitividade — onde mulheres e homens têm chances iguais para se tornar social e politicamente ativos, tomar decisões e formular políticas — provavelmente gerará no decorrer do tempo instituições e escolhas de políticas mais representativas e mais inclusivas, levando assim a um melhor caminho de desenvolvimento. Avalie um de cada vez.

A alocação indevida das aptidões e talentos das mulheres representa um alto (e crescente) custo econômico

A igualdade de gênero pode ter grandes impactos sobre a produtividade. As mulheres agora representam mais de 40% da mão-de-obra global, 43% da força de trabalho e mais da metade dos estudantes universitários do mundo. Para uma economia funcionar com todo seu potencial, as mulheres com suas aptidões e talentos devem participar das atividades que façam melhor uso dessas capacidades. Porém, de acordo com as histórias de muitas mulheres, este não é sempre o caso. Quando o trabalho das mulheres é subutilizado ou indevidamente alocado — porque elas enfrentam discriminação nos mercados ou instituições societárias que as impedem de concluir sua educação, ocupar determinados cargos e ganhar os mesmos salários dos homens — o resultado são perdas econômicas. Quando as agricultoras não têm a segurança da posse de terra, como ocorre em muitos países, especialmente na África, o resultado é menos acesso a crédito e insumos e uso ineficiente da terra, o que reduz as produções. A discriminação em mercados de crédito e outras desigualdades de gênero em acesso a insumos produtivos também tornam mais difícil para as firmas chefiadas por mulheres serem produtivas e lucrativas como as chefiadas por homens. E quando as mulheres são excluídas de posições de

BOX 1 *O que você quer dizer com igualdade de gênero?*

O gênero se refere aos atributos sociais, comportamentais e culturais, expectativas e normas associadas a ser uma mulher ou um homem. Igualdade de gênero diz respeito a como esses aspectos determinam como mulheres e homens se relacionam um com o outro e para as diferenças resultantes do poder entre eles.

Este Relatório foca três dimensões-chave da igualdade de gênero identificadas por homens e mulheres do Afeganistão à Polônia e à África do Sul, assim como pelos pesquisadores e pesquisadoras: o acúmulo de *dotações* (educação, saúde e ativos físicos), o uso dessas dotações para levar *oportunidades econômicas* e gerar renda e a aplicação dessas dotações para tomar medidas, ou *capacidade de decidir*, afetando o bem-estar individual e de domicílios. Estes são aspectos da igualdade onde as insuficiências de escolhas estão refletidas nas deficiências de bem-estar. Eles têm importância em si próprios e por si próprios. Mas também estão intimamente interligadas.

A desigualdade de gênero é parecida e diferente da desigualdade baseada em outros atributos tais como raça ou etnia. Três diferenças são de relevância especial para a análise da igualdade de gênero. Primeiro, é difícil medir separadamente o bem-estar de mulheres e homens que vivem no mesmo domicílio, um problema resultante da escassez de dados sobre os resultados no domicílio. Segundo, as preferências, necessidades e restrições podem diferir sistematicamente entre homens e mulheres, refletindo tanto fatores biológicos quanto comportamentos sociais "aprendidos". Terceiro, distinções de renda e classe afetam os hiatos de gênero. Essas características levantam a questão sobre se a igualdade de gênero deve ser medida como igualdade de resultados ou igualdade de oportunidades. A literatura econômica e filosófica sobre esta questão é dividida.

Aqueles que defendem enquadrar a igualdade de gênero como igualdade de oportunidades argumentam que isso permite que se diferencie entre desigualdades que surgem de circuns-

tâncias fora do controle dos indivíduos e aquelas que decorrem de diferenças de preferências e escolhas. Um volume substancial de documentos de pesquisas sobre as diferenças homem-mulher no que se refere à aversão a riscos, preferências sociais e atitudes a em relação à concorrência. Conclui-se que se homens e mulheres são diferentes, de modo geral, em atitudes, preferências e escolhas, então, nem todas as diferenças observadas nos resultados podem ser atribuídas a diferenças em oportunidades.

Aqueles que argumentam em favor da igualdade de resultados argumentam que as diferenças em preferências e atitudes são geralmente "aprendidas" e não inerentes — ou seja, elas são o resultado da cultura e do ambiente que levam homens e mulheres a internalizarem normas e expectativas sociais. As continuadas diferenças de poder e condição social entre grupos podem tornar-se internalizadas em comportamentos, aspirações e preferências que também perpetuam as desigualdades. Portanto, é difícil definir a igualdade de oportunidades sem também considerar como os resultados reais são distribuídos. Somente tentando nivelar os resultados é possível quebrar o círculo vicioso de baixas aspirações e baixa oportunidade.

Apesar deste debate, na prática é difícil medir oportunidades separadamente dos resultados. De fato, a igualdade de oportunidades e a igualdade de resultados são muito associadas em teoria e em medição. Por este motivo, o Relatório adota uma abordagem pragmática, focando tanto nos resultados quanto nas oportunidades em relação a dotações, capacidade de decidir e acesso a atividades econômicas. De acordo com Sen, nós também acreditamos que embora as pessoas possam discordar sobre o que é justo ou certo, elas concordarão em eliminar os "acordos demasiadamente injustos." Em outras palavras, embora possa ser difícil definir se a igualdade de gênero refere-se a resultados ou a oportunidades, a maioria concordará que as manifestações gerais de desigualdade de gênero deve ser eliminada.

Fontes: Booth e Nolen 2009; Croson e Gneezy 2009; Gneezy, Leonard, e List 2009; Kabeer 1996; Sen 1999; Banco Mundial 2011.

BOX 2 *Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio reconhecem o valor intrínseco e instrumental da igualdade de gênero*

A Cúpula dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) de 2010 concluiu com a adoção de um plano de ação global para alcançar os oito objetivos até 2015. A cúpula também adotou uma resolução de apelo à ação para assegurar a paridade de gênero em oportunidades econômicas, de educação e saúde, e tomada de decisões por meio da integração de uma perspectiva de gênero na formulação de políticas para o desenvolvimento. A resolução e o plano de ação refletem a crença da comunidade internacional de desenvolvimento de

que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são objetivos de desenvolvimento por direito próprio (ODM 3 e 5), além de funcionarem como importantes canais para a obtenção de outros ODMs e de reduzirem a pobreza relacionada e não relacionada com a renda. A igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres ajudam a promover o ensino fundamental básico (ODM 2), reduzir a mortalidade entre crianças com menos de cinco anos (ODM 4), melhorar a saúde materna (ODM 5) e a reduzir a probabilidade de contrair HIV/AIDS (ODM 6).

Fonte: Equipe do WDR 2012.

gerenciamento, os gerentes são, em média, menos capacitados, reduzindo o ritmo de adoção de inovações e tecnologias.²

A compensação direta pela correção dessas falhas, muitas fundamentadas em como mercados e instituições funcionam, é grande: garantir que

as agricultoras tenham o mesmo acesso dos homens a fertilizantes e outros insumos agrícolas aumentaria as produções de milho de 11 a 16% em Malawi e em até 17% em Gana.³ Melhorar os direitos de propriedade das mulheres em Burkina Faso aumentaria a produção agrícola dos

domicílios em cerca de 6%, sem nenhum recurso adicional — simplesmente realocando recursos (fertilizante e mão-de-obra) de homens para mulheres.⁴ A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) estima que igualar o acesso a recursos produtivos entre agricultores homens e mulheres poderia aumentar a produção agrícola em países em desenvolvimento em até 2,5 a 4%.⁵ Eliminar barreiras que impedem as mulheres de trabalhar em determinadas ocupações ou setores teriam efeitos positivos similares, reduzindo o hiato de produtividade entre trabalhadores homens e mulheres de um terço até a metade (capítulo 5) e aumentando a produção por trabalhador/a de 3 a 25% em toda uma série de países.⁶ Mas a obtenção desses ganhos não ocorrerá automaticamente à medida que os países ficarem mais ricos: podem surgir múltiplas barreiras, algumas reforçadas, à igualdade de gênero.

Esses ganhos de produtividade podem ser ainda maiores em um mundo mais integrado, onde a eficiência no uso de recursos é essencial para a competitividade e crescimento do país. De fato, o trabalho recente mostra que a desigualdade de gênero se tornou mais onerosa em um mundo de comércio aberto.⁷ A desigualdade de gênero diminui a capacidade do país de competir internacionalmente — especialmente se o país se especializa em exportar bens e serviços para os quais trabalhadores homens e mulheres são igualmente bem ajustados. Indústrias que confiam mais no trabalho de mulheres expandem mais em países onde as mulheres têm direitos iguais.⁸ A relação também segue um caminho inverso: países com uma vantagem na fabricação de produtos que dependem mais da mão de obra feminina também costumam adotar a igualdade de gênero.⁹ E em países e regiões com populações que envelhecem rapidamente, como a China, Europa e Ásia Central, encorajar as mulheres a entrar e permanecer na força de trabalho pode ajudar a atenuar o impacto negativo do encolhimento das populações em idade produtiva. Portanto, em um mundo globalizado, os países que reduzem as desigualdades de gênero, especialmente no ensino médio e no ensino superior e na participação econômica, terão uma clara vantagem sobre aqueles que adiam essa medida (capítulo 6).

As dotações, capacidade de decidir e oportunidades das mulheres moldam as da próxima geração

Quando as mulheres exercem maior controle sobre os recursos dos domicílios ocorrem mais investimentos no capital humano de crianças, com efeitos positivos dinâmicos sobre o crescimento econômico. Evidências de uma série de países

(tais como Bangladesh, Brasil, Costa do Marfim, México, África do Sul e Reino Unido) mostram que aumentar a parcela da renda familiar controlada por mulheres, seja por meio de seus próprios ganhos ou por transferências de renda, muda os gastos de uma forma que beneficia as crianças.¹⁰ Em Gana, a parcela de ativos e a parcela de terra de propriedade de mulheres são associadas positivamente a maiores despesas com alimentos.¹¹ No Brasil, a renda própria das mulheres não relacionada a trabalho tem um impacto positivo na altura de suas filhas.¹² Na China, o aumento da renda de mulheres adultas de 10% da renda média familiar elevou a fração de sobrevivência de meninas em até 1% e elevou o número de anos de escolarização tanto de meninos quanto de meninas. Em contraste, um aumento comparável na renda dos homens reduziu as taxas de sobrevivência e desempenho educacional de meninas, sem nenhum impacto sobre os meninos.¹³ Na Índia, uma renda mais elevada para a mulher representa o aumento de anos de escolarização de seus filhos.¹⁴

Melhorias na própria educação e saúde de mulheres também têm impactos positivos sobre estes e outros resultados de seus filhos. Uma melhor condição nutricional das mães foi associada a melhor saúde e sobrevivência infantil.¹⁵ E a educação das mulheres tem sido positivamente associada a uma série de benefícios de saúde para crianças — desde mais altas taxas de imunização a uma melhor nutrição e a uma redução da mortalidade infantil. A escolarização de mães (e pais) tem sido positivamente associada ao desempenho educacional das crianças em vários países; no Paquistão, crianças cujas mães têm até um único ano de educação estudam diariamente em casa uma hora extra e recebem notas de testes mais altas.¹⁶ A falta de capacidade de decidir para mulheres — conforme visto na violência doméstica — tem consequências no comportamento cognitivo de seus filhos e em sua saúde quando adultos. Pesquisas médicas de países desenvolvidos estabeleceram um vínculo entre a exposição à violência doméstica na infância e problemas de saúde na vida adulta — homens e mulheres que sofreram violência em casa quando crianças têm duas ou três vezes mais probabilidade de ter câncer, derrame ou problemas cardiovasculares, e de cinco a dez vezes mais probabilidade de usar álcool ou drogas ilegais do que aquelas que não sofreram.¹⁷ Vários estudos também documentam que as crianças que presenciam cenas de violência entre os pais correm o risco, no caso das meninas, de virem a sofrer violência de seus próprios parceiros quando adultas e, no caso dos meninos, de perpetuarem a violência contra suas parceiras quando adultos.¹⁸

O aumento da capacidade de decidir individual e coletiva de mulheres propicia melhores resultados, instituições e escolhas de políticas

Capacidade de decidir diz respeito à capacidade de uma pessoa fazer escolhas — e de transformá-las em ações e resultados desejados. Em todos os países e culturas, há diferenças entre a capacidade de homens e mulheres fazerem escolhas, geralmente com desvantagem para as mulheres. Essas diferenças relacionadas ao gênero são importantes para o bem-estar das mulheres, e também para todo um conjunto de resultados para suas famílias e para a sociedade em geral. A capacidade de decidir das mulheres influencia sua capacidade de desenvolver seu capital humano e considerar oportunidades econômicas. Em Bangladesh, mulheres com maior controle sobre serviços de saúde e sobre compras domiciliares têm condição nutricional mais elevada. A capacidade de decidir das mulheres também é importante para o bem-estar de seus filhos. No México, as filhas (mas não os filhos) de mulheres com mais controle sobre as decisões familiares trabalham menos horas em tarefas domésticas.

A capacidade de decidir coletiva de mulheres pode ser transformadora para a sociedade. Ela pode moldar as instituições, os mercados e as normas sociais que limitam suas oportunidades e capacidade de decidir individuais. Empoderar mulheres como atores políticos e sociais pode mudar escolhas de políticas e tornar as instituições mais representativas de uma série de vozes. O direito de voto para mulheres nos Estados Unidos levou os formuladores de políticas a voltarem sua atenção para a saúde infantil e materna e ajudou a reduzir a mortalidade infantil de 8 a 15%.¹⁹ Na Índia, dar poder às mulheres no nível local (por meio de cotas políticas) gerou aumentos no fornecimento de bens públicos (os preferidos pelas mulheres, tais como água e saneamento e os preferidos pelos homens, tais como irrigação e escolas) e corrupção reduzida.²⁰ Subornos pagos por homens e mulheres em povoados liderados por mulheres foram 2,7 a 3,2 pontos percentuais menores do que em povoados liderados por homens.²¹ Na Índia e no Nepal, dar às mulheres o direito de opinar sobre a gestão de florestas melhorou significativamente os resultados da conservação.²² Uma maior participação pública das mulheres não beneficia somente mulheres e crianças, mas também beneficia os homens. Em muitos países ricos, a maior participação das mulheres em atividades econômicas tem sido associada ao aumento de sua representação na liderança política para reformular as perspectivas sociais sobre equilibrar trabalho e vida em família de modo geral e aprovar uma legislação de trabalho mais favorável à família.

Por outro lado, quando mulheres e homens não têm chances iguais de ser social e politicamente ativos e influenciar leis, políticas e formulação de políticas, as instituições e políticas tendem a favorecer sistematicamente os interesses daqueles que têm mais influência. Restrições institucionais e falhas do mercado que alimentam desigualdades de gênero têm menor probabilidade de serem tratadas e corrigidas, perpetuando sua existência. Conforme destacado no *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2006: Igualdade e Desenvolvimento*, uma "armadilha de desigualdade" pode emergir, impedindo que gerações de mulheres recebam educação e aproveitem oportunidades econômicas iguais aos dos homens, reduzindo sua capacidade de fazer escolhas informadas e de realizar seu potencial como indivíduos.²³

O QUE ESTE RELATÓRIO FAZ?

Este Relatório foca na *economia* da igualdade de gênero e desenvolvimento. Ele usa a teoria econômica para entender o que impulsiona diferenças em aspectos essenciais de bem-estar entre homens e mulheres — educação e saúde, acesso a oportunidades econômicas e recursos produtivos, e a capacidade de fazer escolhas eficazes e adotar medidas. E ele usa as mesmas lentes econômicas para explorar quais intervenções políticas e ações sociais mais amplas podem ser praticadas para reduzir essas diferenças de gênero e melhorar os resultados de desenvolvimento de um modo geral. O Relatório não se limita aos resultados econômicos — na verdade, ele devota quase a mesma atenção às dotações humanas, oportunidades econômicas e capacidade de decidir das mulheres, sinalizando a importância de todos os três aspectos interrelacionados no bem-estar humano. Também não ignora o papel central de instituições sociais e políticas, seja formal ou informal, ao determinar os resultados de gênero. Mas ao contextualizar os problemas e na evidência que traz para o caso da igualdade de gênero, ele se baseia consideravelmente na literatura econômica sobre a questão do gênero.

Adotamos esta abordagem por quatro razões. Primeiro, ele fornece informações valiosas sobre como importantes resultados de gênero emergem e evoluem com o decorrer do processo de desenvolvimento, e também sobre como o papel e a eficácia da política influenciam esses resultados. Segundo, ele se baseia em uma tradição do trabalho do Banco Mundial sobre a economia de gênero (mais notavelmente, o relatório *Engendering Development* (Integração de Gênero no Desenvolvimento)²⁴) e nas áreas de conhecimento e especialização mais

sólidas da instituição. Terceiro, há dados significativos e lacunas de conhecimento que podemos ajudar a preencher nesta área. Em quarto lugar, embora o Relatório geralmente chegue a um diagnóstico similar ao de outras abordagens, ele fornece diferentes informações em relação às alavancas de políticas que podem ser usadas em apoio à igualdade de gênero.

O Relatório foca principalmente as desigualdades que afetam mulheres, enfatizando mais naquelas que têm mais probabilidade de serem reproduzidas e passadas para a próxima geração. Mas também destaca as desigualdades que afetam homens, embora reconheça que a maior parte dessas desigualdades afetam menos domínios de bem-estar.

Adotamos uma abordagem empírica, preferindo uma análise rigorosa e baseada em evidências e destacando a causalidade quando viável. Para isso, recorremos a um volume grande e crescente de pesquisa quantitativa sobre gênero, complementada pela nova análise, especialmente sobre uso do tempo, violência doméstica, riscos de mortalidade e contribuições sobre agricultura e empreendedorismo. Nós também recorremos a uma nova pesquisa de campo qualitativa com mais de 4.000 homens e mulheres em 98 comunidades de 19 países em desenvolvimento, explorando como gênero afeta suas vidas diárias e suas aspirações, educação, escolhas de emprego, tomada de decisões e outros aspectos de bem-estar (Box 3).²⁵

Um relatório global como este não é capaz de fornecer uma análise profunda das circunstâncias específicas do país. Também não pode abordar todas as dimensões relevantes a respeito da igualdade de gênero. Em vez disso, ele propõe um esquema conceitual para explicar a desigualdade de gênero e recomendar uma ação pública, que pode ser adaptada conforme necessário a países, questões e setores específicos. Em seguida, ilustra o uso deste esquema focando em aspectos da igualdade de gênero onde o progresso tem sido

BOX 3 Como mulheres e homens definem gênero no século XXI

Para informar este Relatório o Banco Mundial conduziu uma nova pesquisa de campo em 19 países em todas as regiões para obter uma análise em primeira mão sobre como homens e mulheres vivenciam a desigualdade de gênero em suas vidas diárias.

Mulheres e homens de todos os grupos etários, rendas e locais consideram a **educação**, a **posse de bens**, o acesso a **oportunidades** econômicas e oportunidades de **obter uma renda** como as chaves para melhorar seu bem-estar e o de suas famílias. Em 500 grupos de discussão, pesquisadores e pesquisadoras identificaram funções e responsabilidades de homens e mulheres nas esferas privadas e públicas — com as tarefas das mulheres sendo amplamente associadas ao cuidado da família e trabalho do lar, e as tarefas dos homens associadas à geração de renda e tomada de decisões. Mas as diferenças ao longo das gerações mostram claramente que essas funções estão sendo redefinidas em um mundo que oferece novas oportunidades e demandas para homens e mulheres.

As descobertas também mostram que antigos problemas ainda permanecem nos novos cenários à medida que surgem novos desafios. Muitos grupos enfrentam desvantagens predominantes — para eles, a mudança continua a ser uma aspiração para futuras gerações, mas não uma realidade em suas vidas diárias.

Fonte: Banco Mundial 2011.

Nota: O exercício foi realizado com homens e mulheres de diferentes grupos etários em 98 comunidades (cerca de 4.000 indivíduos) na América Latina (República Dominicana e Peru), Europa e Ásia Central (Moldávia, Polônia e Sérvia), África (Burkina Faso, Libéria, Sudão, África do Sul e Tanzânia), Sul da Ásia (Afeganistão, Butão e Índia), o Oriente Médio (Cisjordânia e Gaza) e a República do Iêmen, Leste Asiático (Indonésia e Vietnã), e as Ilhas do Pacífico (Fiji e Papua Nova Guiné).

maior em todo o mundo (educação, fertilidade, expectativa de vida, participação na mão-de-obra e a extensão de direitos legais) e onde tem havido pouca mudança ou uma mudança lenta (excesso de mortes de mulheres, segregação em atividades econômicas, disparidades salariais, responsabilidade pelas tarefas da casa e da prestação de cuidados, posse de bens e capacidade de decidir das mulheres nas esferas públicas e privadas).

Com base em trabalhos passados e recentes sobre gênero e desenvolvimento no Banco Mundial²⁶ e em outras instituições, o Relatório postula que os resultados de gênero podem ser entendidos por meio das respostas dos domicílios ao funcionamento e



Acredito que uma mulher deva ser educada e deva trabalhar a fim de provar seu valor na sociedade e para ser uma mãe melhor.

Mulher jovem na cidade de Rafah, Cisjordânia e Gaza

As mulheres devem trabalhar. Por que devo ficar em casa se posso trabalhar fora? Também devo obter renda e minha família e eu devemos aproveitar o dinheiro que ganho. Aquela época em que nossas mães tinham que pedir dinheiro aos nossos pais, até mesmo para pequenas coisas como roupa de baixo acabou: precisamos de nosso próprio dinheiro e isso significa que devemos trabalhar.



Jovem mulher no município de Bukoba, Tanzânia

BOX 4 *O que queremos dizer com mercados, instituições formais e instituições sociais informais?*

Mercados — variedade de dispositivos que permitem aos compradores e vendedores intercambiar qualquer tipo de produtos e serviços sujeitos a um conjunto de normas ou os direitos sobre os mesmos. Os mercados permitem que qualquer item que intercambiado seja avaliado e precificado. Os mercados podem ser influenciados pelas instituições formais e informais.

Instituições formais — todos os aspectos que pertencem ao funcionamento do estado, incluindo leis, estruturas regulatórias e mecanismos para a prestação de serviços pelo estado (tais como serviços jurídicos, serviços policiais, infraestrutura básica, saúde e educação).

Instituições sociais informais — os mecanismos, regras e procedimentos que moldam interações sociais, mas não pertencem ao funcionamento do estado. Neste Relatório, o foco é sobre os papéis de gênero, crenças, normas sociais e redes sociais. Os papéis de gênero fornecem guias para comportamentos normativos para cada sexo em determinados contextos sociais. Os papéis ganham poder à medida que são aprendidos com a socialização, elaborados em produtos culturais e representados na vida diária. A experiência repetida de desempenhar os papéis de gênero afeta enormemente as crenças compartilhadas sobre os atributos de homens e mulheres e o próprio senso de identidade do indivíduo. As normas sociais se referem a padrões de comportamento oriundos de crenças socialmente compartilhadas e são aplicadas por sanções sociais informais. Elas podem afetar o poder de barganha do domicílio de muitas formas: elas definem limites sobre o que pode ser barganhado; podem ser um determinante ou uma restrição ao poder de barganhar; podem afetar o modo como a barganha é conduzida; e elas próprias podem estar sujeitas à barganha e podem mudar. Redes sociais referem-se ao sistema de relações e vínculos sociais de cooperação para benefício mútuo que moldam as oportunidades, informações, normas sociais e percepções de alguém.

Fontes: Agarwal 1994, 1997; Fehr, Fischbacher, e Gatchen 2002; Kabeer 1999; Sen 1990.

estrutura dos mercados e instituições, tanto formais quanto informais. As famílias decidem quantos filhos ter e quando, quanto gastar com educação e saúde para filhas e filhos, como alocar diferentes tarefas (dentro e fora da família) e outras questões que influenciam os resultados de gênero.

As famílias fazem essas escolhas com base nas preferências, incentivos e restrições de diferentes membros da família e de acordo com a força da sua voz e seu poder de barganha. As preferências são moldadas pelos papéis de gênero, normas sociais e redes sociais (que agrupamos sob o rótulo *instituições informais*). Os incentivos são amplamente influenciados pelos *mercados* (incluindo os mercados de trabalho, crédito, terra e bens),

“ Eu acho que as mulheres também deveriam sair para buscar um emprego porque os homens não estão conseguindo empregos; para as mulheres é mais fácil porque elas têm mais opções. ”

Homens jovens na Ngonyameni rural, África do Sul

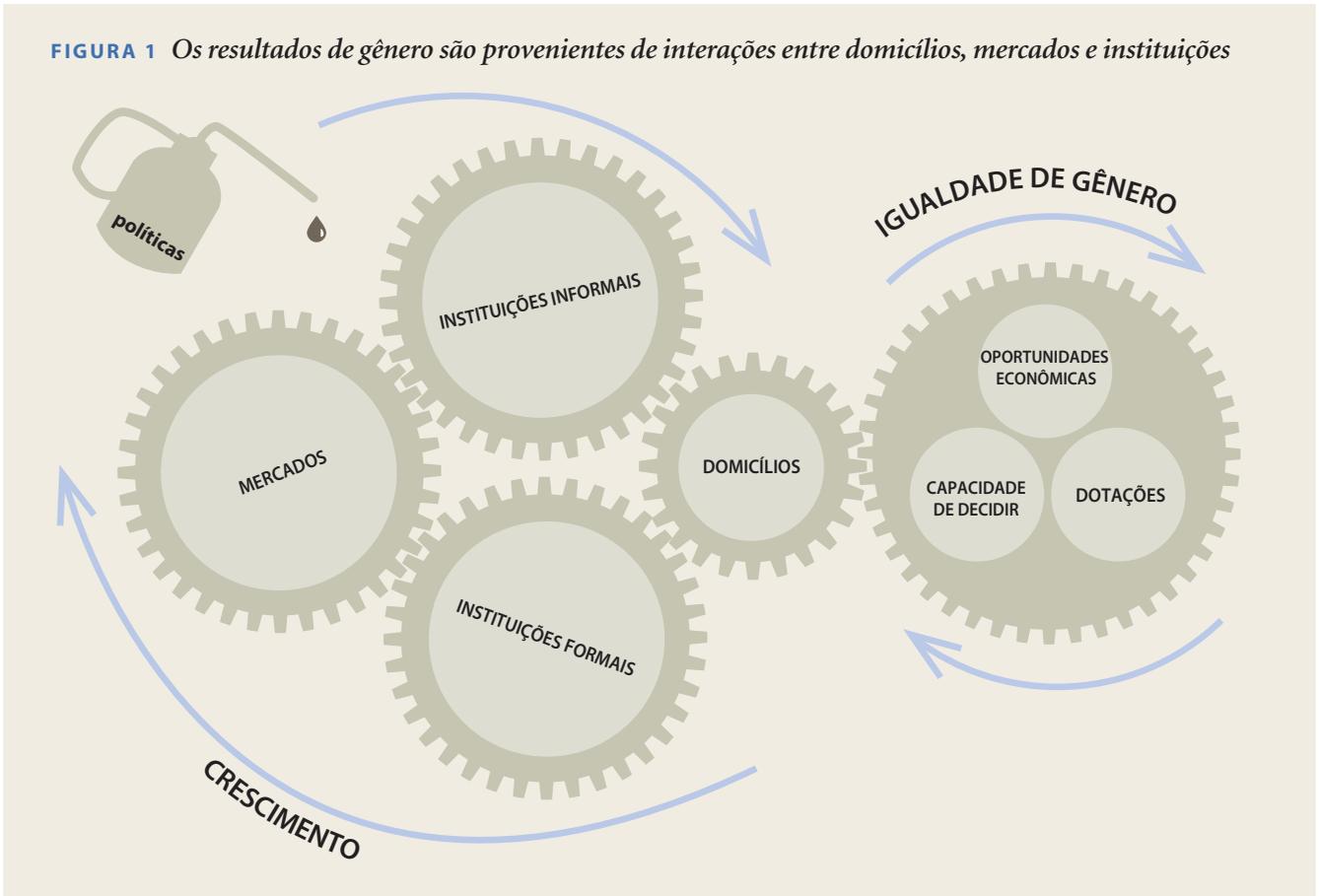
que determinam os benefícios resultantes das decisões e investimentos familiares. As restrições são provenientes da interação de *instituições formais* (compreendendo todas que pertencem ao funcionamento do estado) e mercados, mas também refletem a influência das instituições informais (Box 4). Voz e poder de barganha dos membros da família são definidos por vários fatores, incluindo a propriedade e controle de recursos, sua capacidade de deixar o domicílio (opções de saída) e normas sociais. Dessa forma, a tomada de decisões dos domicílios, mercados, instituições formais e informais combinam e interagem para determinar os resultados relacionados a gênero (figura 1).

Os benefícios do desenvolvimento econômico (a combinação de rendas mais elevadas e melhores instituições prestadoras de serviços) nos resultados de gênero podem ser vistos claramente por meio desse esquema que surge de trabalhos de domicílios, mercados e instituições e suas interações. Esses impactos estão ilustrados na figura 1 pela seta de "crescimento" que segue as engrenagens na direção de uma maior igualdade de gênero. O impacto de uma maior igualdade de gênero sobre o crescimento é, por sua vez, capturado pela seta da "igualdade de gênero" que retorna ao crescimento mais elevado.

ONDE TEM HAVIDO MAIS PROGRESSO EM IGUALDADE DE GÊNERO?

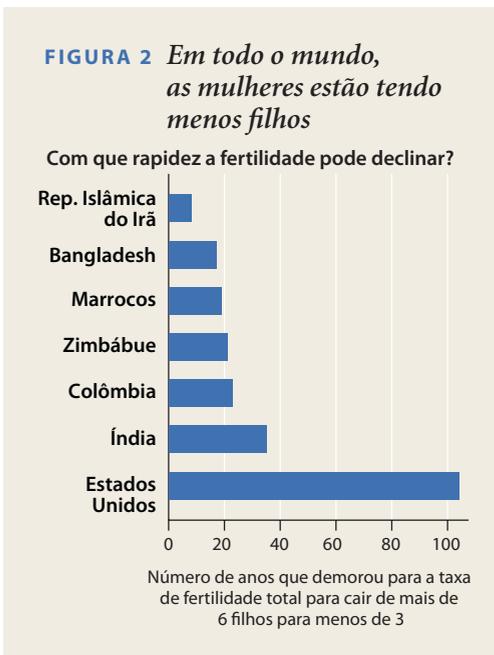
Para mulheres e meninas de países em desenvolvimento, muita coisa mudou para melhor nos últimos 25 anos. Por exemplo, a expectativa de vida ao nascer. A expectativa aumentou dramaticamente nos países em desenvolvimento (de 20 a 25 anos na maioria das regiões nos últimos 50 anos) chegando a 71 anos globalmente em 2007 (em comparação aos 67 para homens), e agora as mulheres vivem mais do que os homens em todas as regiões do mundo. As mudanças foram mais rápidas do que quando os países ricos de hoje eram mais pobres. Levou mais de 100 anos para que o número de filhos por mulher nos Estados Unidos declinasse de 6 para 3; o mesmo declínio levou apenas 35 anos na Índia e menos de 20 no Irã (figura 2). Os mesmos padrões podem ser vistos no ensino básico. Os Estados Unidos levaram 40 anos (de 1870 a 1910) para aumentar o número de matrículas de meninas de 6 a 12 anos de 57% para 88%; Marrocos conseguiu um aumento similar para esse grupo etário em pouco mais de uma década (de 58% em 1997 para 88% em 2008).

FIGURA 1 Os resultados de gênero são provenientes de interações entre domicílios, mercados e instituições



Fonte: Equipe do WDR 2012.

FIGURA 2 Em todo o mundo, as mulheres estão tendo menos filhos

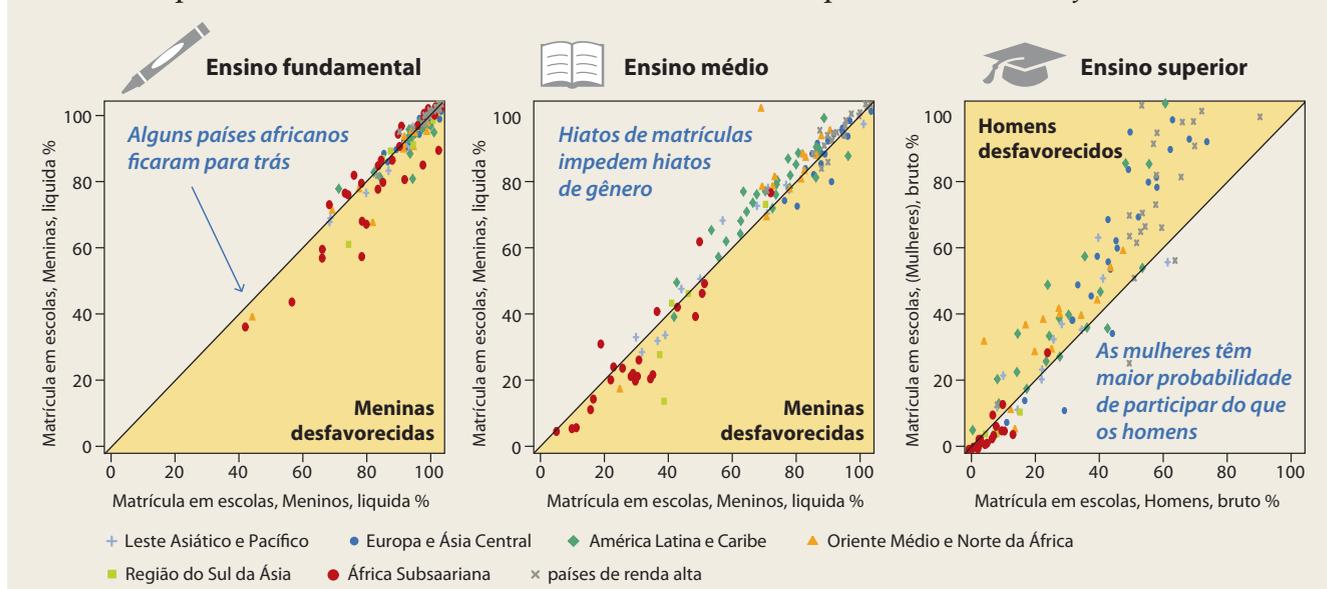


Fonte: www.gapminder.org

Educação de meninas

O progresso no preenchimento de hiatos de gênero no âmbito da educação tem sido contínuo e sustentado em todos os níveis — educação primária, secundária e terciária. Em muitos países, e especialmente na educação superior, esses hiatos estão revertendo agora, com os meninos e rapazes em relativa desvantagem. Dois terços de todos os países atingiram a paridade de gênero no número de matrículas na educação fundamental, enquanto em mais de um terço, o número de meninas matriculadas na educação secundária excede o número de meninos (figura 3) Mesmo em regiões com os maiores hiatos de gênero remanescentes — Sul da Ásia e África Subsaariana (especialmente a África Ocidental) — tem havido ganhos consideráveis. E em uma extraordinária reviravolta dos padrões históricos, mais mulheres do que homens frequentam agora as universidades. O número de matrículas de mulheres no ensino superior no mundo inteiro aumentou mais de sete vezes desde 1970 (aumento de quatro vezes na matrícula de homens). Embora a desvantagem dos jovens do sexo masculino esteja aparecendo lentamente em certos lugares,

FIGURA 3 A paridade de gênero em matrículas em níveis escolares mais baixos tem sido alcançada na maior parte do mundo, mas o número de matrículas no ensino superior é muito baixo e favorece as meninas



Fonte: Indicadores do desenvolvimento mundial.

a desvantagem das jovens onde existe tende a surgir mais cedo na vida e de forma mais profunda.

Participação das mulheres no mercado

A participação da mão-de-obra feminina cresceu nos últimos 30 anos conforme a expansão de oportunidades econômicas promoveu a entrada de muitas mulheres no mercado de trabalho. Entre 1980 e 2008, o hiato de gênero na participação reduziu de 32 pontos percentuais para 26 pontos percentuais. Até 2008, as mulheres representavam mais de 40% da força de trabalho global. Grandes aumentos na participação em países que começaram com taxas muito baixas (principalmente na América Latina e no Caribe e em menor grau no Oriente Médio e Norte da África) associados a pequenos declínios nos países que começaram com taxas muito altas (principalmente na Europa Oriental e Ásia Central) significam que as taxas convergiram em todas as regiões, embora ainda existam diferenças significativas. A participação da força de trabalho feminino é a mais baixa no Oriente Médio e no Norte da África (26%) e Sul da Ásia (35%) e a mais alta no Leste Asiático e Pacífico (64%) e África Subsaariana (61%).

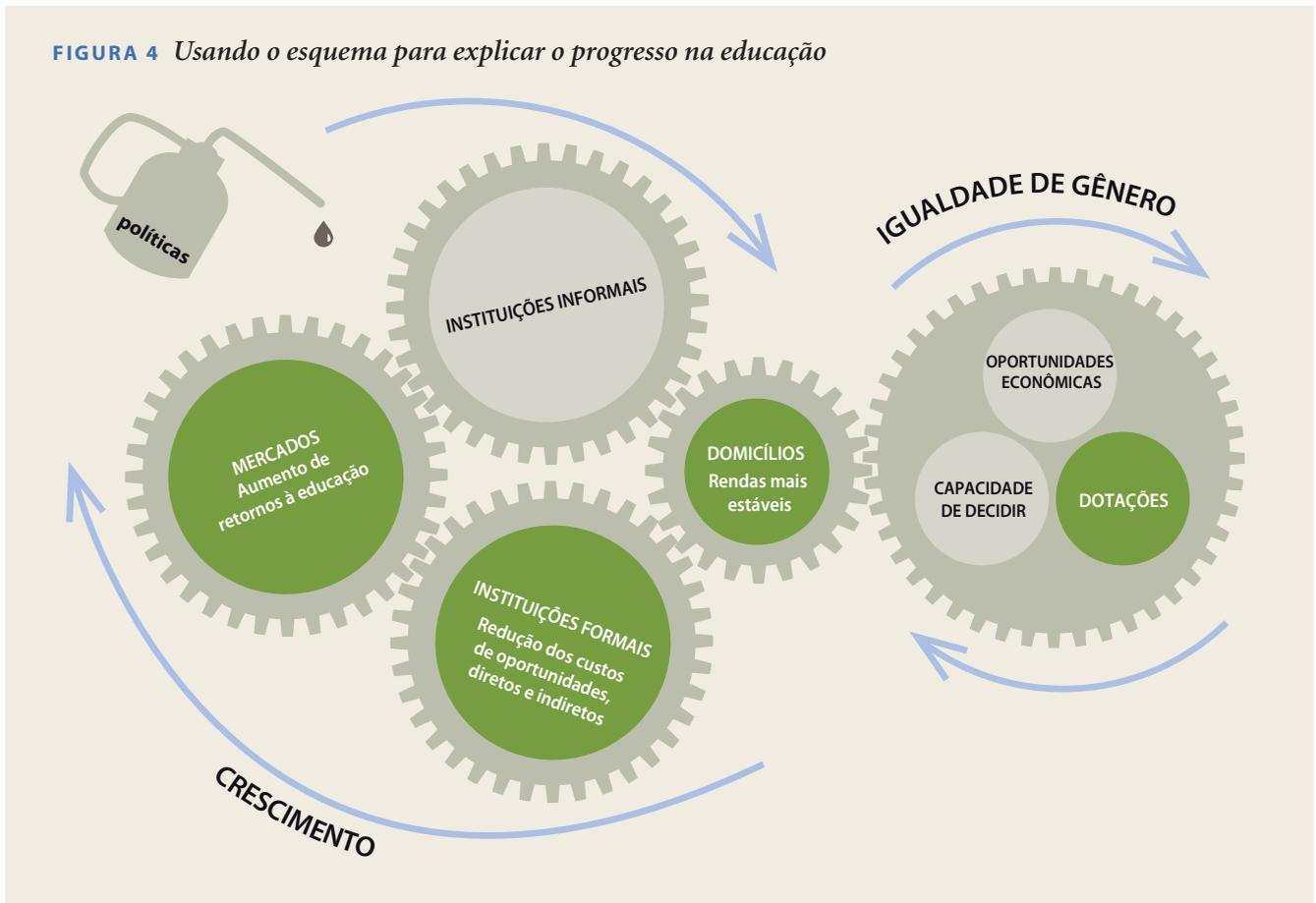
O que explica o progresso?

Onde os hiatos foram rapidamente solucionados, foram resultados do funcionamento e da evolução dos mercados e instituições, como o crescimento tem atuado e como todos esses fatores interagiram por meio das decisões dos domicílios. Para educação,

considere um de cada vez. Rendas mais elevadas permitem que as famílias que antes só enviavam os filhos para a escola passassem agora a enviar também as filhas. À medida que os países ficam mais ricos, suas estruturas econômicas mudam de modo que as atividades na quais os homens não levam mais vantagem se tornam mais proeminentes. Este turno abre novas oportunidades para o emprego de mulheres, e as famílias respondem a esses sinais instruindo suas filhas. Os países mais ricos também podem investir em sistemas educacionais mais acessíveis construindo escolas e contratando professores e professoras. Quando associadas a melhores sistemas de incentivos e responsabilização, essas contribuições ajudam a aprimorar e baratear os serviços, reduzindo os custos de acesso para as famílias e aumentando seu uso. Onde todos esses fatores atuam em conjunto, os hiatos são rapidamente preenchidos, como em Marrocos.

Mas mesmo que apareçam gargalos em qualquer um desses canais — as preferências pelos meninos dentro dos domicílios ou as inadequações no fornecimento da educação ou o lento crescimento ou limites nas oportunidades de emprego das mulheres — os outros canais ainda permitiram o progresso na educação de meninas. Políticas voltadas para levar as crianças à escola, tais como transferências condicionais de renda usadas em mais de 30 países no mundo inteiro (muitas explicitamente voltadas para meninas, como em Bangladesh e Camboja), também ajudaram. Essas forças estão ilustradas na figura 4 pelas

FIGURA 4 Usando o esquema para explicar o progresso na educação



Fonte: Equipe do WDR 2012.

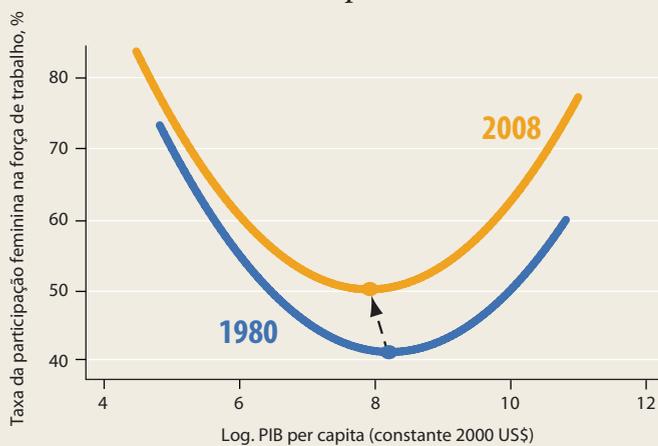
engrenagens que representam os domicílios, instituições formais e mercados — todos movendo de forma a reduzir os hiatos de gênero educacional ("lubrificadas" pelas políticas de apoio).

As interações entre domicílios, mercados e instituições também podem explicar o padrão e o ritmo da participação feminina na força de trabalho. A decisão da mulher de trabalhar fora de casa responde às mudanças em seus próprios salários e às mudanças em sua renda familiar. À medida que os países de baixa renda ficam mais ricos, as mulheres participam menos do mercado de trabalho porque suas rendas familiares também aumentam. Com o tempo, seus níveis educacionais também aumentam à medida que as instituições formais respondem. O aumento das rendas também resulta em casamento e procriação tardios e na redução da fertilidade. Todos esses fatores trazem as mulheres de volta para a força de trabalho. Em 10 países da América Latina, quase dois terços do aumento da participação da mulher na força de trabalho nas duas últimas décadas podem ser atribuídos a mais educação e às mudanças na formação de famílias (casamento

tardio e fertilidade reduzida).²⁷ Esses impactos diferentes do crescimento da renda e o aumento dos salários das mulheres resultaram em um padrão em forma de U da participação da força de trabalho feminina entre os países (figura 5). Mas notavelmente, desde 1980, a taxa de participação feminina em cada nível de renda tem aumentado acentuadamente com o tempo. Portanto, em cada nível de renda per capita, mais do que nunca as mulheres estão participando de atividades econômicas fora de casa.

Existem duas razões principais para os ganhos em determinados domínios de igualdade de gênero em muitos países em desenvolvimento terem ocorrido mais rapidamente do que nos países ricos de hoje quando estes se encontraram no mesmo patamar de renda. Primeiro, as rendas de muitos países em desenvolvimento cresceram mais rápido. Desde 1950, 13 países em desenvolvimento cresceram uma média de 7% por ano por mais de 25 anos ou mais — um ritmo sem precedentes antes da última metade do século XX.²⁸ Segundo, os diversos domínios de resultados por gênero estão inter-relacionados. Sendo assim, as melhorias em

FIGURA 5 *A participação da força de trabalho feminina tem aumentado com o tempo em todos os níveis de renda*



Fonte: Cálculo da equipe baseado Organização Internacional do Trabalho (2010) (130 países).

um dos domínios impulsionou avanços nos demais. O declínio em fertilidade que tem ocorrido com o aumento das rendas ajudou a reduzir o número de mortes associadas à mortalidade materna. E o fato de ter menos filhos permitiu que as mulheres investissem mais tempo na aquisição de capital humano e na participação da economia. Os pais com visão de futuro responderam à ampliação das oportunidades de emprego aumentando seus investimentos educacionais em suas filhas. Essas meninas com melhor nível de instrução têm mais probabilidade de trabalhar quando adultas, ter menos filhos e exercer mais voz em seus domicílios — alimentando o ciclo de mudança. Desse modo, o progresso em fertilidade, os ganhos em educação, os ganhos na capacidade de decidir das mulheres e as mudanças das mulheres no mercado de trabalho não estão apenas associados, mas também se reforçam mutuamente. As políticas públicas por si próprias têm desempenhado um papel importante, já que o grande impulso na educação universal da última década tem ajudado a levar *todas* as crianças à escola.

A lição principal: quando os sinais do mercado, as instituições formais e o crescimento da renda se juntam para apoiar investimentos em mulheres, a igualdade de gênero pode melhorar e de fato melhora bem rapidamente. E essas melhorias podem ocorrer mesmo quando instituições informais, como normas sociais sobre o que é "apropriado" para meninas e meninos ou mulheres e homens, podem demorar um tempo para fins de adaptação. Isso não significa que as normas sociais não foram importantes na determinação desses resultados. As diferenças entre os países e as regiões dentro dos

países tanto no preenchimento dos hiatos de gênero em êxitos educacionais e nos níveis de participação da força de trabalho das mulheres destacam sua influência. Mas o *ritmo* acelerado de mudança na educação e mesmo na participação da força de trabalho em quase todo lugar mostra como essas normas se adaptam bem rapidamente, uma vez que os benefícios econômicos resultantes da educação das meninas e com o trabalho das mulheres se tornam evidentes. Considere os notáveis avanços em igualdade de gênero em dois países muito diferentes: Bangladesh e Colômbia.

- Nas quatro décadas desde a independência de Bangladesh, o número médio de filhos de uma mulher ao longo de sua vida caiu de quase 7 para um pouco mais de 2. A matrícula em escolas entre meninas aumentou de um terço em 1991 para 56% em 2005. E apenas na segunda metade dos anos 90, a participação da força de trabalho das mulheres jovens mais do que dobrou.
- Na Colômbia, o número médio de filhos de uma mulher caiu de 3,2 para 2,4 entre a metade dos anos 80 e 2005. As mulheres também reverteram o hiato da educação e agora têm taxas de conclusão mais altas do que os homens em termos de ensino fundamental, médio e até mesmo superior. E o país tem o aumento mais acentuado na participação da força de trabalho das mulheres na região, atribuindo a ele um dos níveis mais altos de participação na América Latina. As mulheres estão bem representadas em cargos gerenciais e no setor de finanças — barreiras reconhecidamente difíceis de vencer até mesmo em muitos países ricos.

O problema das populações seriamente desfavorecidas

As forças combinadas de mercados, instituições de prestações de serviços e crescimento de renda que contribuíram para reduzir os hiatos de gênero em termos de educação, fertilidade e participação da força de trabalho para muitas mulheres não têm funcionado para todas. Para mulheres pobres e mulheres em lugares muito pobres, ainda existem hiatos consideráveis de gênero. E esses hiatos são até piores onde a pobreza é combinada com outros fatores de exclusão, tais como etnia, casta, distância, raça, deficiência física ou orientação sexual. Até na educação, onde os hiatos têm diminuído na maioria dos países, a matrícula das meninas no ensino fundamental e médio melhorou muito pouco em muitos países da África Subsaariana e em algumas partes do Sul da Ásia. As matrículas na escola para meninas em Mali são comparáveis às matrículas nos Estados

Unidos em 1810, sendo que a situação na Etiópia e no Paquistão não é muito melhor (Figura 6). E em muitos países, os hiatos gênero permanecem grandes apenas para os que são pobres. Na Índia e no Paquistão, enquanto meninos e meninas no quintil superior de renda (quinto) estão matriculados na escola em índices semelhantes, existe um hiato de gênero de quase cinco anos no quintil inferior de renda (Figura 7).

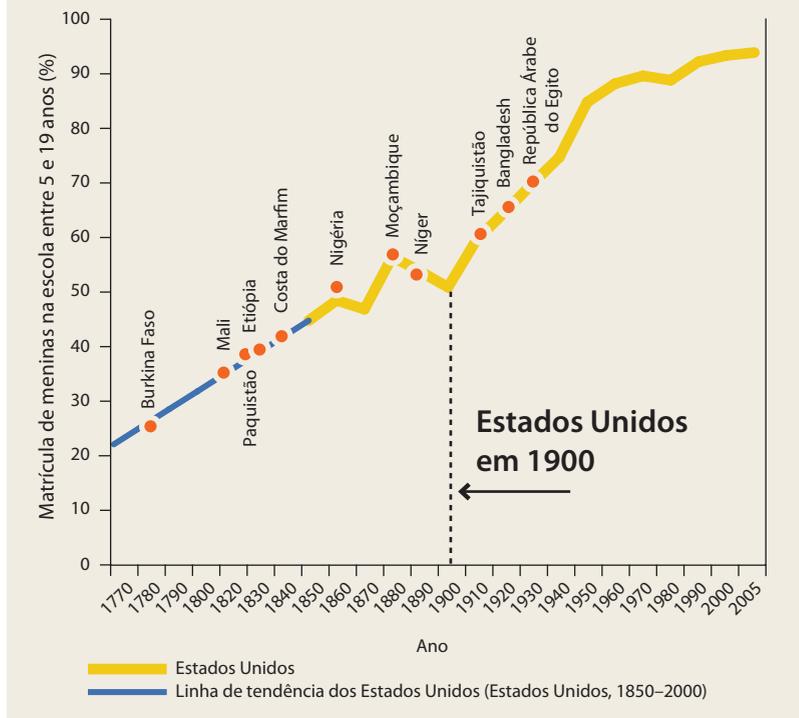
Além dos pobres, os hiatos de gênero permanecem particularmente grandes para grupos para os quais a etnia, a distância geográfica e outros fatores (como deficiência física ou mental ou orientação sexual) constituem a desigualdade de gênero. Cerca de dois terços das meninas fora da escola em todo o mundo pertencem a grupos minoritários étnicos em seus próprios países.²⁹ A taxa de analfabetismo entre as mulheres indígenas na Guatemala é de 60%, 20 pontos acima dos homens indígenas e duas vezes a taxa de mulheres não indígenas.³⁰

Para esses grupos seriamente desfavorecidos, que podem ser bolsões de países desfavorecidos ou segmentos inteiros de países ou regiões, nenhuma das forças que favorecem a instrução de meninas e mulheres jovens está funcionando. Sendo assim, talvez o crescimento na renda agregada não seja amplo o suficiente para beneficiar famílias pobres. Os sinais do mercado são silenciosos porque as oportunidades econômicas para as mulheres não se expandem muito ou porque outras barreiras, tais como exclusão causada por etnia, raça ou casta, estão bloqueando o acesso a tais oportunidades. E a prestação de serviços está geralmente repleta de problemas porque pobreza, distância e discriminação indicam que esses grupos não são contemplados com a expansão de escolas e professores/professoras. Isso não significa que os canais que têm favorecido a educação das meninas em outros lugares não funcionarão para esses grupos. Isso significa porém que os esforços precisam ser redobrados para garantir que os elementos fundamentais para o progresso (crescimento amplo de renda, expansão das oportunidades de emprego para mulheres e prestação eficaz de serviços) sejam implementados. É possível que esses esforços devam ser combinados com intervenções complementares que atinjam essas desvantagens específicas que compõem a desigualdade de gênero (Capítulo 7).

ONDE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO PERSISTIRAM E POR QUÊ?

Em contraste com as áreas onde têm havido um progresso significativo, a mudança tem chegado lentamente ou ainda nem chegou para muitas mulheres e meninas em muitas outras dimensões

FIGURA 6 Países de baixa renda ficam para trás na concretização do progresso na taxa de matrícula de mulheres



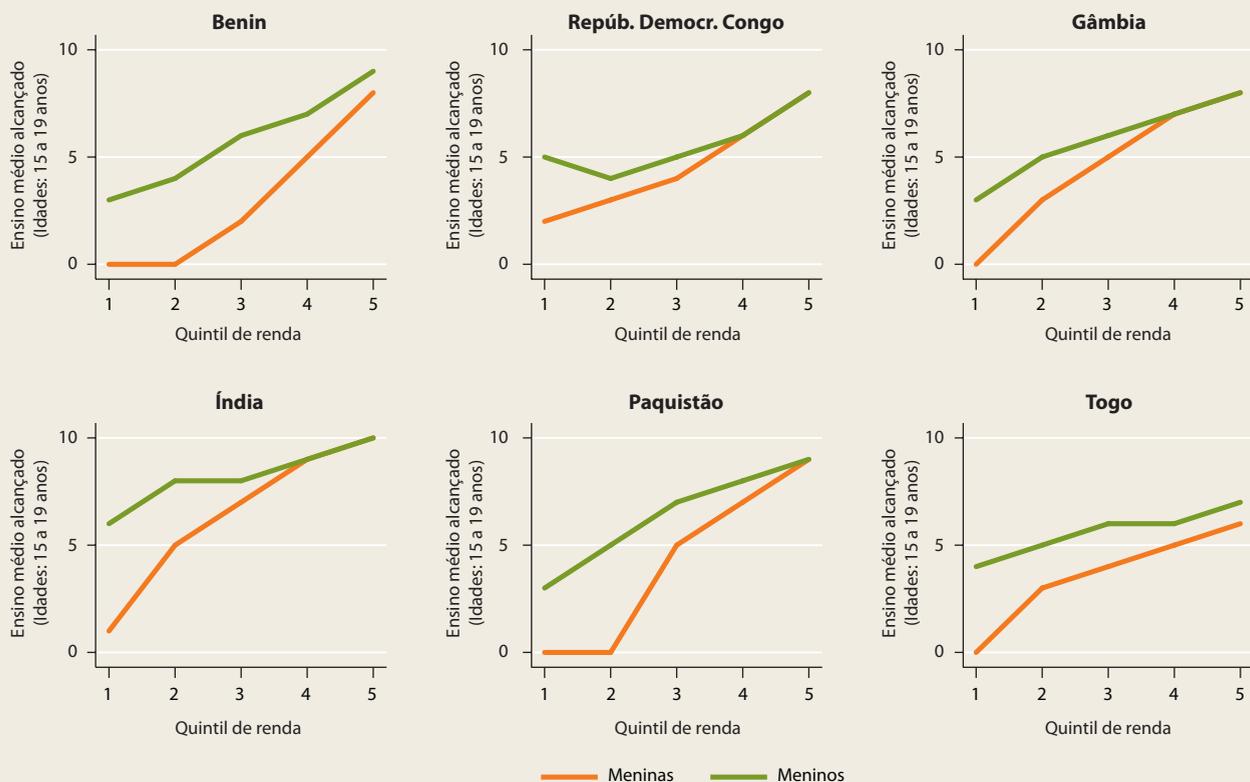
Fonte: Estimativas da equipe do WDR 2012 baseadas no Censo dos Estados Unidos e no Banco de Dados Internacional de Distribuição de Renda (I2D2).

Nota: Os valores entre 1760 e 1840 são baseados nas tendências de matrícula de mulheres entre 1850 e 2000.

de igualdade de gênero. As desvantagens em termos de saúde que surgem na mortalidade excessiva relativa de meninas e mulheres se enquadram nesta categoria. E o mesmo ocorre com outros hiatos persistentes de gênero, incluindo segregação no mercado de trabalho, disparidades salariais de gênero em ganhos, diferenças entre homem/mulher em termos de responsabilidade pela prestação de cuidados e realização das tarefas domésticas, hiatos na posse de bens e restrições na capacidade de decidir das mulheres nas esferas privada e pública. O progresso nesses domínios é difícil de ocorrer, apesar de uma maior prosperidade em muitas partes do mundo. Na verdade, muitos desses hiatos de gênero permanecem proeminentes mesmo entre os países mais ricos.

Os hiatos de gênero persistem nesses domínios "enrijecido" por três razões principais. Primeiro, pode haver apenas um único "arranjo" institucional ou político, que pode ser difícil e facilmente bloqueado. Ilustramos esse problema com a mortalidade feminina excessiva. Segundo, os hiatos persistem quando várias limitações de reforço se combinam para impedir o progresso. Usamos os hiatos na esfera econômica (a persistência dos hiatos

FIGURA 7 Desvantagem das mulheres é mais acentuada nos países de baixa renda



Fonte: Estimativas da equipe do WDR 2012 baseadas em EdAttain.

de gênero em ganhos e a segregação por gênero no mercado de trabalho) e em termos de capacidade de decidir (diferenças na voz da sociedade e na tomada de decisões nos domicílios) para ilustrarmos esse problema. Terceiro, as diferenças de gênero são particularmente persistentes quando enraizadas nos papéis de gênero e normais sociais profundamente arraigados, tais como quando referentes a quem é responsável pela prestação de cuidados e realização de tarefas domésticas, e o que é "aceitável" para as mulheres e os homens em termos de estudo, realização e aspiração. E esses hiatos tendem a ser reproduzidos por gerações. Considere cada um, por sua vez.

Maior mortalidade de meninas e mulheres

A taxa de falecimento de meninas e mulheres em relação a de homens é maior nos países de renda baixa e média do que nos países de alta renda. Para quantificar essa mortalidade feminina excessiva ("ausência" de meninas e mulheres) e identificar as faixas etárias em que isso ocorre, este Relatório estimou o número excessivo de mortes de mulheres em cada faixa etária e para cada país em 1990, 2000, e 2008.³¹ O excesso de mortes de mulheres em um

determinado ano representa as mulheres que não teriam morrido no ano anterior, se tivessem vivido em um país de alta renda, levando em consideração o ambiente de saúde geral do país onde vivem. Em termos globais, a mortalidade feminina excessiva após o nascimento e a "ausência" de meninas no nascimento respondem a cada ano por cerca de 3,9 milhões de mulheres abaixo dos 60 anos de idade. Cerca de dois quintos delas nunca nascem, um quinto desaparece na primeira infância e na infância, enquanto os dois quintos restantes desaparecem entre 15 e 59 anos de idade (Tabela 1).

O crescimento não faz o problema desaparecer. Entre 1990 e 2008, o número de meninas "ausentes" no nascimento e a mortalidade feminina excessiva após o nascimento não mudaram muito; as reduções de mortalidade na primeira infância e na infância foram compensadas por drásticos aumentos na África Subsaariana nas idades reprodutivas. Parte do aumento ocorreu devido ao aumento das populações. Mas, diferentemente da Ásia, onde a ausência de mulheres em proporção às populações caiu em todos os países (drasticamente em Bangladesh, Indonésia e Vietnã), a maioria dos países subsaarianos

TABELA 1 Ausência de cerca de 4 milhões de mulheres a cada ano
Excesso de mortes de mulheres no mundo, por idade e região, 1990 e 2008
(milhares)



	Meninas no nascimento		Meninas com menos de 5 anos		Meninas entre 5 e 14 anos		Mulheres entre 15 e 49 anos		Mulheres entre 50 e 59 anos		Total de mulheres (menos de 60 anos)	
	1990	2008	1990	2008	1990	2008	1990	2008	1990	2008	1990	2008
China	890	1.092	259	71	21	5	208	56	92	30	1.470	1.254
Índia	265	257	428	251	94	45	388	228	81	75	1.255	856
África Subsaariana	42	53	183	203	61	77	302	751	50	99	639	1.182
Países com alta prevalência de HIV	0	0	6	39	5	18	38	328	4	31	53	416
Países com baixa prevalência de HIV	42	53	177	163	57	59	264	423	46	68	586	766
Sul da Ásia (exceto Índia)	0	1	99	72	32	20	176	161	37	51	346	305
Leste da Ásia e Pacífico (exceto China)	3	4	14	7	14	9	137	113	48	46	216	179
Oriente Médio e Norte da África	5	6	13	7	4	1	43	24	15	15	80	52
Europa e Ásia Central	7	14	3	1	0	0	12	4	4	3	27	23
América Latina e Caribe	0	0	11	5	3	1	20	10	17	17	51	33
Total	1.212	1.427	1.010	617	230	158	1.286	1.347	343	334	4.082	3.882

Fonte: Estimativas da equipe do WDR 2012 baseadas em dados da OMS (2010) e do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (2009).

Nota: A soma dos números pode não ser exata devido ao arredondamento.

observou pouca mudança no novo milênio. E nos países mais seriamente afetados pela epidemia de HIV/AIDS, as coisas pioraram bastante.

A análise deste Relatório ajuda a explicar esses padrões. Dependendo do período no ciclo de vida, a ausência de meninas e mulheres ocorre por diferentes razões. A ausência de meninas nascidas reflete a discriminação no domicílio, resultante da combinação de fortes preferências por filhos homens, combinada com a redução da fertilidade e a divulgação de tecnologias que permitem aos pais saber o sexo dos filhos antes do nascimento.³² Esse é um grande problema na China e no Norte da Índia (apesar de agora estar se espalhando para outras partes da Índia), mas é também visível em partes do Cáucaso e nos Balcãs Ocidentais.

A ausência de meninas durante a *primeira infância* e a *infância* não pode ser explicada por uma preferência por filhos homens apenas, apesar de a discriminação contra as meninas poder contribuir para isso. É um resultado não tão baseada na discriminação mas sim em instituições falhas que forçam as famílias a tomar em decisões dentre muitas más opções e, principalmente em relação à água e saneamento. Os mercados e os domicílios não podem compensar esses serviços deficientes.

A ausência de mulheres nas *idades reprodutivas* reflete dois fatores principais. Primeiro, taxas constantemente elevadas de mortalidade materna persistem, principalmente em grande parte da África Subsaariana e em algumas partes do Sul da Ásia. As taxas elevadas de mortalidade materna são o principal fator de contribuição para a mortalidade feminina excessiva no ciclo de reprodução. No Afeganistão, Chade, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Serra Leoa e Somália, pelo menos 1 a cada 25 mulheres morrerá de complicações no parto ou na gravidez. E uma fração ainda maior sofrerá consequências de longo prazo em termos de saúde após o parto.³³

O progresso na redução da mortalidade materna não tem sido proporcional ao crescimento da renda. Na Índia, apesar do crescimento econômico estelar nos últimos anos, a mortalidade materna é quase seis vezes a taxa no Sri Lanka. Nas duas últimas décadas, apenas 90 países apresentaram um declínio de 40% ou mais no índice de mortalidade materna, enquanto 23 países mostraram um aumento. O principal problema é, mais uma vez, o fato de as famílias estarem sendo solicitadas a tomar muitas decisões diante de más opções — um resultado de múltiplas falhas na prestação de

serviços. Em muitas partes do mundo, esta situação é reforçada por normas sociais que influenciam o comportamento dentro dos domicílios e que dificultam a prestação de cuidados de saúde materna de forma rápida e suficiente, mesmo onde disponível. E o alto nível de fertilidade, parcialmente refletindo baixas rendas, constitui o problema em partes da África Subsaariana.

Segundo, os impactos da pandemia de HIV/AIDS na mortalidade de mulheres em muitos países da África Oriental e Austral têm sido dramáticos. O motivo para a maior predominância de HIV/AIDS entre as mulheres em relação aos homens é a sua maior susceptibilidade e maior probabilidade de que seus parceiros sexuais sejam mais velhos e, portanto, com mais probabilidade do que os homens mais jovens de ter HIV. Além disso, os países que têm passado por um conflito civil de baixo impacto (como a República Democrática do Congo) *também* têm observado um aumento no número de mulheres "ausentes". Isso contrasta com outros países que sofreram guerras diretas, como Eritreia, onde os homens que "se perderam" nos anos de guerra aumentaram.

Um exame da experiência histórica dos países do norte e oeste da Europa e dos Estados Unidos mostra que padrões semelhantes de mortalidade feminina excessiva na infância e nos anos do ciclo de reprodução existiram nesses lugares, mas desapareceram entre 1900 e 1950. Essas

reduções ocorreram principalmente por causa de melhorias na qualidade das instituições; isto é, no fornecimento de água potável, saneamento e cuidados de saúde materna. Uma vez que existe apenas um único ponto de entrada, por meio de instituições melhores, para abordar a mortalidade feminina, a solução do problema é difícil, ou seja, bem mais difícil do que levar meninas para a escola. Mas para quaisquer noções básicas de justiça humana, a comunidade de desenvolvimento global deve tornar o tratamento desse problema uma prioridade.

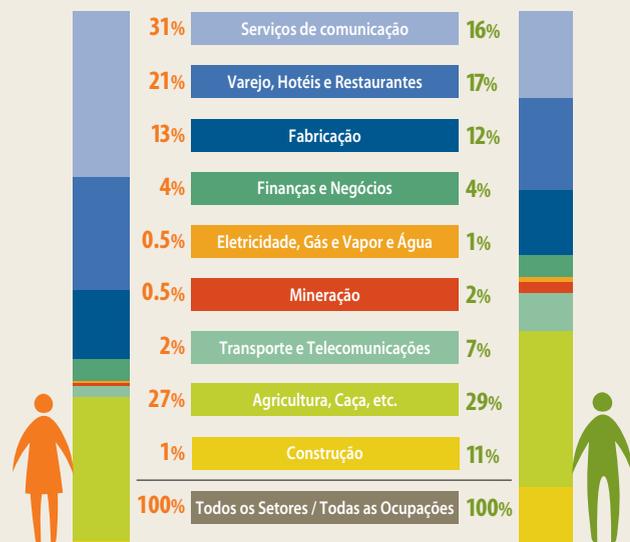
Segregação por gênero no mercado de trabalho e disparidades salariais

Apesar de as mulheres terem ingressado na força de trabalho em grandes números em quase todo o mundo em desenvolvimento nos últimos 25 anos, esse aumento da participação não se transformou em oportunidades iguais de emprego ou em salários iguais para homens e mulheres. Homens e mulheres tendem a trabalhar em partes muito diferentes do "espaço econômico", com pouca mudança ao longo do tempo, mesmo nos países de alta renda. Em quase todos os países, as mulheres têm mais probabilidade do que os homens de participar de atividades de baixa produtividade. Também têm mais probabilidade de terem um emprego familiar assalariado ou não remunerado ou de trabalho no setor de salários informais. Na agricultura, principalmente na África, as mulheres trabalham em terrenos menores e cultivam culturas menos remunerativas. Como empresárias, elas tendem a gerenciar empresas menores e a se concentrarem nos setores menos lucrativos. E no emprego formal, elas se concentram em ocupações e setores do "sexo feminino" (Figura 8). Esses padrões de segregação por gênero no mercado de trabalho se transformaram com o desenvolvimento econômico, mas não desaparecem.

Como resultado dessas diferenças onde homens e mulheres trabalham, os hiatos de gênero em termos de ganhos e produtividade persistem em todas as formas da atividade econômica, ou seja, na agricultura, no emprego assalariado e no empreendedorismo (Mapa 1). Em quase todos os países, as mulheres no setor de fabricação ganham menos do que os homens. Na agricultura, as fazendas dirigidas por mulheres em média têm uma produtividade mais baixa do que as fazendas dirigidas por homens, mesmo para homens e mulheres nas mesmas famílias e para homens e mulheres que cultivem as mesmas culturas.³⁴ As empresárias (sexo feminino) são também menos produtivas do que os empresários (sexo masculino).³⁵ Nas áreas urbanas na Europa Oriental e Ásia Central, América Latina e África Subsaariana, o valor agregado por trabalhador

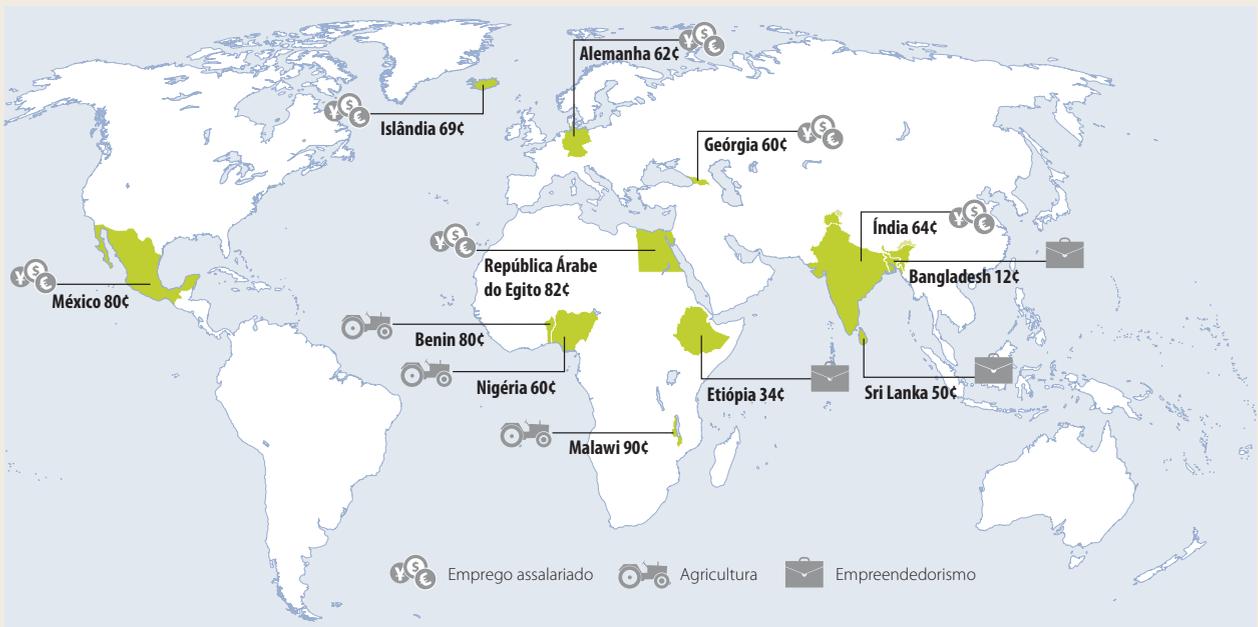
FIGURA 8 *Homens e mulheres trabalham em setores diferentes*

Distribuição de empregos de mulheres/homens em todos os setores



Fonte: Estimativas da equipe do WDR 2012 baseadas em ILO 2010 (77 países).

Nota: A soma dos números pode não ser exata devido ao arredondamento.

MAPA 1 Disparidade salarial entre mulheres e homens (ganhos de mulheres referentes a US\$ 1 de ganhos de homens)

Fontes: Dados sobre Benin provenientes de Kinkingninhoun-Mêdagbé e outros (2010); sobre Malawi, de Gilbert, Sakala e Benson (2002); sobre Nigéria, de Oladeebo e Fajuyigbe (2007); sobre Bangladesh, Etiópia e Sri Lanka, de Costa e Rijkers (2011); e sobre Egito, Geórgia, Alemanha, Islândia, Índia e México, de LABORSTA, Organização Internacional do trabalho.

é menor nas empresas geridas por mulheres do que nas empresas geridas por homens.³⁶ Para as empresas que atuam nas áreas rurais de Bangladesh, Etiópia, Indonésia e Sri Lanka, as diferenças em termos de rentabilidade são significativas entre as empresas de propriedade de mulheres e as empresas de propriedade de homens.³⁷

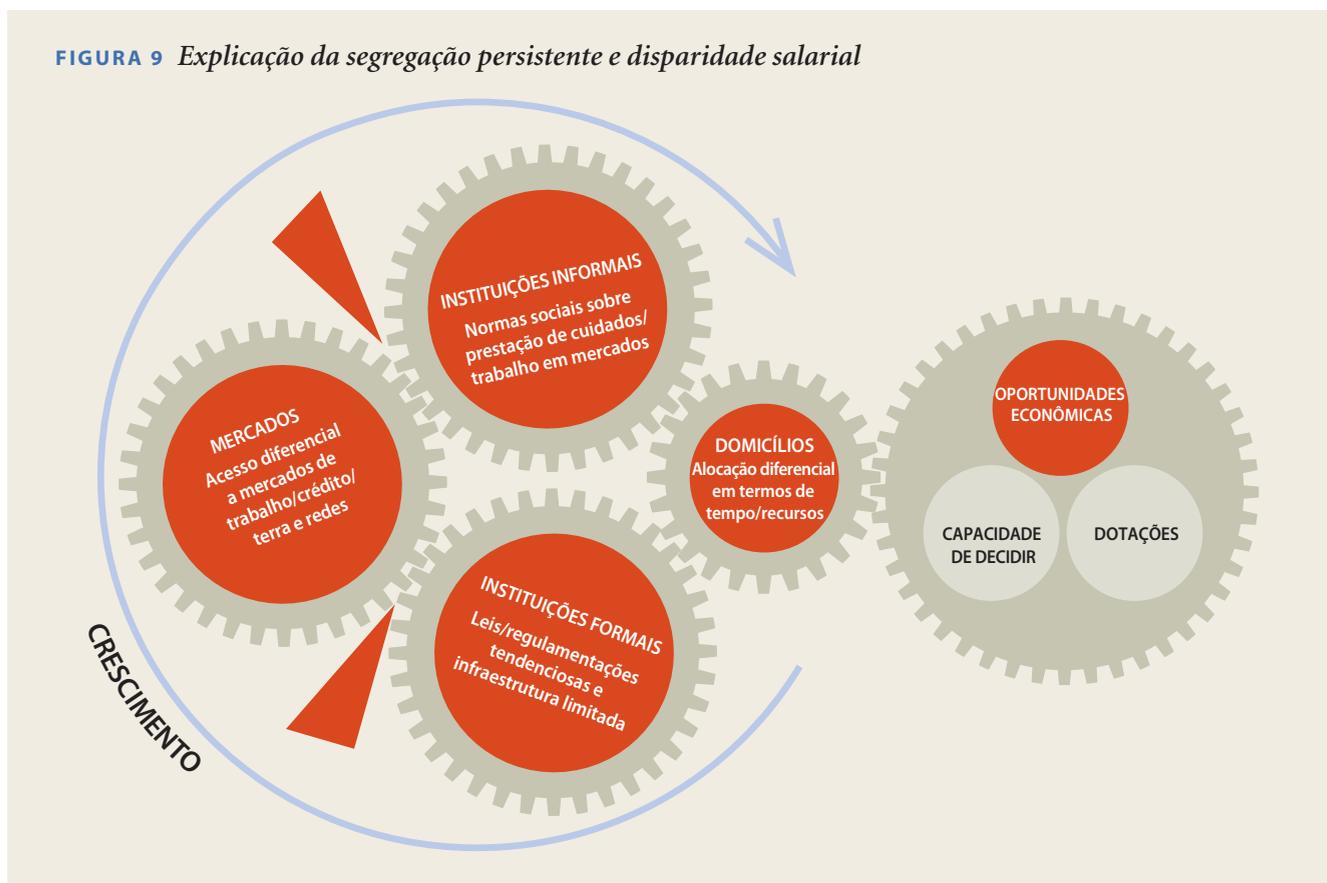
Sendo assim, o que explica essa segregação persistente por gênero no mercado de trabalho e os hiatos resultantes em termos de ganhos? O Relatório argumenta que as diferenças de gênero na utilização do tempo, no acesso a bens e crédito, e no tratamento por parte dos mercados e das instituições formais (incluindo estrutura jurídica e normativa) desempenham um papel importante na restrição das oportunidades das mulheres. Essas restrições são mostradas na Figura 9 como obstáculos, obstruindo o progresso no sentido de uma maior igualdade de gênero. O crescimento de renda tem certa influência na mudança desses padrões, mas não os elimina. As interações mutuamente reforçadoras entre esses diferentes fatores tornam o problema particularmente de difícil solução. Considere cada uma, por sua vez.

As diferentes quantidades de tempo que homens e mulheres destinam para prestação de cuidados e realização de tarefas domésticas representam um fator que aumenta a segregação e

as consequentes disparidades salariais. Na maioria dos países, independentemente da renda, as mulheres assumem uma responsabilidade desproporcional em termos de tarefas domésticas e prestação de cuidados, enquanto os homens são responsáveis principalmente pelas atividades no mercado (Figura 10). Quando todas as atividades são somadas, as mulheres geralmente trabalham mais horas do que os homens, com consequências para seu lazer e bem-estar. E em todos os lugares elas dedicam mais tempo a cada dia à prestação de cuidados e à realização de tarefas domésticas do que seus parceiros: as diferenças variam de uma a três horas a mais para tarefas domésticas, de duas a dez vezes o tempo para prestação de cuidados (de filhos, idosos e doentes), e de uma a quatro horas a menos para atividades no mercado. Mesmo quando as mulheres assumem uma parcela maior das atividades no mercado, elas continuam sendo as grandes responsáveis pela prestação de cuidados e realização de tarefas domésticas. E esses padrões são ainda mais acentuados após o casamento e a maternidade.

Um segundo fator que aumenta a segregação no mercado de trabalho e as disparidades salariais são as diferenças em dotações humanas e físicas (incluindo o acesso a bens e crédito). Apesar dos aumentos na educação das mulheres, ainda existem diferenças em capital humano entre

FIGURA 9 Explicação da segregação persistente e disparidade salarial



Fonte: Equipe do WDR 2012.

homens e mulheres. Essas diferenças incluem um hiato em anos de escolaridade entre as coortes mais velhas, bem como diferenças no que os homens e as mulheres decidem estudar em coortes mais jovens — diferenças que afetam a segregação no mercado de trabalho, principalmente nos países aonde a maioria das pessoas mais jovens vai para a faculdade. Em termos de agricultura e empreendedorismo, grandes e significativos hiatos de gênero no acesso a insumos (incluindo terra e crédito) e na posse de bens estão na base do hiato de produtividade de gênero. Na verdade, as diferenças de produção para agricultores do sexo masculino e feminino desaparecem de uma só vez, quando o acesso aos insumos de produção é levado em consideração (Figura 11). As diferenças no acesso a insumos podem ser também compostas por diferenças na disponibilidade de "tempo de mercado", conforme acima observado, o que pode tornar o mesmo investimento menos produtivo para mulheres do que para homens. Ao mesmo tempo, essas restrições indicam que as mulheres empresárias e agricultoras ficam frequentemente restritas a negócios e atividades menos rentáveis e com menos probabilidade de expansão.

Quão grandes são as diferenças de gênero no acesso a bens (principalmente terra), crédito e outros insumos? Uma variedade de fontes de dados sugere que são enormes. Dados para 16 países em cinco regiões em desenvolvimento indicam que as famílias chefiadas por mulheres têm menos probabilidade de possuir e de lavrar terra.³⁸ De modo geral, onde as evidências estão disponíveis para todos os agricultores, as mulheres raramente são proprietárias das terras onde lavram. Por exemplo, no Brasil, as mulheres são proprietárias de cerca de 11% das terras. E suas propriedades são sistematicamente menores do que as dos homens. No Quênia, as mulheres contabilizam 5% das propriedades de terras registradas em âmbito nacional.³⁹ E em Gana, o valor médio das propriedades de terras dos homens é de três vezes as propriedades das mulheres.⁴⁰ Do mesmo modo, grandes hiatos são observados no uso de fertilizantes e na melhoria das variedades de sementes na agricultura e também no acesso e uso de crédito entre os empresários e as empresárias.

Terceiro, as falhas de mercado e as restrições institucionais também desempenham um papel importante. Os mercados de trabalho muitas vezes

FIGURA 10 Em todo o mundo, as mulheres gastam mais horas por dia na prestação de cuidados e na realização de tarefas domésticas do que os homens



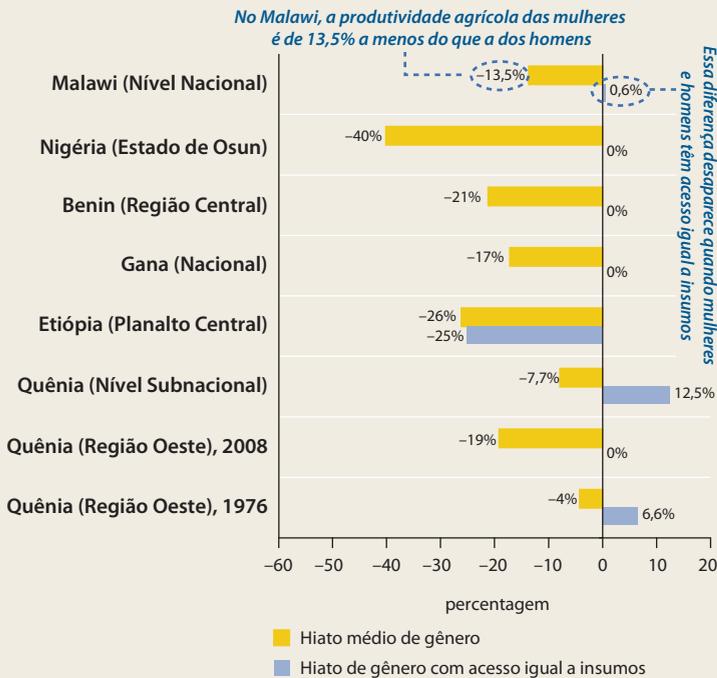
Fonte: Berniell e Sanchez-Páramo (2011).

não funcionam bem para mulheres, principalmente se sua presença for limitada em alguns setores ou ocupações. Quando existem poucas mulheres empregadas, os empregadores podem manter crenças discriminatórias sobre a produtividade ou adequabilidade das mulheres como trabalhadoras — tais crenças podem persistir se não houver mecanismos implementados para corrigi-las. O acesso a informações sobre empregos e o apoio a promoções e avanços na carreira geralmente ocorrem em redes

por gênero, prejudicando as mulheres que estão tentando ingressar em um campo dominado por homens (ou prejudicando do mesmo modo os homens que estão tentando ingressar em um campo dominado por mulheres, como enfermagem). E, às vezes, barreiras legais, concebidas como medidas de proteção, impedem as mulheres de ingressar em alguns setores ou ocupações.

Em resumo, quer as mulheres sejam agricultoras, empresárias ou trabalhadoras, muitas caem

FIGURA 11 *Diferenças de gênero em produtividade agrícola desaparecem quando o acesso e o uso de insumos de produção são levados em consideração*



Fonte: Alene e outros (2008); Gilbert, Sakala e Benson (2002); Kinkinninhoun-Médagbé e outros (2010); Mook (1976); Oladeebo e Fajuyigbe (2007); Saito, Mekonnen e Spurling (1994); Vargas Hill e Vigneri (2009).

em uma armadilha da produtividade: trabalham duro em um campo de atuação desigual com acesso desigual a insumos de produção. Essa armadilha impõe custos significativos ao bem-estar das mulheres e às oportunidades econômicas dos dias atuais, além de sérios desincentivos para investir nas mulheres de amanhã.

Menos voz na sociedade e na tomada de decisões nos domicílios

Em quase todo o mundo, as mulheres têm menos contribuições do que os homens na tomada de decisões em suas famílias, em suas comunidades e em suas sociedades. Considere a sub-representação das mulheres na política formal, principalmente nos níveis mais elevados. Menos de um quinto de todos os cargos de gabinete é ocupado por mulheres. E a falta de representação das mulheres se estende até o poder judiciário e os sindicatos trabalhistas. Esses padrões não mudam muito quando os países ficam mais ricos. A parcela de mulheres parlamentares aumentou apenas de 10% para 17% entre 1995 e 2009.

O fato de uma mulher ter voz e a quantidade dessa voz na tomada de decisões em sua família

sobre os padrões de gastos, incluindo despesas com filhos, são importantes indicadores de sua capacidade de decidir. Um terço das mulheres casadas no Malawi e um quinto das mulheres casadas na Índia não participam das decisões sobre despesas, mesmo sobre seus próprios rendimentos. Até mesmo em um país de renda média alta como a Turquia, mais de um quarto das mulheres casadas no quintil inferior de renda não têm controle sobre a própria renda obtida.⁴¹ A capacidade das mulheres de possuir, controlar e dispor da propriedade ainda difere da capacidade dos homens; muitas vezes legalmente, às vezes na prática. E mais uma vez, esses padrões mudam muito sutilmente a medida que os países ficam mais ricos.

Uma clara manifestação da falta de capacidade de decidir das mulheres é a violência doméstica. A violência é o oposto da liberdade — uma forma extrema de coerção que, por definição, nega a capacidade de decidir. As mulheres correm um risco bem maior de sofrer violência por parte de um parceiro íntimo ou de alguém que conhecem do que de sofrer violência por parte de outras pessoas. E as mulheres têm mais probabilidade do que os homens de serem assassinadas, serem gravemente feridas ou serem vítimas de violência por parte dos parceiros íntimos.⁴² A prevalência da violência doméstica varia bastante entre os países, sem nenhuma associação explícita com os rendimentos; apesar de a incidência tender a crescer com a privação socioeconômica, a violência não conhece fronteiras. Em algumas nações de renda média, como o Brasil (regiões de São Paulo e Pernambuco) e Sérvia (Belgrado), as mulheres reportam que a incidência de violência física por parte dos parceiros íntimos atinge 25%.⁴³ No Peru (Cusco), quase 50% das mulheres são vítimas de graves violências físicas ao longo da vida e na Etiópia (Butajira), 54% das mulheres reportaram estarem sujeitas a abuso físico ou sexual por parte de um parceiro íntimo nos últimos 12 meses.⁴⁴

Múltiplos fatores estão presentes atrás desses grandes hiatos na voz das mulheres. Na sociedade, a baixa representação pode se autoperpetuar, com as mulheres sendo incapazes de transmitir sua capacidade de liderança. Sendo assim, na política, os eleitores e as eleitoras não poderão julgar com precisão a capacidade de uma mulher como líder. E o ingresso das mulheres pode ser limitado por crenças sociais de que a política é uma atividade masculina ou de que as mulheres são líderes menos eficazes do que os homens — crenças difíceis de vencer até um número significativo de mulheres chegar à liderança política. Diferentes responsabilidades de prestação de cuidados também significam que as mulheres carecem de flexibilidade ou de tempo para investir com tanto empenho quanto os homens na

participação em instituições políticas. A falta de redes para mulheres também dificulta ainda mais a ascensão a cargos de poder em partidos políticos ou sindicatos trabalhistas.

No domicílio, dois importantes determinantes da voz de uma mulher são sua renda e seu controle sobre os bens domiciliares. O crescimento econômico pode melhorar as condições materiais para capacidade de decidir, com as mulheres geralmente tendo mais voz em famílias mais ricas. Mas as rendas familiares mais altas apenas não são suficientes para eliminar a capacidade inferior das mulheres de tomarem decisões. O que é importante são os próprios rendimentos e os bens de uma mulher e sua capacidade de deixar o domicílio, sendo que tudo isso aumenta seu poder de barganha e sua capacidade de influenciar as escolhas familiares. Na Índia, a propriedade de bens aumenta consideravelmente a voz das mulheres na família em diversos assuntos e reduz o risco de sofrer violência doméstica.⁴⁵ Do mesmo modo, uma vez que as parcelas das mulheres nos ganhos familiares aumentam na Colômbia e África do Sul, há também um aumento do seu controle sobre as principais decisões de família. Há também evidências de uma relação entre os bens, ganhos e parcelas dos rendimentos familiares das mulheres e a incidência de violência doméstica.⁴⁶

Mas se os ganhos das mulheres forem limitados pelo mau funcionamento dos mercados ou por outras barreiras diferenciadas por gênero em relação a oportunidades econômicas e propriedade de bens, a voz das mulheres na família permanecerá silenciada. O reforço dessas influências legais e de mercado são normas sociais que ditam que os homens, e não as mulheres, tomam as principais decisões em suas famílias.

Reprodução da desigualdade de gênero entre as gerações

Talvez o aspecto "mais enrijecido" dos resultados por gênero seja o modo como os padrões de desigualdade de gênero são reproduzidos com o tempo. Parte dessa persistência é baseada em normas sociais que mudam muito lentamente e em como elas afetam o que acontece dentro do domicílio. Homens e mulheres internalizam as normas sociais e as expectativas, de modo a afetar não somente suas próprias aspirações, comportamentos e preferências, mas também as aspirações, os comportamentos e as preferências de seus filhos e suas filhas. O estudo Young Lives observou as aspirações educacionais e as aptidões não cognitivas de meninos e meninas com 8, 12 e 15 anos de idade em um total de 12.000 crianças na Etiópia, Andhra Pradesh na Índia, Peru e Vietnã.⁴⁷ As aspirações dos pais em relação à educação de seus

filhos voltavam-se em favor dos meninos na Etiópia e Índia até os 12 anos e em favor das meninas no Peru e Vietnã. Até os 15 anos de idade, essas tendenciosidades haviam sido transmitidas para os filhos e as filhas, com aspirações educacionais claramente maiores entre os meninos na Etiópia e Índia e entre as meninas no Vietnã. E até os 15 anos, as medidas tomar decisões ou de eficácia mostraram uma forte tendenciosidade pró-masculina na Índia e na Etiópia, mas não no Peru e Vietnã.

Um volume crescente de pesquisas também sugere que as atitudes sobre as mulheres na família e no local de trabalho são transmitidas por gerações. Quando as mulheres não trabalham fora de casa, suas filhas também têm menos probabilidade de fazê-lo quando adultas, e seus filhos têm menos probabilidade de casar com mulheres que trabalhem fora de casa.⁴⁸ Homens jovens e mulheres jovens também tendem a estudar em esferas diferentes — com as mulheres favorecendo as áreas de educação e ciências humanas e os homens favorecendo as áreas de engenharia, agricultura e ciências, de formas não associadas a aptidões (Capítulo 3) e que se repetem por gerações e que não desaparecem quando a renda aumenta. As evidências também sugerem que a violência doméstica testemunhada quando criança é repetida na fase adulta.⁴⁹ As mulheres no Haiti que haviam testemunhado violência doméstica tinham mais probabilidade de se reportar como vítimas de violência física ou sexual.⁵⁰ O padrão é semelhante no Camboja e México.⁵¹ E os homens na África do Sul que reportaram o testemunho de violência entre seus pais tinham consideravelmente mais probabilidade de reportar a perpetração da violência física por eles próprios.⁵²

As normas podem ser aprendidas na família, mas são frequentemente reforçadas por sinais e instituições de mercado, que são tendenciosos em termos de gênero em muitos aspectos. Por exemplo, as diferenças de gênero na responsabilidade da prestação de cuidados e da realização de tarefas domésticas, conforme recém-abordadas, baseiam-se nos papéis de gênero, mas são fortalecidas pela discriminação nos mercados de trabalho e por uma falta de serviços de cuidados infantis. Na base dos padrões por gênero do que homens e mulheres estudam existe uma combinação de fatores que alimentam as decisões familiares (normas sobre o que é apropriado para meninas e meninos), instituições (sistemas de educação por gênero) e mercados (redes por gênero e segregação ocupacional). Em termos de violência doméstica, o trabalho empírico considera importante o poder explicativo nos níveis individual, familiar e comunitário, reforçado por percepções sociais e falhas em instituições (incluindo uma falta de leis e serviços de proteção ou de formas deficientes de execução e de prestação de serviços).⁵³

O que podemos aprender com a persistência de todos esses hiatos de gênero?

Os mercados e as instituições (formais e informais) podem ir contra uma maior igualdade de gênero, de uma forma que seja muitas vezes mutuamente reforçadora. Às vezes as instituições de prestação de serviços falham, como para mulheres jovens e meninas durante o parto. Outras vezes, os mercados não funcionam bem, com resultados que são piores para as mulheres, conforme ilustrado por evidências de discriminação nos mercados de trabalho e de crédito. Entretanto, frequentemente reforçando essas falhas de mercado estão as instituições que tratam homens e mulheres de modo diferente. Leis e regulamentações podem restringir a capacidade de decidir e as oportunidades das mulheres mais do que as dos homens, como quando homens e mulheres têm diferentes direitos de propriedade, ou quando restrições são impostas em termos de horas e setores de trabalho para mulheres, mas não para homens. Nos lugares onde já houver discriminação nos mercados de crédito e de trabalho, tais leis e regulamentações desiguais podem acentuar o problema. Um tratamento desigual pode também se manifestar mais indiretamente por meio de uma prestação de serviços não imparcial, como é o caso dos serviços de extensão agrícola. Aqui, a tendência institucional e a estrutura do mercado (com mulheres sub-representadas em culturas não destinadas a alimentos que são geralmente o alvo dos serviços de extensão) reforçam e até aprofundam as desigualdades.

Todas as instituições (formais e informais) têm uma considerável inércia. Elas tendem a refletir os interesses das pessoas que exercem mais poder e influência e são difíceis de mudar sem alguma forma de ação ou voz coletiva.⁵⁴ As normas sociais tendem a se tornar especialmente lentas em termos de mudança: normas que podem ter servido a uma finalidade em um determinado momento, mas que não são mais úteis, podem perdurar simplesmente por causa do hábito ou porque uma punição social está associada ao fato de ser a primeira pessoa a infringir a norma, ou porque a norma beneficia um grupo dominante na sociedade (neste caso, os homens). A persistência da norma pode perpetuar as desigualdades de gênero muito depois de o seu fundamento original ter desaparecido.

Em resumo, as falhas do mercado, as restrições institucionais e as normas sociais persistentes diferenciadas por gênero geralmente se combinam para reforçar as desigualdades de gênero e tornar o processo de igualdade de gênero muito mais complexo. Quando existem múltiplas restrições, todas precisam ser abordadas.

O QUE SE PODE FAZER?

Nada é automático no processo de crescimento e desenvolvimento em termos de uma maior igualdade de gênero em todas as frentes. Parte da justificativa é que rendas maiores e a melhor prestação de serviços por parte do estado ajudam a reduzir os hiatos de gênero somente em alguns domínios. E mesmo nesses domínios, as melhorias não atingem todas as mulheres. Em outros domínios de igualdade de gênero, tais como segregação ocupacional e muitas manifestações da capacidade de decidir das mulheres, o crescimento da renda e uma melhor prestação de serviços são bem menos eficazes na liberação das frequentes e inúmeras restrições de reforço inerentes aos persistentes hiatos de gênero.

As novas forças da globalização podem reduzir muitos desses hiatos. Primeiro, a abertura do comércio e a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação se transformaram em mais empregos e ligações mais sólidas nos mercados para mulheres, aumentando seu acesso a oportunidades econômicas e contribuindo para seu empoderamento econômico. Segundo, a urbanização e o maior acesso a informações permitiram que muitas mulheres nos países em desenvolvimento aprendessem sobre a vida e os costumes em outras partes do mundo, incluindo o papel das mulheres, possivelmente afetando atitudes e comportamentos. Terceiro, os incentivos para uma ação pública no sentido de igualdade de gênero são mais fortes do que nunca, uma vez que o crescente consenso global sobre a importância intrínseca do empoderamento econômico, social e político das mulheres indica que a desigualdade de gênero afeta a o prestígio internacional de um país. Mas esse potencial de globalização não será concretizado sem que uma ação pública eficaz em âmbito nacional preencha os hiatos de gênero restantes em termos de dotações, capacidade de decidir e acesso a oportunidades econômicas.

Desse modo, o que devem fazer os governos nos países em desenvolvimento para promover uma maior igualdade de gênero? Em que áreas de desigualdade de gênero esses governos devem se concentrar? Devem começar com intervenções em educação e saúde ou devem se concentrar nas oportunidades econômicas ou na capacidade de decidir? Que combinação de políticas devem implementar e em que sequência? A princípio, essas questões podem parecer impressionantes por causa da multiplicidade de áreas prioritárias e do número de instrumentos de política disponíveis. Este Relatório mostra como uma melhor análise pode ajudar a reduzir a complexidade de escolhas e concepções políticas de várias formas.

O ponto de partida é determinar quais aspectos da desigualdade de gênero devem ter prioridade máxima para a política futura. Três critérios são importantes nesse aspecto:

- Primeiro, que hiatos de gênero são mais significativos para aumentar o bem-estar e manter o desenvolvimento? Sendo assim, onde estão os prováveis benefícios em termos de desenvolvimento na abordagem dos hiatos de gênero que devem ser provavelmente os maiores?
- Segundo, quais desses hiatos persistem mesmo quando os países ficam mais ricos? Assim, onde as rendas mais altas por si só pouco ajudam na redução das disparidades?
- Terceiro, para quais dessas áreas prioritárias tem havido uma atenção insuficiente ou inadequada? Assim, onde uma reorientação de políticas produziria os maiores benefícios?

Com a aplicação desses critérios, concluímos que quatro áreas devem ser da mais alta prioridade para os formuladores de políticas:

- *Redução de hiatos de gênero em dotações de capital humano* (atingir a mortalidade feminina excessiva e eliminar de bolsões de desvantagem de gênero em educação onde houver)
- *Preenchimento de hiatos de ganhos e produtividade entre homens e mulheres*
- *Redução de diferenças de gênero em termos de voz*
- *Limitação da reprodução de desigualdade de gênero ao longo do tempo*, quer via dotações, oportunidades econômicas ou capacidade de decidir

Logicamente, nem todas essas prioridades se aplicam a todos os países. E as características específicas dos países determinarão como as políticas corretivas precisarão ser customizadas.

Nossa análise também enfatiza que, ao escolher e elaborar políticas, é necessário focar os *determinantes* dos hiatos de gênero que são motivo de preocupação e não os resultados desses. O esquema na Parte 2 do Relatório ajuda a destacar essas causas subjacentes e mostra como elas emergem do funcionamento dos mercados e instituições e de suas interações entre si e com os domicílios. Em outras palavras, o esquema identifica o problema que precisa ser resolvido e se as intervenções devem visar mercados, instituições formais, instituições informais ou algum tipo de combinação dos três.

Tendo identificado as causas subjacentes do hiato de gênero que é motivo de preocupação, o Relatório baseia-se na experiência com as intervenções políticas em um amplo grupo de países para fornecer orientação sobre intervenções

específicas que poderiam funcionar em diferentes cenários. Também verifica a economia política de reformas e enfatiza que a elaboração e a implementação da política estejam sintonizadas com os ambientes institucionais, sociais, políticos e culturais dos países e com os atores sociais envolvidos.

Políticas para reduzir hiatos de gênero em dotações de capital humano (saúde e educação)

A abordagem de hiatos de gênero em dotações de capital humano — mortalidade feminina excessiva em períodos específicos do ciclo de vida e bolsões de desvantagem de gênero em educação — requer *um reparo das instituições* que prestam serviços públicos. A prestação de serviços básicos de modo oportuno às mulheres grávidas e a melhoria da disponibilidade de água potável e saneamento para os domicílios percorrerão um longo caminho para o preenchimento dos hiatos de gênero em termos de mortalidade excessiva. Os serviços de educação precisam focar a melhoria do acesso aos grupos significativos da população atualmente em desvantagem em termos de pobreza, etnia, casta, raça ou geografia. Esse enfoque ajudará a abordar as "armadilhas de desigualdade de gênero" que afetam os pobres e os excluídos na sociedade.

Essas soluções podem ser provenientes do lado da procura ou da oferta, mas não podem ser insensíveis às questões de igualdade de gênero. Pelo contrário, devem incluir explicitamente como fatores, tanto para fins de elaboração e implementação, os impulsores da desigualdade de gênero que causam a persistência dos hiatos de gênero nos resultados da saúde e educação. E devem incluir no processo de elaboração e implementação da política as vozes das pessoas que a política estiver tentando alcançar — mulheres e meninas excluídas, e homens e meninos que vivem com elas.

Redução da mortalidade feminina excessiva

Os principais determinantes da mortalidade feminina excessiva nos diferentes períodos do ciclo de vida têm pouco a fazer com a rapidez com que os países crescem. São resultado das preferências familiares e das falhas nas formas que os mercados e as instituições funcionam. Os pontos de entrada para a política são ditados por essas influências mais vinculantes em cada período.

A proporção desigual entre os sexos no nascimento é um problema em algumas partes do mundo, principalmente na China, partes da Índia e partes do Cáucaso. A causa subjacente é a preferência por filhos homens entre as famílias, que tem sido exacerbada em alguns desses lugares com o rápido crescimento da renda. As rendas

mais altas têm aumentado o acesso a tecnologias de ultrassom que ajudam na seleção do sexo no nascimento. Desse modo, as políticas precisam funcionar em duas frentes.

Primeiro, *as leis precisam ser promulgadas e implementadas para lidar com o abuso das tecnologias de seleção do sexo*, como tem ocorrido na China e na Índia. Mas a experiência mostra que a implementação é difícil, se não impossível, de ser executada sem a imposição de restrições draconianas que não sejam viáveis na maioria das sociedades e que levantem outras preocupações éticas. E a dificuldade em implementar tais restrições é exacerbada, uma vez que esses problemas são piores entre os ricos nessas sociedades.

A segunda, e mais promissora, abordagem é *aumentar as percepções familiares do valor das filhas mulheres*. A expansão de oportunidades econômicas para mulheres jovens, incluindo as mulheres no mercado de trabalho, é uma forma de fazer isso, e pode funcionar, juntamente com o processo de desenvolvimento, para reverter a preferência por filhos homens. Basta considerar a República da Coreia, um dos poucos casos onde a mortalidade feminina excessiva no nascimento foi revertida em um curto período.⁵⁵ E o processo pode ser complementado pelo fornecimento de incentivos financeiros aos pais para ter filhas mulheres (como o programa "Apni Beti Apni Dhan" em alguns estados da Índia) e campanhas com apoio da mídia para mudar as ideias da sociedade sobre igualdade de gênero.

Na *primeira infância e na infância*, a mortalidade excessiva de meninas não se baseia nas famílias ou nos mercados, apesar desses dois fatores poderem agravar a situação. Baseia-se na falha das instituições em fornecer água potável, saneamento, descarte de resíduos e drenagem. Os países com altas taxas de mortalidade feminina na primeira infância são aqueles onde o ônus de doenças infecciosas permanece alto. Os países ricos de hoje eliminaram a mortalidade feminina excessiva de meninas com a melhoria do acesso à água potável e saneamento no início do século XX. E os países em desenvolvimento que apresentaram grandes quedas na mortalidade excessiva de meninas durante as duas últimas décadas, como Bangladesh, China e Vietnã, fizeram o mesmo. Sendo assim, para a "ausência" de meninas na África Subsaariana "terminar e elas voltarem a reaparecer", os países devem investir em sistemas semelhantes e fornecer serviços adequados de água, saneamento e descarte de resíduos a toda a sua população e não apenas às pessoas com melhores condições financeiras. Apesar de tais serviços beneficiarem a todas as crianças pequenas, as meninas serão mais beneficiadas devido à redução de doenças infecciosas.

Como exatamente os países devem fazer isso? Se a experiência dos países ricos da atualidade servir como orientação, parte da solução será o *fornecimento de água potável no ponto de consumo por meio de água encanada*. Outras soluções, como tratamento de água na fonte, são menos eficazes na redução da morbidade por diarreia por causa do potencial de recontaminação.⁵⁶ O problema é elaborar uma estrutura institucional que expanda o acesso à água potável de modo eficiente e, ao mesmo tempo, garanta que os serviços permaneçam acessíveis e ao alcance das pessoas pobres.

A solução dependerá do ambiente, mas alguns elementos são fundamentais:

- Regulamentações apropriadas que reconheçam o fundamento lógico para a intervenção do governo.
- Uma estrutura adequada de incentivos aos fornecedores para torná-los mais responsáveis em relação aos formuladores de políticas.
- Medidas para aumentar a responsabilização dos fornecedores e formuladores de políticas em relação aos usuários dos serviços.

Nas áreas urbanas, o fornecimento de água tratada exige uma ênfase na melhoria da estrutura dos contratos e, em algumas circunstâncias, um maior envolvimento do setor privado. Em Manila, essas reformas produziram grandes impactos: a cobertura do abastecimento de água aumentou de 67% em 1997 para 99% em 2009 e trouxe ganhos de eficiência por meio de menores perdas de água e custos administrativos. Em ambientes de baixa renda, onde as opções de financiamento e a capacidade das instituições públicas podem ser mais limitadas, a cobrança de pequenos valores pelos serviços, a confiança em fornecedores independentes e a busca de formas de tornar os fornecedores mais responsáveis frente aos usuários podem ajudar, mesmo em pequenas áreas urbanas — esse foi o caminho seguido no Camboja. Nas áreas rurais, os governos locais podem melhorar os sistemas da comunidade, como Uganda tem feito cobrando um pequeno imposto adicional e colocando-a em um fundo administrado pelo conselho distrital para pagar os reparos de água mais importantes.

Quanto ao *saneamento* nas áreas urbanas, geralmente existe demanda suficiente para melhorias uma vez que os indivíduos e as comunidades podem captar os benefícios dos investimentos nas instalações. Portanto, a solução é fortalecer os direitos de propriedade e reconhecer os assentamentos informais, estimulando assim a demanda e, ao mesmo tempo, assegurando que as comunidades tenham acesso a fornecedores independentes. Nas áreas rurais e nos ambientes urbanos menos densos, a prioridade de melhoria do saneamento é

mudar o comportamento, aumentar a conscientização e promover a demanda, por meio da pressão social da comunidade e de campanhas informativas como em algumas comunidades no Camboja, na Indonésia e no Vietnã, apelando para o senso de responsabilidade comunitária das pessoas.

O aumento da cobertura de saneamento e água encanada é caro, portanto será necessário um financiamento expressivo — provavelmente externo — nos países mais pobres. Uma análise recente das necessidades de financiamento de infraestrutura para a África Subsaariana concluiu que um gasto adicional em tratamento de água e saneamento precisaria ser cerca de uma vez e meia maior do que os níveis atuais — mais de US\$ 11 bilhões por ano — para aumentar significativamente o acesso.⁵⁷ Contudo, conforme documentado no capítulo 3, levando em consideração o declínio da taxa da mortalidade o retorno desses investimentos é muito grande.

Nos *anos reprodutivos*, a mortalidade materna continua especialmente alta na África Subsaariana e em partes da Ásia. A principal razão é a falha das instituições que prestam serviços médicos e serviços às mulheres grávidas. Embora as normas que retardam as mulheres de obter auxílio médico durante o parto possam ser um fator de contribuição em alguns locais, a solução do problema, assim como o fornecimento de água tratada e saneamento, exige o fortalecimento das instituições que prestam esses serviços.

Esse fortalecimento exigirá *fornecer mais recursos para os prestadores de serviços de linha de frente e garantir que todo o sistema de cuidados maternos funcione*:

Primeiro, a qualidade das pessoas envolvidas na cadeia de serviços precisa ser melhorada. Embora a necessidade de profissionais de saúde adicionais, principalmente de parteiras qualificadas, venha a ser contínua, a cobertura pode ser aumentada principalmente nas áreas desassistidas, baseando-se em prestadores da comunidade e no setor privado.

Segundo, os prestadores de serviços de saúde materna têm que ser mais receptivos às mulheres grávidas. Uma maneira é tornar os fornecedores de serviços mais responsáveis frente a elas. Obter informações para os usuários — por exemplo, sobre padrões de serviços, qualidade dos serviços e políticas para melhorá-los — pode ajudar, mas elas precisam ser combinadas com uma forma de os usuários atuarem sobre essas informações. Em Uganda, o monitoramento baseado na comunidade melhorou tanto a qualidade como a quantidade dos serviços básicos de saúde.⁵⁸ Outro caminho para a responsabilização é garantir que os cidadãos sejam capazes de tornar seus representantes políticos responsáveis pelas falhas; os políticos, por sua vez, precisam exercer um controle mais eficaz sobre os prestadores de serviços. O poder desse mecanismo

é evidente no Peru, onde a melhoria da saúde materna exigiu a ampliação da cobertura, dando os incentivos apropriados aos prestadores de serviços e tornar as vozes dos cidadãos suficientemente fortes para serem ouvidas pelos formuladores de políticas.⁵⁹ O atendimento profissional nos partos aumentou de 58% de nascimentos em 2000 para 71% em 2004.

Terceiro, as restrições financeiras que as mulheres mais pobres enfrentam para acessar os serviços de saúde materna precisam de atenção especial. Uma forma de ajudar é fornecer às mulheres pobres transferências de renda condicionada à busca de cuidados maternos. Um exemplo é o programa Janani Suraksha Yojana, da Índia, pelo qual essas transferências aumentaram a adesão aos partos assistidos com a presença de uma parteira qualificada em cerca de 36%.⁶⁰

Quarto, os esforços para reduzir a mortalidade materna precisam ir além de melhorar os sistemas e serviços de saúde e abranger todos os setores. Os sucessos da Malásia e Sri Lanka na abordagem da mortalidade materna desde os primeiros estágios de desenvolvimento desses países ilustra bem esse ponto (Box 5). Alguns pequenos investimentos na infraestrutura (estradas rurais) e na educação

BOX 5 *Redução da mortalidade materna — o que funciona?* *Visão da Malásia e do Sri Lanka*

A melhoria da prestação de cuidados maternos é difícil, mas pode ser conseguida — mesmo com rendas relativamente baixas, como mostram o Sri Lanka e a Malásia. De mais de 2.000 para cada 100.000 nascimentos na década de 1930, a taxa de mortalidade materna no Sri Lanka baixou para cerca de 1.000 em 1947, e depois diminuiu para menos de 500 nos três anos seguintes. Em 1996, havia caído para 24. Na Malásia, partindo de 534, diminuiu pela metade durante os sete anos entre 1950 e 1957. Em seguida, reduzindo pela metade a cada década, chegou até 19 em 1997.

Para superar o número de obstáculos institucionais que prejudicam a eficácia das operações dos sistemas de saúde, Sri Lanka e Malásia adotaram abordagens integradas e em etapas. E fizeram isso com um modesto total de despesas públicas em saúde — 1,8% do produto interno bruto, em média, desde a década de 1950. Os programas de saúde nos dois países exploraram interações sinérgicas de cuidados de saúde com educação básica, água e saneamento, controle da malária e desenvolvimento rural integrado — incluindo a construção de estradas rurais, o que ajudou a lidar com as emergências em obstetrícia. As barreiras financeiras, geográficas e culturais aos cuidados maternos foram abordadas com a garantia de uma linha de frente de parteiras profissionais e competentes amplamente disponíveis nas áreas rurais, fornecendo a elas um abastecimento constante de medicamentos e equipamentos, vinculando-as aos serviços de apoio e melhorando a comunicação e o transporte. Ao mesmo tempo, as instalações foram fortalecidas para fornecer cuidados obstétricos e poder lidar com complicações. Uma melhor gestão organizacional melhorou a supervisão e a prestação de contas dos fornecedores. Os dados de mortalidade específicos da área foram fornecidos por sistemas de monitoramento de modo que as comunidades empoderadas pudessem responsabilizar os líderes políticos e os atores nacionais e subnacionais fossem forçados a reconhecer a não aceitabilidade de *todas* as mortes maternas. Finalmente, os dois países estavam fortemente comprometidos em melhorar a situação das mulheres: as mulheres conseguiram direito a voto antes ou logo após a independência nacional e a educação das mulheres recebeu atenção especial.

das mulheres, combinados com o treinamento dos prestadores de serviços de saúde materna e a construção de hospitais reduziram dramaticamente a mortalidade materna.⁶¹

Quinto, é essencial levantar o perfil político do problema. A Turquia é um exemplo do que é possível fazer em relação a isso. A taxa de mortalidade materna da Turquia em 2000 era de 70 por 100.000 nascimentos vivos. O novo governo capitalizou o apoio político que o levou ao poder e, em 2003, empreendeu um Programa de Transformação da Saúde, enfatizando a reforma institucional, a receptividade dos clientes e um foco nas áreas desassistidas. O orçamento alocado aos cuidados básicos de saúde e prevenção nas áreas desassistidas aumentou em 58%, ambulâncias aéreas foram colocadas em serviço para as populações remotas, a força de trabalho da saúde foi redistribuída para melhor cobertura nas áreas mais pobres e as transferências condicionais de renda incentivaram as mulheres grávidas a usar albergues pré-natais e fazer o parto em hospitais públicos. Em 2009, a taxa de mortalidade materna havia caído para 19,8.⁶²

Prover educação às populações seriamente desfavorecidas

Mesmo que as lacunas relativas a gênero nas matrículas no ensino sejam reduzidas no âmbito nacional, elas permanecem nas populações de baixa renda e nas pessoas prejudicadas por outras circunstâncias, como distância, etnia, casta, raça ou deficiência. Para atingir esses grupos, os formuladores de políticas podem aproveitar a experiência e as evidências de outros países como Camboja, Colômbia, Honduras, México, Nicarágua, Paquistão e Turquia. Algumas das opções incluem medidas tanto referentes ao suprimento (*tais como a construção de mais escolas em áreas remotas e o recrutamento de professores/professoras locais*) como à demanda (*tais como transferências de renda condicionadas à frequência escolar das meninas*). Um ponto importante para a formulação de intervenções custo-eficazes é a disponibilidade e o custo da coleta de informações sobre as características e condições locais. Quando se conhece relativamente pouco, as políticas menos customizadas ao local, como transferências condicionais de renda a mandar as filhas à escola, podem ser mais eficazes para reduzir os hiatos de gênero. As transferências tiveram impactos positivos nas matrículas tanto nos ambientes de renda média como baixa, principalmente para aumentar as matrículas entre grupos com poucas matrículas para iniciar (*tais como bolsões de populações seriamente desfavorecidas*).⁶³ Como obtiveram uma ampla aceitação política devido à sua eficácia,

essas políticas estão sendo implementadas em mais de 30 países.

Políticas para melhorar as oportunidades econômicas das mulheres

Em todo o mundo, mulheres e homens acessam as oportunidades econômicas — seja em trabalho assalariado, agricultura ou empreendedorismo — de formas fundamentalmente diferentes. As mulheres tendem a ocupar partes muito diferentes do espaço econômico em relação aos homens e estão desproporcionalmente concentradas nas atividades produtivas mais baixas, no trabalho autônomo e no setor informal. Mesmo no setor assalariado formal, elas se agrupam em certas ocupações e indústrias, normalmente com baixo pagamento. Essas diferenças permanecem mesmo quando os países ficam mais ricos.

Três fatores norteiam esses padrões. Primeiro, mulheres e homens têm responsabilidades muito diferentes quanto a prestação de cuidados e ao trabalho doméstico e, como resultado, padrões bem diferentes de uso do tempo, que colidem diretamente com as escolhas de emprego e atividade econômica. Segundo, mulheres e homens enfrentam um acesso diferenciado aos insumos produtivos e muitas vezes um tratamento diferenciado por parte dos mercados e instituições. Terceiro, essas restrições que se reforçam mutuamente podem gerar uma "armadilha à produtividade das mulheres". As políticas precisam, portanto, visar esses fatores subjacentes. Como diversos fatores podem estar em jogo mais frequentemente, as intervenções de políticas eficazes podem precisar direcionar vários deles — seja de forma simultânea ou sequencial.

Liberação de tempo para as mulheres

As diferenças de gênero quanto ao acesso às oportunidades econômicas se devem em parte às diferenças no uso do tempo que resulta de normas profundamente enraizadas de distribuição de responsabilidade pelos cuidados e trabalhos de casa. Abordar essas normas obrigatórias e liberar o tempo das mulheres significa prestar mais atenção a três tipos de políticas: políticas de creches e licenças parentais; melhorias nos serviços de infraestrutura; e políticas que reduzam os custos de transações associados com o acesso aos mercados.

Políticas tais como subsídios ou fornecimento de creches públicas podem compensar as mulheres pelos custos que elas têm em casa com a participação no mercado de trabalho. As creches podem ser fornecidas diretamente pelo estado (incluindo os governos locais) ou pelo setor privado, possivelmente com subsídios públicos e regulamentação. Entre os países em desenvolvimento, as políticas de creches têm sido usadas em alguns países

de renda média da América Latina. Entre os exemplos estão as creches públicas ou subsidiadas tais como as *Estancias Infantiles* no México, os *Hogares Comunitarios* na Colômbia e programas similares na Argentina e no Brasil. As evidências desses países, bem como as de países ricos (principalmente da Europa central e do norte) que têm esquemas semelhantes é que elas aumentam o número de horas que as mulheres podem trabalhar, além de permitir que elas trabalhem mais em empregos formais. Nos países de renda baixa, as soluções de creches são especialmente necessárias para as mulheres empregadas no setor informal e nas áreas rurais. Na Índia, a organização não governamental (ONG) Mobile Creches está testando diferentes modelos para fornecer serviços de creches para as mulheres empregadas no setor informal rural e nos programas de serviços públicos. Esforços similares foram feitos no estado indiano de Gujarat pela Associação de Mulheres Autônomas, que estabeleceu centros de cuidados diurnos para os filhos de 0–6 anos das associadas. Outras opções para creches fornecidas pelo poder público são ampliar o horário escolar (principalmente nas séries onde o atendimento é de apenas meio período) ou diminuir a idade em que as crianças entram no sistema escolar.

Políticas de licença parental foram experimentadas principalmente nos países ricos — normalmente assumem a forma de licença-maternidade. Embora essas políticas tenham aumentado a participação da força de trabalho das mulheres nesses países, a sua aplicabilidade nos países em desenvolvimento pode ser mais limitada. Primeiro, elas só podem ser usadas no setor formal, que normalmente representa apenas uma fração do emprego nas economias emergentes e de baixa renda. Segundo, elas podem tornar menos interessante para os empregadores empregar mulheres em idade de procriação, a menos que a licença-maternidade seja financiada pelo poder público. As políticas que fornecem tanto a licença-paternidade como a licença-maternidade e tornam a primeira obrigatória (como na Islândia, Noruega e Suécia) têm a vantagem de não serem tendenciosas contra as mulheres, embora também ajudem a mudar as normas subjacentes sobre os cuidados. Mas essa abordagem pode estar financeiramente além da capacidade fiscal de muitas economias em desenvolvimento.

Melhorias nos serviços de infraestrutura — principalmente água e eletricidade — podem ajudar a liberar o tempo das mulheres gasto nos serviços domésticos e cuidados familiares. A eletrificação da zona rural da África do Sul, por exemplo, aumentou a participação da força de trabalho das mulheres em cerca de 9%; em

Bangladesh, proporcionou mais tempo de lazer para as mulheres. No Paquistão, a colocação das fontes de água mais perto de casa foi associada com um maior tempo alocado ao trabalho no mercado. Outros estudos não mostram nenhum impacto no trabalho no mercado, mas impactos acentuados no tempo de lazer, que também aumenta o bem-estar das mulheres (capítulo 7).

As intervenções também podem enfocar a redução dos custos das transações (tempo) associados com o acesso ao mercado. Opções de transportes melhores e mais eficazes podem reduzir os custos do tempo associados com o trabalho fora de casa, facilitando a administração dos diversos ônus da casa, dos filhos e do trabalho fora. E as tecnologias de informação e comunicação podem ajudar a reduzir tanto as restrições de tempo e mobilidade que as mulheres enfrentam para acessar e participar do mercado de trabalho. Programas de bancos móveis, como o M-PESA no Quênia, estão permitindo que as mulheres façam pequenas transações financeiras e bancárias de modo mais eficaz e promovendo a poupança, que é especialmente benéfica para as pequenas empresárias. Na Índia, um programa conduzido por uma ONG, a Foundation of Occupational Development, organizou grupos de mulheres com foco em marketing, forneceu a elas acesso a celulares e à Internet, ajudando-as assim a comercializar seus produtos diretamente e aumentar suas margens de lucro.⁶⁴

Fechando os hiatos no acesso a bens e insumos

As mulheres empresárias e agricultoras têm menos acesso à terra do que os homens. Do mesmo modo, tanto a demanda como o uso de crédito são menores entre as mulheres do que entre os homens agricultores e empresários. Essas diferenças estão baseadas em falhas dos mercados e das instituições e nas suas interações com as respostas domiciliares. Por exemplo, o acesso ao crédito em geral exige garantias, de preferência terras ou bens imóveis. As mulheres estão então em desvantagem uma vez que têm menos acesso, ou menos seguro, à terra e estão em sua maior parte empregadas no setor de serviços, onde a capitalização é mais baixa e os resultados muitas vezes são intangíveis. Essas forças ainda podem ser mais reforçadas pelas preferências baseadas no gênero nos domicílios que podem levar a alocações desiguais de recursos (da terra, por exemplo) entre os membros homens e mulheres.

As políticas precisam enfocar esses determinantes inerentes de diferença de acesso, nivelando o campo de atuação institucional por meio do fortalecimento dos direitos de propriedade das mulheres, corrigindo tendenciosidades nas instituições de prestação de serviços e melhorando o funcionamento dos mercados de crédito.

O fortalecimento dos direitos das mulheres à terra e à propriedade pode ajudar as mulheres agricultoras e empresárias. A principal limitação que precisa ser abordada é a restrição quanto à capacidade das mulheres de possuir e herdar bens e de controlar os recursos. A experiência da Índia e do México mostra que o nivelamento das disposições das leis de herança entre homens e mulheres aumenta a posse de bens por parte das mulheres. As leis discriminatórias sobre as terras, que estão arraigadas nos hiatos de produtividade agrícola, também precisam ser reformadas para proporcionar, pelo menos, comunhão de bens no casamento, aumentando a capacidade das mulheres de usar a terra para ter acesso a oportunidades econômicas. Uma maneira ainda melhor de garantir às mulheres casadas o direito à terra (principalmente no caso de divórcio ou morte do cônjuge) é a obrigatoriedade da posse conjunta das terras. Em duas regiões da Etiópia onde a certificação da terra envolvia a emissão de títulos conjuntos aos dois cônjuges, os nomes das mulheres apareciam em mais de 80% de todos os títulos, quatro vezes mais do que os 20% da região onde o certificado era emitido somente no nome do/da chefe da família.⁶⁵

A correção de tendências nas instituições de prestação de serviços como as operações de distribuição de terra e esquemas de registro do governo e das iniciativas de extensão agrícola podem melhorar o acesso das mulheres às oportunidades econômicas em muitos países. A reparação dessas tendências exige ações em várias frentes. Primeiro, os prestadores de serviços precisam direcionar as mulheres explicita e adicionalmente. Por exemplo, os programas de redistribuição de terras que visam o/a chefe da família não são muito apropriados para as mulheres. Em vez disso, os governos podem implementar a titularidade conjunta obrigatória nas terras redistribuídas, associada com políticas de sensibilização ao gênero e uma maior representação de mulheres nos conselhos locais de terras. Segundo, pode-se dar às mulheres um certo poder dentro da organização de prestação de serviços, inclusive na definição de prioridades. Na extensão agrícola, por exemplo, as mulheres poderiam ser colocadas em cargos de tomada de decisões no Ministério da Agricultura. Terceiro, a tecnologia pode ser usada para expandir o alcance dos serviços, como foi feito no Quênia para a extensão agrícola com o uso de centros de atendimento. Quarto, um maior monitoramento pode tornar o problema visível. Finalmente, as usuárias do serviço devem receber informações sobre o nível de serviço que lhes é devido. Essa etapa pode ser auxiliada com a criação do elemento coletivo de demanda

como, por exemplo, apoiar as organizações agrícolas de mulheres.

Melhorar o funcionamento dos mercados de crédito abordando os problemas de informação causados pela falta de experiência com mutuárias mulheres pode ajudar a abordar os hiatos de produtividade entre mulheres e homens na agricultura e no empreendedorismo. Os esquemas de microcrédito foram a forma mais comum de abordar esses problemas, ajudando as mulheres a acessar crédito de pequena escala e criar um histórico do desempenho do mutuário. Geralmente, assumem a forma de planos de empréstimos em grupos como o Grameen Bank em Bangladesh e o FINCA no Peru. O microcrédito agora evoluiu dos empréstimos em grupo para esquemas como o Banco Sol da Bolívia e o Bank Rakyat da Indonésia, que oferecem maiores empréstimos individuais e dependem de incentivos de pagamento e não mais do monitoramento dos pares. A falta de acesso ao crédito formal também pode ser superada por meio da inovação financeira e da adaptação de um modelo de crédito que aborde as necessidades das pequenas empresas, como fizeram o Access Bank na Nigéria, o DFCU em Uganda e o Sero Lease and Finance na Tanzânia. Reconhecendo que as mulheres têm menos probabilidade de terem registros de crédito estabelecidos do que os homens e menores bases de bens sobre os quais basear a garantia, esses grandes bancos comerciais fizeram parceria com a IFC (Corporação Financeira Internacional) para desenvolver novos instrumentos para apoiar e ampliar os serviços de crédito às empresas de propriedade de mulheres e às empresárias. As intervenções incluíram a criação de novos produtos tais como empréstimos que são colateralizados com equipamentos ou baseados no fluxo de caixa, bem como o treinamento da equipe das instituições financeiras e apoio estratégico para ajudar os bancos a aumentar o número de clientes mulheres. A experiência inicial com essas intervenções mostra um aumento na participação das clientes mulheres que usam serviços financeiros e tomam maiores empréstimos com nível de pagamento melhor que a média (capítulo 7).

Abordando a discriminação nos mercados de trabalho

No trabalho assalariado, a sub-representação das mulheres em certos setores ou ocupações pode alimentar crenças discriminatórias entre os empregadores (ou reforçar crenças pré-existentes) de que as mulheres não são trabalhadoras adequadas ou boas candidatas para o emprego. A importância das redes (muitas vezes divididas

BOX 6 *Catalisação do emprego de mulheres na Jordânia*

Apesar dos crescentes níveis de instrução, as taxas de participação na força de trabalho das mulheres no Oriente Médio e no Norte da África continuam muito baixas. Na Jordânia, somente 17% das mulheres de 20 a 45 anos trabalham, em comparação com 77% dos homens. Esse hiato da participação na força de trabalho também continua válido entre as classes mais instruídas; entre as diplomadas nas universidades comunitárias, começa logo após a graduação. Essas baixas taxas de emprego dificultam os novos graduados e graduadas que buscam entrar no mercado de trabalho. Com poucas mulheres empregadas, as jovens ficam sem modelos para seguir em relação ao emprego, bem como sem as conexões de rede para ajudá-las a encontrar trabalho. Os empregadores, sem experiência com mulheres no trabalho, podem ficar relutantes quanto a empregar mulheres caso acreditem que as mulheres são menos comprometidas em se manter no emprego.

O programa Jordan NOW — *Jordan New Opportunities for Women* (Novas Oportunidades para Mulheres da Jordânia) é um piloto para avaliar rigorosamente a eficácia de duas políticas: subsídios salariais de curto prazo e treinamento de aptidões de empregabilidade.

Os subsídios salariais de curto prazo dão às empresas um incentivo para empregar jovens mulheres recém-formadas e uma oportunidade para superar estereótipos ao observar diretamente as jovens trabalhando para eles. Os subsídios também podem dar às jovens mais confiança para procurar trabalho e abordar os empregadores. No piloto, cada voucher tem um valor igual ao salário mínimo para seis meses.

O treinamento de aptidões de empregabilidade aumenta as habilidades técnicas que os graduados/as graduadas aprendem na universidade comunitária com as habilidades práticas para encontrar e ter sucesso no emprego. Muitos empregadores dizem que os recém-formados não têm essas habilidades interpessoais e outras aptidões básicas para o emprego. No piloto, os alunos receberam 45 horas de

instrução em formação de equipes, comunicações, apresentações, redação comercial, atendimento ao cliente, confecção de currículos, entrevistas e pensamento positivo.

Parece haver uma forte demanda por essas políticas. Apesar das baixas taxas de emprego, a maioria das mulheres recém-formadas deseja trabalhar: 93% dizem que planejam trabalhar quando se formarem e 91% dizem que gostariam de trabalhar fora de casa depois de casadas. Das que foram convidadas a fazer o treinamento, 62% concluíram os cursos, com as mulheres solteiras tendo mais probabilidade de participar. As que iniciaram os cursos forneceram críticas positivas, dizendo que os cursos lhes deram muito mais confiança para começar a procurar emprego. Com quatro meses no programa de subsídios salariais, cerca de um terço das que usaram vouchers tinham encontrado um trabalho.

Os resultados iniciais de uma avaliação intermediária sugerem que os vouchers de emprego têm efeitos significativos: as taxas de emprego entre as graduadas que receberam somente os vouchers ou vouchers mais treinamento estão entre 55% e 57%, em comparação com os 17% a 19% entre as que receberam somente o treinamento ou que não receberam nem treinamento nem vouchers. Em todos os grupos, os efeitos de emprego são mais altos para as mulheres solteiras. O empoderamento financeiro (medido como a proporção de mulheres que têm seu próprio dinheiro e podem decidir como usá-lo) também aumentou significativamente para todas as que receberam vouchers ou treinamento ou ambos. As pesquisas de acompanhamento determinarão se esses efeitos dos vouchers no emprego serão mantidos no longo prazo e também enfocarão outras medidas de empoderamento e mudanças de atitudes. As pesquisas também permitirão uma investigação posterior do vínculo entre casamento e trabalho, considerando as conclusões iniciais de que as mulheres casadas são menos propensas a participar do treinamento, a usar os vouchers, bem como de conseguirem emprego.

Fonte: Equipe do WDR 2012.

por gênero) na busca de empregos e na promoção profissional pode reforçar ainda mais a exclusão de certos empregos, cargos, setores ou ocupações. A quebra desse problema de informação e a expansão das redes podem ser abordadas por três tipos principais de políticas: políticas ativas de mercado de trabalho; programas de ação afirmativa; e intervenções de formação e mentoria de grupos.

Políticas ativas de mercado de trabalho combinam treinamento, colocação e outros tipos de apoio para permitir que as mulheres ingressem ou reingressem na força de trabalho. Embora essas políticas em geral não sejam motivadas com o objetivo de diminuir os hiatos salariais de gênero, as evidências da Argentina, Colômbia e Peru

indicam que elas podem aumentar o emprego e os salários das mulheres no setor formal, permitindo que as participantes comuniquem melhor suas capacidades aos empregadores. Um programa similar atualmente em implementação e avaliação na Jordânia está mostrando sinais promissores de sucesso (Box 6).

A *ação afirmativa* é outra forma de superar as falhas de informação. O objetivo é impulsionar a participação das mulheres nos empregos assalariados até um "patamar crítico" (geralmente discutido como sendo cerca de 30%), ao qual as falhas de informação e as redes não mais estão vinculados. A experiência (principalmente nos países ricos) mostra que a ação afirmativa funciona

melhor se for obrigatória. A ação afirmativa também pode ser implementada por meio de emprego e contratação no setor público, mas é essencial haver regras claras, monitoramento cuidadoso dos impactos e sanções verossímeis para o não cumprimento.⁶⁶ Nos lugares onde esses programas foram implementados, o efeito foi claramente de redistribuição do emprego assalariado dos homens para as mulheres. E, embora a eficiência econômica dessas políticas ainda esteja em debate, a evidência mais abrangente (pela longa experiência nos Estados Unidos) indica poucos ou nenhum efeito adverso.⁶⁷ Essa experiência e as outras em outros países também mostram que quaisquer potenciais impactos de eficiência negativa podem ser abordados garantindo que os programas de ação afirmativa sejam temporários e serão removidos assim que a representação das mulheres atinja a massa crítica necessária. Na falta de políticas explícitas de ação afirmativa, o emprego das mulheres no setor público em números bastante altos pode ter um efeito de demonstração. Nos países ricos, o crescimento do setor público foi importante na integração das mulheres no mercado de trabalho.⁶⁸

O apoio à criação de redes de mulheres pode ser eficaz quando as redes divididas por gênero prejudicam as mulheres trabalhadoras, agricultoras ou empresárias. Essas intervenções funcionam melhor quando combinam a formação do capital social e as redes com o fornecimento de treinamento, informações e mentoria. Um exemplo disso é o programa Jordan NOW descrito no Box 6. Outro exemplo mais estabelecido é a Self Employed Women's Association (Associação de Mulheres Autônomas) na Índia, que evoluiu para uma organização eficaz que representa os interesses de um grande número de empresárias e trabalhadoras do setor informal, fornecendo grande volume de informações, apoio e serviços de treinamento aos seus membros.

A eliminação do tratamento discriminatório das leis e regulamentações trabalhistas pode promover as oportunidades econômicas das mulheres. Entre essas leis e regulamentações, a prioridade deveria ser reexaminar os limites (incluindo a proibição imediata) do trabalho em meio expediente em muitos países. Como as mulheres são responsáveis por uma parcela desproporcional do trabalho doméstico e de cuidados, essas restrições terminam por limitar as opções de trabalho para as mulheres muito mais do que para os homens. Relaxar essas proibições daria às mulheres mais oportunidades de empregos remunerados. Na Argentina, a eliminação da proibição de contratos de meio expediente no setor formal levou a uma mudança significativa de mulheres com filhos do trabalho

em tempo parcial no setor informal para contratos de meio expediente no setor formal.⁶⁹

Políticas para reduzir diferenças na participação

Aumentando a voz das mulheres na sociedade

As mulheres em geral têm menos participação do que os homens tanto na sociedade como nos domicílios. No nível da sociedade, o crescimento da renda não ajuda muito a reduzir esses hiatos. As normas que definem que a política é para homens; as crenças de que as mulheres não são boas líderes, que são alimentadas em parte pela participação limitada das mulheres na política; as normas sobre os cuidados e serviços domésticos, que limitam o tempo disponível para que as mulheres participem de instituições políticas formais; e as redes divididas por gênero nas políticas que trabalham contra as mulheres, todos esses pontos contam mais do que o crescimento da renda.

Como essas restrições lembram aquelas que limitam as perspectivas das mulheres nos mercados de trabalho, as soluções de políticas são semelhantes. *Cotas e outros tipos de ação afirmativa* promoveram a representação política das mulheres em vários níveis de políticas. Essas medidas variam desde compromissos voluntários de partidos políticos para incluir candidatas mulheres nas suas listas eleitorais até a especificação de parcelas de cadeiras legislativas reservadas para mulheres. Qual opção é melhor para cada país depende do seu sistema político. Por exemplo, a reserva de cadeiras individuais para mulheres não funcionará em sistemas de representação proporcional, ao passo que as cotas voluntárias dos partidos podem funcionar quando os partidos têm lideranças fortes e disciplina interna. Qualquer que seja o sistema, a sua elaboração e execução são essenciais. Na Espanha, onde as posições na cédula para o Senado estavam em ordem alfabética, os partidos tendiam a escolher mulheres com sobrenomes que ficassem mais para o final da cédula e que, assim, fossem menos prováveis de ganhar uma cadeira.⁷⁰

Maiores tensões também precisam ser reconhecidas e levadas em consideração se forem usadas cotas para aumentar a representação política das mulheres. As cotas obrigatórias implicam numa restrição do estado em parte do processo democrático, portanto essa distorção deve ser ponderada em relação à necessidade de reformular desigualdades persistentes. Uma opção, usada por governos locais na Índia, é implementar as cotas em uma base renovável — com um diferente conjunto de cadeiras escolhidas para reserva em cada eleição. E como todas as ações afirmativas, elas ajudam

a especificar um objetivo claro ou um período de forma direta. A estrutura da reserva também importa. A designação de determinadas cadeiras para mulheres corre o risco de criar cadeiras "simbólicas" de mulheres.

As cotas aumentaram a representação feminina. No México, as cotas de candidatas aumentaram a parcela de mulheres no parlamento de 16% para mais de 22%. As cadeiras reservadas no Marrocos aumentaram a proporção de mulheres no parlamento de menos de 1% para quase 11%. As cotas nos governos locais da Índia também mostraram que essas medidas podem mudar as crenças subjacentes entre os eleitores sobre a eficácia das políticas mulheres, mesmo em um período curto, e aumentar a proporção de mulheres eleitas para essas posições mesmo depois que as cota já não estejam sendo usadas.⁷¹

A ação afirmativa na esfera política precisa ser complementada por *medidas que aumentem a voz das mulheres em outras instituições da sociedade, tais como sindicatos, corporações, o judiciário e associações profissionais*. Isso pode ser feito por meio de cotas bem como por esquemas de mentoria, redes de mulheres e desenvolvimento de habilidades nessas esferas dirigidos para as mulheres. Ações coletivas de grupos de mulheres podem ser especialmente eficazes nesse aspecto, como no caso da Associação de Mulheres Autônomas na Índia. De um modo geral, como as mulheres tendem a ser melhor representadas em organizações menos formais, as leis e regulamentações devem garantir um campo de ação equitativo para essas organizações.

Aumentando a voz das mulheres nos domicílios

A falta de participação das mulheres nos domicílios reflete a influência combinada do seu acesso mais limitado às oportunidades econômicas, a natureza das normas sociais, o contexto jurídico e o cumprimento das leis. Os principais determinantes de controle sobre os recursos domiciliares são o acesso às oportunidades econômicas e o contexto jurídico — principalmente os direitos sobre a propriedade e os que determinam acesso aos bens. Quanto à violência doméstica, são importantes as normas sociais e o conteúdo e cumprimento das leis. E quanto à fertilidade, as normas o poder de barganha e a prestação de serviços são críticos.

Aumentando o controle sobre os recursos domiciliares

Portanto, as políticas mais promissoras para aumentar a participação das mulheres na família enfocam a *reforma do contexto jurídico* de modo que as mulheres não fiquem prejudicadas quanto ao controle dos bens da família e à expansão das suas oportunidades econômicas. Para o contexto jurídico, as leis da terra e os aspectos da legislação

familiar que regem o casamento, o divórcio e a alienação das propriedades são especialmente importantes. Uma questão transtornosa se aplica a muitos países onde existem vários sistemas jurídicos. A conciliação desses sistemas, que podem incluir leis costumárias e religiosas, é uma prioridade, principalmente para garantir que todas as leis estejam sujeitas a cláusulas de não discriminação, caso estas façam parte da constituição do país. O Quênia fez essas mudanças nas suas recentes reformas constitucionais.

Embora as reformas nessas áreas sejam política e socialmente complexas e dependam bastante do contexto do país, a experiência mostra que é possível haver progresso. A Etiópia reformou seu direito de família em 2000, eliminando o direito do marido de negar permissão para sua esposa trabalhar fora de casa e exigindo que os dois cônjuges concordem em administrar os bens da família. A primeira fase dessas alterações mudou as atividades econômicas das mulheres para o trabalho fora de casa, o trabalho em tempo integral e empregos que exigem maiores aptidões.⁷² O Marrocos também reformulou o direito de família na década de 1990, e em 2004 o novo Código Civil eliminou totalmente as referências ao marido como chefe da família.

Uma maior esforço também é necessário para *tornar esses direitos mais eficazes e os sistemas de justiça mais receptivos às necessidades das mulheres*. São necessárias intervenções tanto no lado da oferta como no lado da demanda. No lado da oferta, são essenciais uma maior capacidade das instituições que aplicam as leis, maior responsabilização do sistema judiciário para promover resultados previsíveis de acordo com a legislação e procedimentos para promover o acesso das mulheres à justiça e a representação das mulheres nas instituições judiciárias. Também importantes são os mecanismos para implementação das leis. As evidências da Etiópia ilustram como os procedimentos relativos à obrigatoriedade de títulos conjuntos das terras ajudou a promover os direitos das mulheres sobre a terra. A demanda das mulheres quanto a fazer valer os seus direitos pode ser promovida com a ampliação da alfabetização, o aumento da acessibilidade de serviços de assistência jurídica e a redução dos custos dos procedimentos legais. E os dados precisam ser coletados e publicados para que os problemas de acesso das mulheres à justiça tenham maior visibilidade.

Redução da violência doméstica

A redução da violência doméstica exige ação em várias frentes. O objetivo é evitar a violência antes que ela ocorra. A primeira etapa é *promulgar leis* que definam os diferentes tipos de violência contra

as mulheres, recomendem determinações e funções para cumprimento e investigação, aumentem a conscientização da sociedade e sinalizem um compromisso do governo. Essas leis devem ser implementadas nos países onde elas não existem, principalmente no Oriente Médio e no Norte da África, no Sul da Ásia e na África Subsaariana. E os países nos quais essas leis estão nos livros precisam torná-las mais específicas e viáveis.

Uma segunda etapa é *mudar as normas e os comportamentos relativos à violência doméstica* para enfatizar a prevenção. Programas de educação e conscientização, tais como o Soul City na África do Sul, podem mudar as normas sobre violência doméstica tanto entre os homens com as mulheres. Aumentar o poder de barganha das mulheres nas suas famílias — melhorando as oportunidades econômicas das mulheres e aumentando seu controle sobre os recursos e sua capacidade de abandonar casamentos — também pode modificar o comportamento. Mas aumentar o poder de barganha das mulheres também pode aumentar a probabilidade de violência no curto prazo. Portanto, podem ser necessárias algumas medidas de mitigação.

Terceiro, quando a violência efetivamente ocorre, as vítimas precisam de *assistência pronta e eficaz*, que abrangem desde a polícia e o judiciário até os serviços sociais e de saúde, como no caso do apoio integrado nos centros unificados para crises existentes nos hospitais do governo na Malásia. Os prestadores de serviços — polícia, judiciário, saúde e serviços sociais — precisam focar as mulheres explícita e adicionalmente. O foco nas mulheres também exige levar os serviços para mais perto das mulheres para eliminar as restrições de tempo e mobilidade; por exemplo, fornecendo assistentes legais comunitários e clínicas móveis de ajuda legal que permitam que as mulheres usem o sistema de justiça. Em muitos contextos, levar os serviços para mais perto dos indivíduos (demanda) pode ser combinado com o aumento da conscientização das organizações de prestação de serviços, principalmente de gestão, sobre as questões relativas ao gênero (oferta). O programa de Empoderamento Legal das Mulheres (PEKKA) da Indonésia treina assistentes legais nos povoados, com foco na violência doméstica e no direito de família. Outra forma de melhorar o acesso das mulheres à justiça é aumentar a parcela de mulheres no judiciário e nas forças policiais responsáveis por tratar da violência doméstica. O estado indiano de Tamil Nadu introduziu 188 unidades policiais só de mulheres para a cobertura de áreas rurais e urbanas e focar os crimes contra as mulheres. Essas unidades aumentaram o conforto das mulheres ao abordar a polícia, inclusive ao fazer relatórios sobre abuso doméstico.⁷³

Aumentando o controle sobre a fertilidade

O aumento do controle das mulheres sobre a sua fertilidade requer ações em diversas áreas. A disponibilidade de serviços de planejamento familiar ainda é limitada em certas partes do mundo. Em alguns casos, a população desassistida abrange países inteiros, mas em geral essas mulheres vivem em áreas geográficas específicas nos países — normalmente nas áreas rurais — ou são pobres. Para esses grupos, *a prestação de melhores serviços de planejamento familiar é uma prioridade*.

O controle sobre as decisões relativas à fertilidade — o número e o espaçamento entre os filhos — ultrapassa as questões relativas ao fornecimento de serviços de saúde reprodutiva, portanto duas outras áreas de políticas precisam ser abordadas. A primeira é *incentivar a capacidade das mulheres no domicílio para expressar suas preferências* em relação ao número e ao espaçamento entre os filhos. Como já foi discutido, o acesso às oportunidades econômicas, o controle sobre os bens e leis apropriadas ajudam. Como também educar os homens sobre os benefícios e o uso de meios contraceptivos. A adesão à contracepção é mais alta quando os maridos são incluídos na educação de planejamento familiar, como foi demonstrado em Bangladesh⁷⁴ e na Etiópia.⁷⁵

A segunda área de política é *a de aumentar a qualidade dos serviços de planejamento familiar*. As melhorias nesse ponto precisam focar três áreas. Primeiro, é necessário haver um número suficiente de opções contraceptivas disponíveis. Segundo, é preciso dar às mulheres informações adequadas sobre as opções disponíveis, seus efeitos colaterais e as vantagens e limitações dos diferentes métodos para que elas possam tomar uma decisão informada. Terceiro, os serviços precisam ser fornecidos de uma forma que proteja a privacidade do indivíduo ou do casal. Isso exigirá o treinamento dos prestadores de serviços de saúde em protocolos elaborados especificamente para o planejamento familiar. Uma experiência recente no Zâmbia mostrou que podem ser obtidos resultados muito diferentes em relação à fertilidade e contracepção dependendo de se as mulheres são abordadas individualmente e de forma privada ou junto com seus parceiros.

Políticas para evitar a reprodução de desigualdades de gênero entre as gerações

A reprodução de determinadas desigualdades de gênero entre as gerações gera "armadilhas de desigualdade de gênero", que em geral afetam mais os pobres e os excluídos da sociedade. A falta de participação das mulheres na política significa que as falhas institucionais e do mercado que alimentam a desigualdade de gênero têm poucas

probabilidades de serem corrigidas. Somente o crescimento da renda é pouco para abordar os processos que são inerentes a esses hiatos persistentes. As seções anteriores trataram de políticas para abordar três desses hiatos que se reproduzem pelas gerações — atingir os bolsões mais desfavorecidos em educação, aumentar a voz das mulheres e a participação em instituições da sociedade e aumentar a voz das mulheres dentro da família. Aqui, abordamos as medidas para tratar das desigualdades de gênero quanto a capital humano, oportunidades e as aspirações que são definidas cedo na vida.

As decisões da adolescência podem moldar a aquisição de aptidões, os resultados da saúde e as oportunidades econômicas. A adolescência também é um período em que são moldadas as aspirações duradouras e em que as percepções e normas sociais começam a se vincular a meninos e meninas. Os horizontes das meninas geralmente diminuem, principalmente para as meninas pobres ou de áreas rurais, onde a distância e as normas de mobilidade podem ser uma restrição significativa. Empoderar os adolescentes para fazerem melhores escolhas pode fazer uma grande diferença para suas vidas, suas famílias, suas comunidades e, como futuros trabalhadores e cidadãos, para a sociedade de um modo mais amplo. As intervenções precisam *criar capital humano e social*; facilitar a *transição da escola para o trabalho*; e *aumentar suas aspirações e sua capacidade de decidir*. Esforços para influenciar e *reduzir comportamentos de risco* também são importantes.

Bolsas de estudo e transferências condicionais de renda podem aumentar a frequência escolar e reduzir as taxas de evasão de adolescentes, principalmente de meninas. Esses impactos positivos estão bem documentados na América Latina em países como Colômbia, Equador, México e Nicarágua.⁷⁶ Mais recentemente, evidências da África estão começando a mostrar resultados semelhantes. No Malauí, programas bem pequenos de transferência condicional de renda para meninas aumentaram a matrícula e reduziram as taxas de evasão.⁷⁷ Além disso, embora essas transferências fossem direcionadas para a educação, elas mostraram benefícios em outras esferas, como redução das infecções de HIV. Outras ferramentas também podem ser aplicadas para ajudar a manter as meninas na escola. Fornecer informações sobre as vantagens da educação é uma dessas ferramentas. Por exemplo, em Madagascar, as informações sobre as vantagens de concluir o ensino fundamental fornecidas aos meninos e meninas, as e aos seus pais, aumentaram as taxas de frequência em 3,5 pontos percentuais.⁷⁸ Na República Dominicana, um esforço similar para fornecer informações precisas sobre

as vantagens reais da educação aos meninos também teve um impacto positivo.⁷⁹ Outra evidência sugere que os incentivos (perspectivas de ganhar uma bolsa de estudos ou pagamentos diretos por desempenho) podem afetar a percepção das próprias crianças de suas capacidades e pode melhorar as pontuações dos testes.⁸⁰

A formação profissionalizante especificamente voltada para jovens aumentou a probabilidade de emprego e os rendimentos para mulheres jovens da Colômbia e Peru.⁸¹ No Quênia, o fornecimento de informações às meninas sobre os benefícios relativos da formação profissionalizante nos setores da indústria dominados por homens ou por mulheres, aumentou a taxa de matrícula de meninas nos cursos profissionalizantes que as preparassem para profissões tipicamente dominadas por homens que proporcionavam rendimentos melhores.⁸² A Iniciativa Meninas Adolescentes tem o objetivo de avaliar uma série dessas intervenções, inclusive treinamento de aptidões e orientação em vários países de renda baixa e média (Box 7).

Os programas de educação em saúde demonstraram ser eficazes na redução de comportamentos de risco. Um programa na área rural da Tanzânia melhorou substancialmente o conhecimento sobre sexo, as atitudes, o uso de preservativos por ambos os sexos e o comportamento sexual relatado dos meninos.⁸³ Para os adolescentes, a promoção da contracepção, quando associada às intervenções em educação e o desenvolvimento de aptidões e quando adequadamente voltada para cenários culturais e sociais, pode ser eficaz na redução da gravidez indesejada.⁸⁴ Um programa desses para meninas adolescentes em Uganda resultou em um aumento significativo no uso de preservativos e um número menor de crianças entre os participantes.⁸⁵ Algumas vezes, o empoderamento econômico por si só é capaz de ter um impacto significativo. Uma avaliação recente de um programa de ensino profissionalizante na República Dominicana que incluiu o treinamento em aptidões para a vida, além de estágio, demonstrou uma grande redução no número de gravidezes entre as participantes.⁸⁶

O contato com os modelos femininos a serem seguidos cujas posições de liderança ou poder contradizem os estereótipos do papel da mulher podem reduzir a transmissão entre gerações das normas de gênero. Um estudo da restrição política para mulheres na Índia demonstrou que as adolescentes que têm contato frequente com líderes femininas têm mais probabilidade de expressarem aspirações que desafiem as normas tradicionais, tais como o desejo de se casar mais tarde, ter menos filhos e conseguir empregos que exijam mais instrução.⁸⁷ O aumento das oportu-

BOX 7 *Intervenção precoce para superar futuras falhas do mercado de trabalho — a Iniciativa das Meninas Adolescentes*

A Iniciativa das Meninas Adolescentes, uma parceria público-privada, promove a transição de meninas adolescentes da escola para o emprego produtivo por meio de intervenções inovadoras que são testadas e, se forem bem-sucedidas, ampliadas ou repetidas.^a Em andamento no Afeganistão, Jordânia, República Popular Democrática do Laos, Libéria, Nepal e Sudão Meridional (e brevemente em Ruanda), a iniciativa tem como público-alvo 20.000 adolescentes e mulheres jovens entre 16 e 24 anos.

As intervenções vão desde treinamento e serviços de habilidades em desenvolvimento de empresas até treinamento técnico e profissionalizante, enfatizando as habilidades com maior procura. Em todos os projetos, as meninas recebem treinamento em habilidades para a vida de modo a enfrentarem as principais barreiras à sua independência econômica. Em cada país a intervenção é ajustada ao contexto local e às necessidades específicas das adolescentes. Como as evidências do que funciona são escassas, uma avaliação rigorosa do impacto faz parte da iniciativa.

O treinamento em habilidades tem o objetivo de proporcionar às meninas as habilidades técnicas comprovadamente mais procuradas pelo mercado de trabalho local. Em todos os planos-piloto, os prestadores de treinamento são solicitados a realizar avaliações de mercado antes de selecionarem as atividades para as quais desenvolverão e oferecerão treinamento. Embora o foco seja estabelecer a correspondência entre habilidades e mercado, os resultados muitas vezes desafiam as normas de ocupações apropriadas para cada gênero.

Na Libéria, é oferecido às jovens participantes um treinamento de seis meses para pintor de paredes, motorista profissional, e guarda de segurança. No Nepal, são oferecidos três meses de treinamento profissionalizante seguidos de um teste de habilidades obrigatório e três meses de emprego. O foco é identificar atividades profissionais que não sejam estereotipadas e que sejam atraentes para mulheres,

sendo algumas dessas mulheres treinadas para serem eletricistas, pedreiras, e técnicas de reparos de telefones celulares.

As lições obtidas com a implementação destacam as diferentes necessidades de capital social das meninas, o que deve ser tratado para facilitar a absorção de oportunidades econômicas entre jovens geralmente vulneráveis e isoladas. Os treinadores do plano-piloto da Libéria reuniram as meninas em grupos de três ou quatro e elas assumiram compromissos públicos de se apoiarem entre si, tanto em sala de aula como fora dela, durante todo o treinamento. A pressão positiva das colegas ajudou a manter as taxas de frequência elevadas, tendo quase 95% delas concluído o treinamento, e abordou a diversidade de níveis de instrução entre as participantes.

Outra inovação promissora do plano-piloto da Libéria foi uma caderneta de poupança formal em um banco local para salas de aula como participantes, com um depósito inicial de US\$ 5. As cadernetas de poupança não apenas permitiram que as meninas praticassem suas habilidades financeiras fora da sala de aula, como também criaram uma relação de confiança com instituições financeiras formais e as meninas demonstraram satisfação com o fato de estarem, pela primeira vez, ligadas à moderna economia.

Foram organizadas feiras de emprego para promover o programa para empregadores em potencial interessados em oferecer estágios ou empregos às meninas. Especialistas em desenvolvimento de recursos humanos e carreiras do setor privado reuniram-se individualmente com as *trainees* para partilhar o seu conhecimento acerca da indústria, orientá-los sobre o profissionalismo no local de trabalho e dar feedback construtivo acerca das habilidades demonstradas. Essas reuniões individuais ofereceram às meninas a oportunidade de construir redes e explorar informações específicas da indústria cruciais para novos profissionais que ingressassem no mercado.

a. Os atuais doadores da Iniciativa das Meninas Adolescentes incluem a Nike Foundation, um dos principais parceiros da iniciativa, bem como os governos da Austrália, Dinamarca, Noruega, Suécia e Reino Unido. O Plano de Ação de Gênero do Banco Mundial também apoia os projetos nacionais da iniciativa. Os compromissos com a iniciativa são da ordem de US\$ 22 milhões.

nidades econômicas para as meninas também pode mudar as percepções delas próprias e das suas comunidades sobre os papéis de gênero para as meninas adolescentes. Um estudo de um programa em Nova Delhi que estabelecia o contato entre as comunidades e recrutadores para o trabalho em telefonia com altos salários constatou que essas comunidades eram mais propensas a depositar menos expectativas nos dotes de noivas e a considerar aceitável as mulheres morarem sozinhas antes do casamento e trabalharem antes e depois do casamento e do nascimento de filhos.⁸⁸

Tornando outras políticas "inteligentes em termos de gênero"

Compreender de que modo o gênero influencia o funcionamento dos domicílios, mercados e instituições pode ser importante para as políticas mesmo quando o objetivo principal não seja aumentar a igualdade de gênero. Por quê? Porque os fracassos diferenciados por gênero nos mercados; os preconceitos baseados em gênero nas instituições e a forma como as relações de gênero atuam no ambiente doméstico — todos afetam (e algumas vezes limitam) o comportamento de homens e mulheres. Essas mudanças de compor-

tamento podem influenciar o modo como homens e mulheres respondem às políticas. Não levar em conta essas mudanças pode, portanto, significar que a política terá consequências inesperadas ou simplesmente não funcionará.

Tomemos as relações no ambiente doméstico. Elas claramente afetam o modo como a família responde à política — algumas vezes com consequências inesperadas. Por exemplo: muitos programas de transferência condicional de renda foram inicialmente direcionados para as mulheres porque — sabendo que as mulheres eram propensas a gastar dinheiro de maneira diferente dos homens — parecia uma forma de obter melhores resultados da transferência gasta com as aptidões das crianças. Mas as transferências mudaram o poder de barganha dentro da família e, em alguns casos, como no México, no curto prazo resultaram no aumento da violência doméstica. Embora esse efeito possa desaparecer ou mudar de natureza no longo prazo, vários programas de transferência de renda posteriores incluíram condições para desestimular a violência doméstica (Brasil), treinamento e conscientização dessas questões para mães e famílias (Colômbia e Peru), ou mesmo assistentes sociais dedicadas (Chile).

Portanto, de que modo as considerações sobre desigualdades de gênero e suas determinantes subjacentes podem ser integradas ao projeto mais amplo de políticas e programas? O esquema analítico deste Relatório fornece uma orientação. Primeiro, o que acontece dentro de casa molda o impacto das políticas. Um exemplo vem de Papua Nova Guiné. Os papéis de gênero na colheita da palmeira de óleo são: os homens sobem nas árvores e colhem os frutos enquanto as mulheres pegam os frutos que caem no chão. A indústria da palmeira de óleo percebeu que entre 60 e 70% dos frutos caídos no chão não estavam sendo coletados. Foram tentadas várias iniciativas com o objetivo de abordar as restrições que as mulheres enfrentavam, inclusive o fornecimento de redes especiais para as mulheres usarem na coleta e a compatibilização do horário da coleta com suas obrigações domésticas. Nenhuma dessas iniciativas funcionou. Finalmente, foi lançado o esquema Mama Lus Frut por meio do qual as mulheres recebiam seus próprios cartões de registro da colheita e recebiam o pagamento diretamente nas suas contas bancárias pessoais. A produção cresceu significativamente, assim como a participação feminina na colheita da palmeira de óleo.

Em segundo lugar, muitas políticas e programas não focados em gênero podem beneficiar-se se levarem em conta a sub-representação das mulheres nos mercados, setores ou ocupações,

uma situação capaz de criar problemas de informação não apenas para as mulheres, mas também para aqueles que desejam empregá-las, oferecer-lhes empréstimos ou prestar serviços a elas. Um exemplo de como levar em conta a sub-representação das mulheres é o programa do Equador para ampliar os bancos de dados das agências de crédito para incluir o microfinanciamento. Esta intervenção ajudará as instituições de microfinanciamento a tomarem melhores decisões acerca de empréstimos, independentemente de para quem eles estejam emprestando. E como os clientes de microfinanciamento são predominantemente mulheres, tal intervenção também as ajuda a terem acesso a um maior número de serviços financeiros.

Terceiro, o desenho da política deve procurar igualar o campo de atuação para homens e mulheres, especialmente quando as leis e regulamentos tratam homens e mulheres de maneira diferente e quando os sistemas aplicam de modo diferente as leis e os sistemas, mesmo quando são nominalmente iguais. Procurar esse tipo de discriminação e repará-la ao analisar as leis e regulamentos ou os mecanismos de execução, pode significar uma oportunidade para melhorar a igualdade de gênero como um benefício secundário. Tomemos o caso dos impostos, que podem discriminar explicitamente as mulheres quando estas enfrentam taxas diferentes dos homens para a mesma renda. No Marrocos, por exemplo, o desconto do imposto de renda relativo aos filhos é alocado aos homens, portanto, os homens têm uma taxa tributária menor. As mulheres só recebem esse desconto se provarem que seus maridos e filhos dependem delas financeiramente. Esse formato não é eficiente nem igualitário em termos de gênero.

Quando essas considerações são incluídas no desenho geral das políticas, estas têm maior probabilidade de alcançarem os objetivos desejados e torna-se mais fácil para os formuladores de políticas ajustá-las para aumentar a igualdade de gênero durante o processo.

A ECONOMIA POLÍTICA DE REFORMAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

Políticas públicas bem planejadas para tratarem deficiências específicas do mercado e restrições institucionais ou normativas podem apoiar avanços significativos na igualdade de gênero. Mas a escolha das políticas e sua implementação não ocorrem no vácuo. Elas precisam ser ajustadas ao ambiente institucional, social e político dos países e aos atores da sociedade envolvidos. É importante compreender de que modo as reformas realmente ocorrem e quais

fatores permitem que elas sejam sustentadas de modo a produzirem mudanças.

Vale notar duas características dos processos de reforma de gênero. Primeiro, como ocorre com todas as reformas, elas redistribuem recursos e poder entre os grupos da sociedade, inclusive entre homens e mulheres. Mesmo quando as políticas para promover a igualdade de gênero são bem escolhidas e aumentam a eficiência econômica, alguns grupos podem acabar perdendo. Segundo, tais reformas geralmente confrontam poderosas normas e crenças da sociedade relativas aos papéis de gênero. Cada uma dessas características significa que provavelmente haverá oposição e que saber administrar essas resistências é fundamental para que as reformas sejam bem-sucedidas.

Uma série de países — ricos e em desenvolvimento — demonstra que vários aspectos da economia política das reformas são especialmente relevantes para a igualdade de gênero. Primeiro, a probabilidade de as reformas darem certo é maior quando o apoio a elas tem base ampla. É essencial, portanto, construir coalizões que se mobilizem em torno das reformas. Essas coalizões podem incluir atores não governamentais, tais como partidos políticos, sindicatos, organizações e associações da sociedade civil e o setor privado. Os grupos de mulheres em particular têm sido a força motriz para uma maior igualdade de gênero na legislação relativa a mão de obra e direito de família. As mulheres que trabalham no setor informal, por exemplo, desafiaram seus patrões e algumas vezes o Estado por intermédio de organizações como a Associação de Mulheres Autônomas na Índia e Nijera Kori em Bangladesh. Esses grupos deram voz às mulheres e abriram espaço para a ação pública combater a resistência à reforma.

Mulheres e homens são parceiros na melhoria da igualdade de gênero. Embora as iniciativas que conclamam os homens a apoiarem a igualdade de gênero ainda sejam pequenas, há sinais que indicam uma participação mais ampla em muitas áreas e o crescente apoio dos homens aos direitos das mulheres em muitos países em desenvolvimento. Em Ruanda, por exemplo, o Centro de Recursos Masculinos insere os homens e meninos no combate à violência baseada no gênero. Em pesquisas sobre atitudes masculinas acerca da igualdade de gênero no Brasil, Chile, Croácia e México, os homens adultos expressam de forma preponderante a visão de que "os homens não perdem quando os direitos das mulheres são promovidos."⁸⁹ Mesmo na Índia, onde nesta pesquisa os homens demonstraram menos disposição para apoiar a igualdade de gênero em geral, foi forte o seu apoio a determinadas políticas, tais como cotas nas universidades e vagas de trabalho no governo.

Em segundo lugar, as empresas — grandes e pequenas — podem desenvolver um cenário comercial irrefutável em favor da igualdade de gênero. Na economia global em rápida transformação, a procura por habilidades cresceu muito, incentivando as empresas a ampliarem seu conjunto de talentos. As empresas buscam não apenas atrair e recrutar talentos femininos, mas também retê-los por meio de medidas que facilitem o equilíbrio entre o trabalho e a vida privada. As empresas sabem que a diversidade de opiniões pode enriquecer a tomada de decisão e incentivar a criatividade. E a igualdade de gênero por si só transformou-se num traço desejável que os clientes e os investidores procuram. A responsabilidade social corporativa é um caminho para as empresas aumentarem a competitividade mediante a diferenciação de produtos e a captura da fidelidade do crescente poder de mercado das mulheres.

Terceiro, os choques e as mudanças exógenas podem proporcionar aos formuladores de políticas janelas de oportunidade para lançarem reformas capazes de melhorar os resultados relativos a gênero. Tais janelas originam-se algumas vezes de circunstâncias imprevisíveis, tais como um desastre nacional. O desastre que se seguiu ao Furacão Mitch na Nicarágua em 1998 facilitou o diálogo acerca da violência doméstica. Em seguida vieram uma campanha nacional e a promulgação de legislação. Outras janelas originam-se em mudanças no cenário político ou econômico. As mudanças na Espanha durante a transição democrática no final da década de 1970 foram particularmente dramáticas para o direito de família e os direitos reprodutivos. Outras ainda surgem da defesa de órgãos transnacionais e de exemplos de comportamento na agenda global. Por exemplo, o monitoramento e a defesa por grupos locais de mulheres colombianas no CEDAW moldaram a ampliação das garantias de saúde reprodutiva na Constituição Colombiana, adotada em 1990, e facilitaram o maior acesso à contracepção.

Finalmente, existem múltiplos caminhos para a reforma. Os governos geralmente seguem as pistas da sociedade no ritmo e na pressão por reformas. Quando a formulação e a implementação de políticas seguem as pistas das transformações que estão em andamento no mercado e nas normas sociais, a convergência e o alinhamento podem alimentar a mudança sustentável. Mas essas reformas "graduais" talvez não sejam suficientes para superar a dependência do caminho e a rigidez institucional que resultam na persistente desigualdade de gênero. Podem ser necessárias ações corajosas dos governos com reformas "transformadoras" para alterar a dinâmica social e passar para um equilíbrio mais igualitário. Ao escolher entre políticas graduais e transformadoras como

parte das reformas de gênero, o desafio para os formuladores de política é equilibrar o ritmo da mudança com os riscos de reversão. As políticas graduais produzirão a mudança lentamente. Mas as políticas transformadoras têm o risco de retrocesso. Um caminho a seguir seria ser seletivo na implementação de políticas transformadoras e garantir que seja dada atenção adequada à implementação.

AGENDA GLOBAL PARA MAIOR IGUALDADE DE GÊNERO

A ação nacional é fundamental para a redução das desigualdades. A ação global — por parte dos governos, pessoas e organizações nos países desenvolvidos e em desenvolvimento e por parte das instituições internacionais — não pode substituir as políticas e instituições nacionais igualitárias e eficientes. Mas pode aumentar a abrangência e o impacto das políticas nacionais. E pode influenciar se a integração global e as oportunidades que ela gera — por meio da informação, mobilidade e tecnologia — promovem maior igualdade de gênero e melhoram a vida de todas as mulheres ou somente de algumas.

A ação global deve focar áreas em que os hiatos de gênero sejam mais significativos, tanto intrinsecamente quanto em termos do potencial benefício do seu desenvolvimento — e onde o crescimento por si só não pode solucionar essas questões. Em outras palavras, a ação internacional deve focar a complementação dos esforços dos países em *quatro áreas prioritárias* identificadas neste Relatório:

- Redução da mortalidade feminina excessiva e preenchimento dos hiatos em educação onde eles ainda existem
- Melhoria do acesso às oportunidades econômicas para as mulheres
- Aumento da participação e da capacidade de decidir das mulheres na família e na sociedade
- Limitação da reprodução da desigualdade de gênero entre as gerações.

Além disso, existe uma *prioridade transversal*: apoio à ação pública baseada em evidência por meio de melhores dados, melhor geração e compartilhamento do conhecimento e melhor aprendizagem.

A motivação para uma agenda para a ação global tem três aspectos: Primeiramente, o avanço em algumas frentes exige a canalização de mais recursos dos países ricos para os países

em desenvolvimento (por exemplo, para criar mais igualdade de dotações humanas ou para enfrentar as causas profundas da mortalidade feminina excessiva em todo o mundo). Segundo, a ação efetiva algumas vezes depende da produção de um bem público, como a geração de uma informação ou um conhecimento (global) novo. Terceiro, quando o impacto de uma determinada política atravessa fronteiras, a coordenação entre um grande número de países e instituições pode aumentar sua eficácia, como por exemplo pela criação de um momento propício e pressão por ação no âmbito nacional.

Com base nesses critérios, as iniciativas incluídas na agenda proposta para a ação global podem ser agrupadas em três tipos de atividade:

Fornecimento de apoio financeiro. Melhorias no fornecimento de água limpa e saneamento ou melhores serviços de saúde, tais como aqueles necessários para reduzir a mortalidade feminina excessiva entre meninas e mães no mundo em desenvolvimento, exigirão recursos significativos — que em geral transcendem a capacidade dos governos individualmente, em especial aqueles de países relativamente pobres. A comunidade de desenvolvimento internacional pode dar apoio financeiro aos países que desejarem e puderem empreender essas reformas de maneira coordenada mediante iniciativas específicas ou mecanismos de financiamento para garantir o máximo impacto e minimizar a duplicidade.

Promoção da inovação e da aprendizagem. Embora muito se tenha aprendido acerca do que funciona e o que não funciona com relação à promoção da maior igualdade de gênero, a verdade é que o progresso é sempre retardado pela falta de dados ou de soluções adequadas para os problemas mais arraigados. Este é, por exemplo, o caso das diferenças de gênero nos padrões de utilização do tempo e nas normas relacionadas a cuidados que dão origem a esses padrões. A comunidade de desenvolvimento pode promover a inovação e a aprendizagem por meio de experimentação e avaliação de formas que enfatizem os resultados e o processo, bem como o contexto, e assim facilitam a ampla multiplicação de experiências de sucesso.

Aproveitamento de parcerias eficazes. Como ressalta o Capítulo 8, a reforma de sucesso geralmente requer coalizões ou parcerias capazes de atuar dentro e fora das fronteiras. Essas parcerias podem ser criadas entre os atores da comunidade de desenvolvimento internacional em torno das questões de financiamento; com acadêmicos e centros de pesquisa para fins de experimentação e

TABELA 2 *Visão panorâmica da agenda de uma ação global*

Área prioritária	Iniciativas novas/adicionais que necessitam de apoio	Orientações para a comunidade de desenvolvimento global		
		Fornecimento de apoio financeiro	Promoção da inovação e da aprendizagem	Aproveitamento de parcerias
Preenchimento dos hiatos de gênero nas dotações humanas	Aumento do acesso à educação entre os grupos desfavorecidos	√		√
	Aumento do acesso à água limpa	√	√	
	Aumento do acesso aos serviços maternos especializados	√	√	√
	Fortalecimento do apoio à prevenção e ao tratamento de HIV/AIDS	√		√
Promoção do acesso das mulheres a oportunidades econômicas	Aumento do acesso aos creches e ao desenvolvimento na primeira infância	√	√	
	Investimento nas mulheres das áreas rurais		√	√
Preenchimento do hiato de gênero em termos de voz e da capacidade de decidir	Aumento do acesso das mulheres ao sistema judicial		√	
	Mudança de normas relativas à violência contra mulheres		√	√
Prevenção da reprodução da desigualdade de gênero entre as gerações	Investimento nas meninas e meninos adolescentes		√	
Apoio à ação pública baseada em evidências	Geração de novas informações	√		√
	Facilitação da troca de conhecimentos e aprendizagem		√	

Fonte: Equipe WDR 2012.

aprendizagem e, de modo mais amplo, com o setor privado para promover o acesso às oportunidades econômicas. Juntas, essas parcerias podem ajudar os países a potencializar os recursos e as informações necessárias para promover com êxito a igualdade de gênero no mundo globalizado de hoje em dia.

A importância relativa dessas atividades irá obviamente variar de um país para outro. A Tabela 2 oferece uma visão panorâmica da agenda proposta para a ação global (descrita com mais detalhes no Capítulo 9). As áreas assinaladas são aquelas em que é necessário uma ação *nova* ou *adicional* ou onde um *novo foco nas iniciativas existentes* é solicitado. Obviamente, existem também iniciativas importantes em andamento nas áreas que não estão assinaladas — por exemplo, a inovação acerca das modalidades de parto para a prevenção do HIV/AIDS ou as parcerias focadas em adolescentes. Nessas últimas áreas, o foco deve ser a *manutenção dos esforços e parcerias em andamento e o cumprimento de compromissos anteriores*.

Finalmente, o esquema e a análise apresentadas no Relatório fornecem quatro princípios gerais para o desenho das políticas e programas capazes de aumentar o impacto e a eficácia da ação global em todas as áreas prioritárias. Esses princípios são:

- *Diagnóstico abrangente de gênero como precondição para o desenho das políticas e programas.* Os hiatos de gênero persistem por vários motivos: pode haver uma única tentativa de fortalecimento institucional ou de política que seja difícil e que pode ser facilmente bloqueada; podem existir várias restrições que reforcem esses hiatos nos mercados, instituições formais e domicílios que, associadas, impedem o progresso; ou elas podem estar fortemente enraizadas nos papéis de gênero ou normas sociais que evoluem lentamente. O desenho eficaz da política exige um bom entendimento acerca de qual dessas situações prevalece em um determinado contexto, além de onde estão e quais são essas restrições insuperáveis. Para ser útil, o diagnóstico deve detalhar o

que acontece nos domicílios, mercados e instituições formais, suas interações e de que modo eles são fruto das normas sociais.

- *Foco nos determinantes versus foco nos resultados:* Ao escolher e planejar as políticas, é necessário focar no mercado e nas restrições institucionais geradoras do hiato de gênero existentes, e não nos resultados propriamente ditos. Essas restrições podem ser muitas, podendo até ser externas ao campo imediato onde o resultado é observado.
- *"Promoção" e integração estratégica:* Como os hiatos de gênero são geralmente resultado de várias restrições que se reforçam mutuamente, a ação efetiva pode exigir intervenções multissetoriais coordenadas ou sequenciais. E, em muitos casos, essas intervenções podem assumir a forma de políticas gerais que são transformadas em "inteligentes quanto a gênero" mediante a incorporação de questões relativas a gênero ao seu projeto e implementação. Para maximizar o impacto, é, portanto necessário que as questões de gênero saiam do âmbito dos produtos e projetos destinados a setores específicos para os programas voltados para países e setores. Isso permitirá mais integração estratégica de gênero.
- *Não existe uma solução única para todos:* A natureza, o funcionamento do mercado e as instituições variam muito de um país para outro, assim como as normas e culturas e, consequentemente, os comportamentos das famílias e dos indivíduos. Isso significa que a mesma política pode ter resultados muito diferentes, dependendo dos contextos ou, como esclarece a discussão do capítulo 8, que existem vários caminhos para a reforma.

NOTAS

1. Sen 1999.
2. Esteve-Volart e Bagües 2010.
3. Gilbert, Sakala, e Benson 2002; Vargas Hill e Vigneri 2009.
4. Udry 1996.
5. FAO, IFAD, e ILO 2010.
6. Cuberes e Teignier 2011; Hurst e outros 2011.
7. Do, Levchenko, e Raddatz 2011.
8. Do, Levchenko, e Raddatz 2011.
9. Do, Levchenko, e Raddatz 2011.
10. Haddad, Hoddinott, e Alderman 1997; Katz e Chamorro 2003; Duflo 2003; Thomas 1990; Hoddinott e Haddad 1995; Lundberg, Pollak, e Wales 1997; Quisumbing e Maluccio 2000; Attanasio e Lechene 2002; Ruvalcaba, Teruel, e Thomas 2009; Doss 2006; Schady e Rosero 2010.
11. Doss 2006.
12. Thomas 1990.
13. Qian 2008.
14. Luke e Munshi 2011.
15. Thomas, Strauss, e Henriques 1990; Allendorf 2007.
16. Andrabi, Das, e Khwaja 2011; Dumas e Lambert 2011.
17. Felitti e outros 1998; McEwen 1999.
18. Kishor e Johnson 2004; Jeyaseelan e outros 2007; Hindin, Kishor, e Ansara 2008; Koenig e outros 2006; Martin e outros 2002.
19. Miller 2008.
20. Beaman e outros 2010, a ser lançado; Chattopadhyay e Duflo 2004.
21. Beaman e outros 2010, a ser lançado.
22. Agarwal 2010a; Agarwal 2010b.
23. Banco Mundial 2005.
24. Banco Mundial 2001.
25. Banco Mundial 2011.
26. Consulte Banco Mundial 2001 e também Banco Mundial 2011b, dos quais extraímos o esquema conceitual.
27. Chioda, García-Verdu e Muñoz Boudet 2011.
28. Banco Mundial 2008.
29. Lewis e Lockheed 2006.
30. Chioda, García-Verdu e Muñoz Boudet 2011.
31. Para uma descrição detalhada da metodologia, baseada em Anderson e Ray 2010, ver o Capítulo 3.
32. O problema da grande ausência de meninas foi documentado por Sen 1992, Coale 1984 e Das Gupta 1987.
33. WHO, UNICEF, UNFPA e Banco Mundial 2010.
34. FAO 2011.
35. Para fins da discussão neste capítulo, o termo "empresário" refere-se a indivíduos autônomos (sem empregados) e com empregados (empregadores).
36. Sabarwal, Terrell e Bardasi 2009; Bruhn 2009; Hallward-Driemeier 2011.
37. Costa e Rijkers 2011.
38. FAO 2011.
39. Nyamu-Musembi 2002.
40. Deere e Doss 2006.
41. Estimativas da equipe baseadas em ICF Macro 2010.
42. Reed e outros 2010.
43. OMS 2005.
44. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU 2010.
45. Agarwal e Panda 2007.
46. Pranyk e outros 2006; ICRW 2006; Swaminathan, Walker e Rugadya 2008.
47. Dercon e Singh 2011.
48. Fernández e Fogli 2009; Fogli e Velckdkamp 2010; Farré e Vella 2007.
49. Agarwal e Panda 2007.
50. Gage 2005.
51. Yount e Carrera 2006; Castro, Casique e Brindis 2008.
52. Abrahams e outros 2009.
53. Kishor e Johnson 2004.
54. Banco Mundial 2005.
55. Chung e Das Gupta 2007.
56. Waddington e outros 2009.
57. Chioda, García-Verdu, e Muñoz Boudet 2011.

58. Björkman e Svensson 2009.
59. Cotlear 2006.
60. Lim e outros 2010. Janani Suraksha Yojana também teve impactos significativos nas mortes perinatais e neonatais, que diminuíram em 3,7 mortes por 1.000 gestações e em 2,5 mortes para cada 1.000 nados vivos, respectivamente. O estudo não foi capaz de detectar um efeito na mortalidade materna; contudo, talvez porque a morte materna seja um evento relativamente raro e o tamanho da amostra do estudo só podia detectar efeitos muito grandes.
61. Prata e outros 2010; OMS e outros 2010.
62. Baris, Mollahaliloglu e Sabahattin 2011.
63. Fiszbein e outros 2009.
64. FAO 2003.
65. Deininger, Ali, e Zevenbergen 2008.
66. Leonard 1989, Holzer e Neumark 2000.
67. Holzer e Neumark 2000.
68. Gornick e Jacobs 1998; OECD 1993; Schmidt 1993.
69. Bosch e Maloney 2010.
70. Esteve-Volart e Bagües 2010.
71. As cotas são implementadas em uma base rotativa entre as localidades.
72. Gajigo e Hallward-Driemeier 2011.
73. Natarajan 2005.
74. Barker e Ricardo 2005.
75. Terefe e Larson 1993.
76. Ver Rawlings e Rubio (2003) para México e Nicarágua, Barrera-Osorio e Linden (2009) para Colômbia, e Schady e Araujo (2006) para Equador.
77. Baird e outros 2009.
78. Nguyen 2008.
79. Jensen 2010.
80. Angrist e Lavy 2009; Kremer, Miguel, e Thornton 2009.
81. Attanasio, Kugler e Meghir 2008; Ćopić, Robles e Saavedra 2007; Hjort e outros 2010.
82. Hjort and others 2010.
83. Ross and others 2007.
84. Gilliam 2010 e Bearinger e outros 2007.
85. Bandiera e outros 2011.
86. Martinez e outros 2011.
87. Beaman e outros 2009.
88. Jensen 2010.
89. Barker e outros 2011.
- . 1997. “‘Bargaining’ and Gender Relations: Within and Beyond the Household.” *Feminist Economics* 3 (1): 1–51.
- . 2010a. “Does Women’s Proportional Strength Affect Their Participation? Governing Local Forests in South Asia.” *World Development* 38 (1): 98–112.
- . 2010b. *Gender and Green Governance: The Political Economy of Women’s Presence Within and Beyond Community Forestry*. New York: Oxford University Press.
- Agarwal, Bina, and Pradeep Panda. 2007. “Toward Freedom from Domestic Violence: The Neglected Obvious.” *Journal of Human Development and Capabilities* 8 (3): 359–88.
- Alene, Arega D., Victor M. Manyong, Gospel O. Omana, Hodeba D. Mignouna, Mpoko Bokanga, and George D. Odhiambo. 2008. “Economic Efficiency and Supply Response of Women as Farm Managers: Comparative Evidence from Western Kenya.” *World Development* 36 (7): 1247–60.
- Allendorf, Keera. 2007. “Do Women’s Land Rights Promote Empowerment and Child Health in Nepal?” *World Development* 35 (11): 1975–88.
- Anderson, Siwan, and Debraj Ray. 2010. “Missing Women: Age and Disease.” *Review of Economic Studies* 77 (4): 1262–300.
- Andrabi, Tahir, Jishnu Das, and Asim Ijaz Khwaja. 2011. “Students Today, Teachers Tomorrow. Identifying Constraints on the Provision of Education.” Policy Research Working Paper Series 5674, World Bank, Washington, DC.
- Angrist, Joshua, and Victor Lavy. 2009. “The Effects of High Stakes High School Achievements Awards: Evidence from a Randomized Trial.” *American Economic Review* 99 (4): 1384–414.
- Attanasio, Orazio, Adriana Kugler, and Costas Meghir. 2008. “Training Disadvantaged Youth in Latin America: Evidence from a Randomized Trial.” Working Paper Series 13931, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Attanasio, Orazio, and Valérie Lechene. 2002. “Tests of Income Pooling in Household Decisions.” *Review of Economic Dynamics* 5 (4): 720–48.
- Baird, Sarah, Ephraim Chirwa, Craig McIntosh, and Berk Özler. 2009. “The Short-term Impacts of a Schooling Conditional Cash Transfer Program on the Sexual Behavior of Young Women.” Policy Research Working Paper Series 5089, World Bank, Washington, DC.
- Bandiera, Oriana, Niklas Buehren, Robin Burgess, Markus Goldstein, Selim Gulesci, Imran Rasul, and Munshi Sulaiman. 2011. “Economic Empowerment of Female Adolescents: Evidence from Uganda.” Presentation to the American Agricultural Association, Pittsburgh, PA.
- Baris, Enis, Salih Mollahaliloglu, and Aydin Sabahattin. 2011. “Healthcare in Turkey: From

REFERÊNCIAS

O processamento de texto descreve informalmente trabalhos reproduzidos que talvez não estejam normalmente disponibilizados nas bibliotecas.

- Abrahams, Naeemah, Rachel Jewkes, Lorna J. Martin, Shanaaz Mathews, Lisa Vetten, and Carl Lombard. 2009. “Mortality of Women from Intimate Partner Violence in South Africa: A National Epidemiological Study.” *Violence and Victims* 24 (4): 546–56.
- Agarwal, Bina. 1994. *A Field of One’s Own: Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.

- Laggard to Leader." *British Medical Journal* 342 (c7456): 579–82.
- Barker, Gary, Manuel Contreras, Brian Heilman, Ajay Singh, Ravi Verma, and Marcos Nascimento. 2011. "Evolving Men: Initial Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES)." International Center for Research on Women and Instituto Promundo, Washington, DC.
- Barker, Gary, and Christine Ricardo. 2005. "Young Men and the Construction of Masculinity in Sub-Saharan Africa: Implications for HIV/AIDS, Conflict, and Violence." Social Development Papers, World Bank, Washington, DC.
- Barrera-Osorio, Felipe, and Leigh L. Linden. 2009. "The Use and Misuse of Computers in Education: Evidence from a Randomized Experiment in Colombia." Policy Research Working Paper Series 4836, World Bank, Washington, DC.
- Beaman, Lori, Raghavendra Chattopadhyay, Esther Duflo, Rohini Pande, and Petia Topalova. 2009. "Powerful Women: Does Exposure Reduce Bias?" *Quarterly Journal of Economics* 124 (4): 1497–540.
- Beaman, Lori, Esther Duflo, Rohini Pande, and Petia Topalova. Forthcoming. "Political Reservation and Substantive Representation: Evidence from Indian Village Councils." In *India Policy Forum*, 2010, ed. Suman Bery, Barry Bosworth, and Arvind Panagariya. Brookings Institution Press and the National Council of Applied Economic Research, Washington, DC, and New Delhi.
- Bearinger, Linda H., Renee E. Sieving, Jane Ferguson, and Vinit Sharma. 2007. "Global Perspectives on the Sexual and Reproductive Health of Adolescents: Patterns, Prevention, and Potential." *Lancet* 369 (9568): 1220–31.
- Berniell, Maria Inés, and Carolina Sánchez-Páramo. 2011. "Overview of Time Use Data Used for the Analysis of Gender Differences in Time Use Patterns." Background paper for the WDR 2012.
- Björkman, Martina, and Jacob Svensson. 2009. "Power to the People: Evidence from a Randomized Field Experiment on Community-Based Monitoring in Uganda." *Quarterly Journal of Economics* 124 (2): 735–69.
- Booth, Alison L., and Patrick J. Nolen. 2009. "Gender Differences in Risk Behaviour: Does Nurture Matter?" Centre for Economy Policy Research, London.
- Bosch, Mariano, and William F. Maloney. 2010. "Comparative Analysis of Labor Market Dynamics Using Markov Processes: An Application to Informality." *Labour Economics* 17 (4): 621–31.
- Bruhn, Miriam. 2009. "Female-Owned Firms in Latin America. Characteristics, Performance, and Obstacles to Growth." Policy Research Working Paper Series 5122, World Bank, Washington, DC.
- Castro, Roberto, Irene Casique, and Claire D. Brindis. 2008. "Empowerment and Physical Violence throughout Women's Reproductive Life in Mexico." *Violence Against Women* 14 (6): 655–77.
- Chattopadhyay, Raghavendra, and Esther Duflo. 2004. "Women as Policy Makers: Evidence from a Randomized Policy Experiment in India." *Econometrica* 72 (5): 1409–43.
- Chioda, Laura, with Rodrigo Garcia-Verdú, and Ana María Muñoz Boudet. 2011. *Work and Family: Latin American Women in Search of a New Balance*. Office of the Chief Economist and Poverty Gender Group, LAC. Washington, DC: World Bank.
- Chung, Woojin, and Monica Das Gupta. 2007. "The Decline of Son Preference in South Korea: The Roles of Development and Public Policy." *Population and Development Review* 33 (4): 757–83.
- Coale, Ansley J. 1984. "Rapid Population Change in China, 1952–1982." Report 27, Committee on Population and Demography, National Academies Press, Washington, DC.
- Costa, Rita, and Bob Rijkers. 2011. "Gender and Rural Non-Farm Entrepreneurship." Background paper for the WDR 2012.
- Cotlear, Daniel, ed. 2006. "A New Social Contract for Peru: An Agenda for Improving Education, Health Care, and the Social Safety Net." Country Study, World Bank, Washington, DC.
- Crosen, Rachel, and Uri Gneezy. 2009. "Gender Differences in Preferences." *Journal of Economic Literature* 47 (2): 448–74.
- Cuberes, David, and Marc Teignier Baqué. 2011. "Gender Inequality and Economic Growth." Background paper for the WDR 2012.
- Das Gupta, Monica. 1987. "Selective Discrimination against Female Children in Rural Punjab, India." *Population and Development Review* 13 (1): 77–100.
- Deere, Carmen Diana, and Cheryl R. Doss. 2006. "Gender and the Distribution of Wealth in Developing Countries." Research Paper Series 2006/115, United Nations University and World Institute for Development Economics Research, Helsinki.
- Deininger, Klaus, Daniel Ayalew Ali, Holden T. Stein, and Jaap Zevenbergen. 2008. "Rural Land Certification in Ethiopia: Process, Initial Impact, and Implications for Other African Countries." *World Development* 36 (10): 1786–812.
- Dercon, Stefan, and Abhijeet Singh. 2011. "From Nutrition to Aspirations and Self-Efficacy: Gender Bias over Time among Children in Four Countries." Oxford University, Oxford, U.K. Processed.
- Do, Quy-Toan, Andrei Levchenko, and Claudio Raddatz. 2011. "Engendering Trade." Background paper for the WDR 2012.

- Doss, Cheryl R. 2006. "The Effects of Intrahousehold Property Ownership on Expenditure Patterns in Ghana." *Journal of African Economies* 15 (1): 149–80.
- Duflo, Esther. 2003. "Grandmothers and Granddaughters: Old-Age Pensions and Intrahousehold Allocation in South Africa." *World Bank Economic Review* 17 (1): 1–25.
- Dumas, Christelle, and Sylvie Lambert. 2011. "Educational Achievement and Socio-Economic Background: Causality and Mechanisms in Senegal." *Journal of African Economies* 20 (1): 1–26.
- Esteve-Volart, Berta, and Manuel F. Bagues. 2010. "Are Women Pawns in the Political Game? Evidence from Elections to the Spanish Senate." Working Paper Series 2009–30, Fundación de Estudios de Economía Aplicada, Madrid.
- Farré, Lúdia, and Francis Vella. 2007. "The Intergenerational Transmission of Gender Role Attitudes and Its Implications for Female Labor Force Participation." Discussion Paper Series 2802, Institute for the Study of Labor, Bonn.
- Fehr, Ernst, Urs Fischbacher, and Simon Gächter. 2002. "Strong Reciprocity, Human Cooperation and the Enforcement of Social Norms." *Human Nature* 13 (2002): 1–25.
- Felitti, Vincent D., Robert F. Anda, Dale D. Nordenberg, David F. Williamson, Alison M. Spitz, Valerie Edwards, Mary P. Koss, and James S. Marks. 1998. "Relationship of Childhood Abuse and Household Dysfunction to Many of the Leading Causes of Death in Adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study." *American Journal of Preventive Medicine* 14 (4): 245–58.
- Fernández, Raquel, and Alessandra Fogli. 2009. "Culture: An Empirical Investigation of Beliefs, Work, and Fertility." *American Economic Journal: Macroeconomics* 1 (1): 146–77.
- Fiszbein, Ariel, Norbert Schady, Francisco H. G. Ferreira, Margaret Grosch, Nial Kelleher, Pedro Olinto, and Emmanuel Skoufias. 2009. *World Bank Policy Research Report: Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty*. Washington, DC: World Bank.
- Fogli, Alessandra, and Laura Veldkamp. Forthcoming. "Nature or Nurture? Learning and the Geography of Female Labor Force Participation." *Econometrica*.
- FAO (Food and Agriculture Organization). 2003. "Revisiting the 'Magic Box.'" Case Studies in Local Appropriation of Information and Communication Technologies, FAO, Rome.
- . 2011. "The State of Food and Agriculture 2010–11. Women in Agriculture: Closing the Gender Gap for Development." FAO, Rome.
- FAO (Food and Agriculture Organization), IFAD (International Fund for Agricultural Development), and ILO (International Labour Office). 2010. "Gender Dimensions of Agricultural and Rural Employment: Differentiated Pathways out of Poverty. Status, Trends and Gaps." FAO, IFAD, and ILO, Rome.
- Gage, Anastasia J. 2005. "Women's Experience of Intimate Partner Violence in Haiti." *Social Science & Medicine* 61 (2): 343–64.
- Gajigo, Ousman, and Mary Hallward-Driemeier. 2011. "Constraints and Opportunities for New Entrepreneurs in Africa." World Bank, Washington, DC. Processed.
- Gilbert, Robert A., Webster D. Sakala, and Todd D. Benson. 2002. "Gender Analysis of a Nationwide Cropping System Trial Survey in Malawi." *African Studies Quarterly* 6 (1).
- Gilliam, Melissa L. 2010. "Interventions for Preventing Unintended Pregnancies among Adolescents." *Obstetrics and Gynecology* 115 (1): 171–72.
- Gneezy, Uri, Kenneth L. Leonard, and John A. List. 2009. "Gender Differences in Competition: Evidence from a Matrilineal and a Patriarchal Society." *Econometrica* 77 (5): 1637–64.
- Gornick, Janet C., and Jerry A. Jacobs. 1998. "Gender, the Welfare State, and Public Employment: A Comparative Study of Seven Industrialized Countries." *American Sociological Review* 63 (5): 688–710.
- Haddad, Lawrence, John Hoddinott, and Harold Alderman. 1997. *Intrahousehold Resource Allocation in Developing Countries: Models, Methods, and Policy*. Baltimore: Johns Hopkins University.
- Hallward-Driemeier, Mary. 2011. "Improving the Legal Investment Climate for Women in Sub-Saharan Africa." World Bank, Washington, DC.
- Hindin, Michelle J., Sunita Kishor, and Donna L. Ansara. 2008. "Intimate Partner Violence among Couples in 10 DHS Countries: Predictors and Health Outcomes." DHS Analytical Studies 18, U.S. Agency for International Development, Washington, DC.
- Hjort, Jonas, Michael Kremer, Isaac Mbiti, and Edward Miguel. 2010. "Vocational Education Vouchers and Labor Market Returns: A Randomized Evaluation among Kenyan Youth." Harvard University and Southern Methodist University, Berkeley, CA. Processed.
- Hoddinott, John, and Lawrence Haddad. 1995. "Does Female Income Share Influence Household Expenditures? Evidence from Côte D'Ivoire." *Oxford Bulletin of Economics and Statistics* 57 (1): 77–96.
- Holzer, Harry J., and David Neumark. 2000. "Assessing Affirmative Action." *Journal of Economic Literature* 38 (3): 483–568.
- Hurst, Erik, Chang-Tai Hsieh, Charles Jones, and Peter Klenow. 2011. "The Allocation of Talent and Economic Growth." Chicago Booth, Chicago. Processed.

- ICF Macro. 2010. "Demographic and Health Surveys." Measure DHS, ICF Macro, Calverton, MD.
- ILO (International Labour Organization). 2010. "Key Indicators of the Labour Market." ILO, Geneva.
- ICRW (International Center for Research on Women). 2006. *Property Ownership & Inheritance Rights of Women for Social Protection: The South Asia Experience*. Washington, DC: ICRW.
- Iyer, Lakshmi, Anandi Mani, Prachi Mishra, and Petia Topalova. 2010. "Political Representation and Crime: Evidence from India's Panchayati Raj." International Monetary Fund, Washington, DC. Processed.
- Jensen, Robert. 2010. "Economic Opportunities and Gender Differences in Human Capital: Experimental Evidence for India." Working Paper Series 16021, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Jeyaseelan, L., Shuba Kumar, Nithya Neelakantan, Abraham Peedicayil, Rajamohanam Pillai, and Nata Duvvury. 2007. "Physical Spousal Violence against Women in India: Some Risk Factors." *Journal of Biosocial Science* 39 (5): 657–70.
- Kabeer, Nalia. 1996. "Agency, Well-Being & Inequality: Reflections on the Gender Dimensions of Poverty." *IDS Bulletin* 27 (1): 11–21.
- . 1999. "Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment." *Development and Change* 30 (3): 35–64.
- Katz, Elizabeth, and Juan Sebastian Chamorro. 2003. "Gender, Land Rights, and the Household Economy in Rural Nicaragua and Honduras." Paper presented at the Annual Conference of the Latin American and Caribbean Economics Association, Puebla, Mexico, October 9.
- Kinkingninhou-Médagbé, Florent M., Aliou Diagne, Franklin Simtowe, Afiavi R. Agboh-Noameshie, and Patrice Y. Adégbola. 2010. "Gender Discrimination and Its Impact on Income, Productivity, and Technical Efficiency: Evidence from Benin." *Agriculture and Human Values* 27 (1): 57–69.
- Kishor, Sunita, and Kiersten Johnson. 2004. *Profiling Domestic Violence: A Multi-Country Study*. Calverton, MD: ORC Macro.
- Koenig, Michael A., Rob Stephenson, Saifuddin Ahmed, Shireen J. Jejeebhoy, and Jacquelyn Campbell. 2006. "Individual and Contextual Determinants of Domestic Violence in Northern India." *American Journal of Public Health* 96 (1): 132–38.
- Kremer, Michael, Edward Miguel, and Rebecca Thornton. 2009. "Incentives to Learn." *Review of Economics and Statistics* 91 (3): 437–56.
- Leonard, Jonathan S. 1989. "Women and Affirmative Action." *Journal of Economic Perspectives* 3 (1): 61–75.
- Lewis, Maureen A., and Marlaine E. Lockheed. 2006. *Inexcusable Absence: Why 60 Million Girls Aren't in School and What to Do About It*. Washington, DC: Center for Global Development.
- Lim, Stephen S., Lalit Dandona, Joseph A. Hoisington, Spencer L. James, Margaret C. Hogan, and Emmanuela Gakidou. 2010. "India's Janani Suraksha Yojana, A Conditional Cash Transfer Programme to Increase Births in Health Facilities: An Impact Evaluation." *Lancet* 375 (9730): 2009–23.
- Luke, Nancy, and Kaivan Munshi. 2011. "Women as Agents of Change: Female Income and Mobility in India." *Journal of Development Economics* 94 (1): 1–17.
- Lundberg, Shelly J., Robert A. Pollak, and Terence J. Wales. 1997. "Do Husbands and Wives Pool Their Resources? Evidence from the United Kingdom Child Benefit." *Journal of Human Resources* 32 (3): 463–80.
- Martin, Sandra L., Kathryn E. Moracco, Julian Garro, Amy Ong Tsui, Lawrence L. Kupper, Jennifer L. Chase, and Jacquelyn C. Campbell. 2002. "Domestic Violence across Generations: Findings from Northern India." *International Journal of Epidemiology* 31 (3): 560–72.
- Martinez, Sebastian, and others. 2011. "Hard Skills or Soft Skills." Presentation to the World Bank, Washington, DC.
- McEwen, Bruce S. 1999. "Stress and Hippocampal Plasticity." *Annual Review of Neuroscience* 22 (1): 105–22.
- Miller, Grant. 2008. "Women's Suffrage, Political Responsiveness, and Child Survival in American History." *Quarterly Journal of Economics* 123 (3): 1287–327.
- Moock, Peter R. 1976. "The Efficiency of Women as Farm Managers: Kenya." *American Journal of Agricultural Economics* 58 (5): 831–5.
- Natarajan, Mangai. 2005. "Status of Women Police in Asia: An Agenda for Future Research." *Journal for Women and Policing* 17: 45–47.
- Nguyen, Trang. 2008. "Information, Role Models and Perceived Returns to Education: Experimental Evidence from Madagascar." Working Paper, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA.
- Ñopo, Hugo, Miguel Robles, and Jaime Saavedra. 2007. "Occupational Training to Reduce Gender Segregation: The Impacts of ProJoven." Working Paper Series 623, Inter-American Development Bank Research Department, Washington, DC.
- Nyamu-Musembi, Celestine. 2002. "Are Local Norms and Processes Fences or Pathways? The Example of Women's Property Rights."

- In *Cultural Transformations and Human Rights in Africa*, ed. Abdullahi A. An-Na'im. London: Zed Books.
- Oladeebo, J. O., and A. A. Fajuyigbe. 2007. "Technical Efficiency of Men and Women Upland Rice Farmers in Osun State, Nigeria." *Journal of Human Ecology* 22 (2): 93–100.
- OECD (Organisation for Economic Cooperation and Development). 1993. *Private Pay for Public Work. Performance-Related Pay for Public Sector Managers*. Paris: OECD.
- Pathmanathan, Indra, Jerker Liljestrand, Jo M. Martins, Lalini C. Rajapaksa, Craig Lissner, Amalia de Silva, Swarna Selvaraju, and Prabha Joginder Singh. 2003. "Investing in Maternal Health Learning from Malaysia and Sri Lanka." World Bank, Washington, DC.
- Prata, Ndola, Paige Passano, Amita Sreenivas, and Caitlin Elisabeth Gerdts. 2010. "Maternal Mortality in Developing Countries: Challenges in Scaling Up Priority Interventions." *Women's Health* 6 (2): 311–27.
- Pronyk, Paul M., James R. Hargreaves, Julia C. Kim, Linda A. Morison, Godfrey Phetla, Charlotte Watts, Joanna Busza, and John D. H. Porter. 2006. "Effect of a Structural Intervention for the Prevention of Intimate-partner Violence and HIV in Rural South Africa: A Cluster Randomized Trial." *Lancet* 2368 (9551): 1973–83.
- Qian, Nancy. 2008. "Missing Women and the Price of Tea in China: The Effect of Sex-Specific Earnings on Sex Imbalance." *Quarterly Journal of Economics* 123 (3): 1251–85.
- Quisumbing, Agnes R., and John A. Maluccio. 2000. "Intrahousehold Allocation and Gender Relations: New Empirical Evidence from Four Developing Countries." Discussion Paper 84, Food Consumption and Nutrition Division, International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- Rawlings, Laura, B., and Gloria M. Rubio. 2003. "Evaluating the Impact of Conditional Cash Transfer Programs: Lessons from Latin America." Policy Research Working Paper Series 3119, World Bank, Washington, DC.
- Reed, Elizabeth, Anita Raj, Elizabeth Miller, and Jay G. Silverman. 2010. "Losing the 'Gender' in Gender-Based Violence: The Missteps of Research on Dating and Intimate Partner Violence." *Violence Against Women* 16 (3): 348–54.
- Ross, David A., John Chagalucha, Angela I. N. Obasi, Jim Todd, Mary L. Plummer, Bernadette Cleophas-Mazige, Alessandra Anemona, Dean Everett, Helen A. Weiss, David C. Mabey, Heiner Grosskurth, and Richard J. Hayes. 2007. "Biological and Behavioural Impact of an Adolescent Sexual Health Intervention in Tanzania: A Community-Randomized Trial." *AIDS* 21 (14): 1943–55.
- Rubalcava, Luis, Graciela Teruel, and Duncan Thomas. 2009. "Investments, Time Preferences, and Public Transfers Paid to Women." *Economic Development and Cultural Change* 57 (3): 507–38.
- Sabarwal, Shwetlena, Katherine Terrell, and Elena Bardasi. 2009. "How Do Female Entrepreneurs Perform? Evidence from Three Developing Regions." World Bank, Washington, DC. Processed.
- Saito, Katrine A., Hailu Mekonnen, and Daphne Spurling. 1994. "Raising the Productivity of Women Farmers in Sub-Saharan Africa." Africa Technical Department Discussion Paper Series 230, World Bank, Washington, DC.
- Schady, Norbert, and Maria Caridad Araujo. 2006. "Cash Transfers, Conditions, School Enrollment, and Child Work: Evidence from a Randomized Experiment in Ecuador." Policy Research Working Paper Series 3930, World Bank, Washington, DC.
- Schady, Norbert, and José Rosero. 2008. "Are Cash Transfers Made to Women Spent Like Other Sources of Income?" *Economics Letters* 101 (3): 246–48.
- Schmidt, Manfred G. 1993. "Gendered Labour Force Participation." In *Families of Nations: Patterns of Public Policy in Western Democracies*, ed. Frances G. Castles. Dartmouth Publishing Company, Aldershot, U.K., and Brookfield, VT.
- Sen, Amartya. 1990. "Gender and Cooperative -Conflict." In *Persistent Inequalities: Women and Development*, ed. Irene Tinker. Oxford, U.K.: Oxford University Press.
- . 1992. "Missing Women." *British Medical Journal* 304: (6827): 587–8.
- . 1999. *Development as Freedom*. New York: Knopf.
- Swaminathan, Hema, Cheryl Walker, and Margaret A. Rugadya, eds. 2008. *Women's Property Rights, HIV and AIDS, and Domestic Violence: Research Findings from Two Rural Districts in South Africa and Uganda*. Cape Town: HSRC Press.
- Terefe, Almas, and Charles P. Larson. 1993. "Modern Contraception Use in Ethiopia: Does Involving Husbands Make a Difference?" *American Journal of Public Health* 83 (11): 1567–71.
- Thomas, Duncan. 1990. "Intra-Household Resource Allocation: An Inferential Approach." *Journal of Human Resources* 25 (4): 635–64.
- Thomas, Duncan, John Strauss, and Maria-Helena Henriques. 1990. "Child Survival, Height for Age, and Household Characteristics in Brazil." *Journal of Development Economics* 33 (2): 197–234.
- Udry, Christopher. 1996. "Gender, Agricultural Production, and the Theory of the Household." *Journal of Political Economy* 104 (5): 1010–46.

- United Nations Department of Economic and Social Affairs. 2009. "World Population Prospects 2009." United Nations, New York.
- . 2010. "The World's Women 2010: Trends and Statistics." United Nations, New York.
- Vargas Hill, Ruth, and Marcella Vigneri. 2009. "Mainstreaming Gender Sensitivity in Cash Crop Markets Supply Chains." International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- Waddington, Hugh, Birte Snilstveit, Howard White, and Lorna Fewtrell. 2009. "Water, Sanitation and Hygiene Interventions to Combat Childhood Diarrhoea in Developing Countries." International Initiative for Impact Evaluation 31E, Synthetic Review, New Delhi, London, and Washington, DC.
- WHO (World Health Organization). 2005. "WHO Multi-country Study on Women's Health and -Domestic Violence against Women: Initial Results on Prevalence, Health Outcomes and Women's Responses." WHO, Geneva.
- WHO, UNICEF (United Nations Children Fund), UNFPA (United Nations Population Fund), and World Bank. 2010. "Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2008." WHO, Washington, DC.
- World Bank. 2001. "Engendering Development—Through Gender Equality, Resources, and Voice." Policy Research Report, World Bank, Washington, DC.
- . 2005. *World Development Report 2006: Equity and Development*. New York: Oxford University Press.
- . 2008. *Growth Report. Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development*. Washington, DC: World Bank.
- . 2011. "Defining Gender in the 21st Century: Talking with Women and Men around the World, A Multi-Country Qualitative Study of Gender and Economic Choice." World Bank, Washington, DC.
- Yount, Kathryn M., and Jennifer S. Carrera. 2006. "Domestic Violence against Married Women in Cambodia." *Social Forces* 85 (1): 355–87.

Sumário do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012

Prefácio

Agradecimentos

Abreviações e notas sobre dados

Visão Geral

Introdução

PARTE I AVALIAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

1 Uma onda de progresso

2 A persistência da desigualdade de gênero

Capítulo 1 Caminhos das mulheres para o empoderamento: todos os caminhos levam a Roma?

PARTE II O QUE CONDUZ O PROGRESSO? O QUE O IMPEDE?

3 Educação e saúde: Onde as diferenças de gênero são realmente importantes?

4 Promoção da capacidade de decidir das mulheres

Capítulo 2 O declínio do chefe de família: o homem no século XXI

5 Diferenças de gênero no local de trabalho e por que elas são importantes

6 Impacto da globalização na igualdade de gênero: O que aconteceu e o que é necessário

Capítulo 3 Mudança de idade, mudança de corpo, mudança de tempo — meninos e meninas adolescentes

PARTE III O PAPEL E O POTENCIAL PARA A AÇÃO PÚBLICA

7 Ação pública para a igualdade de gênero

8 A economia política da reforma de gênero

9 Uma agenda global para maior igualdade de gênero

Nota bibliográfica

Referências

Indicadores selecionados

Indicadores selecionados do desenvolvimento mundial

Índice

Four easy ways to order

ONLINE:
www.worldbank.org/publications

FAX:
+1-703-661-1501

PHONE:
+1-703-661-1580 or
1-800-645-7247

MAIL:
P.O. Box 960
Herndon, VA 20172-0960, USA

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012 Igualdade de Gênero e Desenvolvimento	PRICE	QTY	TOTAL
Paperback: (ISBN: 978-0-8213-8810-5) SKU 18810	US\$26.00		
Hardcover: (ISBN: 978-0-8213-8825-9) SKU 18825	US\$50.00		
Prices vary by country as World Bank Publications offers geographical discounts on its titles. Please visit publications.worldbank.org/discounts		Subtotal	
Within the US (prepaid orders): \$8 per order + \$1 per item.		Geographic discount*	
Outside of the US: • Nontrackable airmail delivery (US\$7 per order + US\$6 per item). Delivery time: 4-6 weeks • Trackable couriered airmail delivery (US\$20 per order + US\$8 per item). Delivery time: 2 weeks.		Shipping and Handling**	
		Total US\$	

MAILING ADDRESS

Name _____

Organization _____

Address _____

City _____

State _____ Zip _____

Country _____

Phone _____

Fax _____

Email _____

METHOD OF PAYMENT

- Charge my
 Visa Mastercard American Express

Credit card number _____

Expiration date _____

Name _____

Signature _____

- Enclosed is my check in US\$ drawn on a U.S. bank and made payable to the World Bank

Customers outside the United States

Contact your local distributor for information on prices in local currency and payment terms

<http://publications.worldbank.org/booksellers>

THANK YOU FOR YOUR ORDER!



WORLD BANK
Publications

The reference of choice on development

ECO-AUDITORIA

Declaração de Benefícios Ambientais

*O Banco Mundial está comprometido com a preservação das florestas em perigo de extinção e dos recursos naturais. O Escritório do Editor foi escolhido para a impressão do **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012: Visão Geral** em papel reciclado com 50% de fibra pós-consumo, em conformidade com os padrões recomendados para o uso de papel estabelecidos pela Iniciativa da Imprensa Verde, um programa sem fins lucrativos que apoia editores no uso de fibra que não provenha de florestas em perigo de extinção. Para obter informações mais detalhadas favor consultar o website www.greenpressinitiative.org.*

Foram salvos:

- 49 árvores
- 20 milhões de BTUs de energia total
- 2.291 kg de gases líquidos do efeito estufa
- 86.227 litros de águas servidas
- 654 kg de resíduos sólidos



A vida das mulheres em todo o mundo tem melhorado drasticamente a um ritmo e com uma abrangência difíceis de imaginar até mesmo 25 anos atrás. As mulheres tiveram ganhos sem precedentes em direitos, educação, saúde e em acesso a empregos e meios de subsistência. Mais países do que nunca garantem direitos iguais perante a lei em questões de posse de terra, casamento e outros domínios. Os hiatos de gênero no ensino fundamental têm sido preenchidos em muitos países, embora em um terço de todos os países as meninas agora excedam os meninos no ensino médio. E mais mulheres jovens do que homens frequentam universidades em 60 países. As mulheres estão usando sua educação para participar mais da força de trabalho: agora elas constituem 40% da força de trabalho global e 43% de todos os agricultores. Além disso, as mulheres agora vivem mais do que os homens em todas as partes do mundo.

Apesar do progresso, hiatos permanecem em muitas áreas. As mulheres têm mais probabilidade de morrerem, em relação aos homens, em muitos países de renda baixa e média, em comparação às suas contrapartes nos países de renda alta, principalmente na infância e durante o período reprodutivo. As matrículas de meninas nos ensinos fundamental e médio permanecem bem menores do que as matrículas de meninos em muitos países da África Subsaariana e em algumas partes do Sul da Ásia e entre as populações desfavorecidas. As mulheres têm mais probabilidade do que os homens de terem um trabalho familiar não remunerado ou no setor informal e de trabalharem em terrenos menores e em setores menos lucrativos, e geralmente menos remunerativos. As mulheres, principalmente mulheres pobres, têm menos voz ativa nas decisões e menos controle sobre os recursos domiciliares. E na maioria dos países, as mulheres participam menos da política formal do que os homens e são sub-representadas em seus escalões superiores.

O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento* argumenta que o preenchimento desses hiatos persistentes de gênero é importante. É importante porque a igualdade de gênero é um objetivo fundamental de desenvolvimento por direito próprio. Mas é também uma economia inteligente. Uma maior igualdade de gênero pode aumentar a produtividade, melhorar os resultados de desenvolvimento para a próxima geração e tornar as instituições mais representativas.

Com base em um crescente conjunto de conhecimentos sobre a economia da igualdade de gênero e desenvolvimento, o Relatório identifica as áreas onde os hiatos de gênero são mais significativos, tanto intrinsecamente quanto em termos do potencial benefício do seu desenvolvimento, e onde o crescimento por si só não pode solucionar os problemas. Ele define quatro prioridades para uma ação pública:

- Redução da mortalidade feminina excessiva e preenchimento dos hiatos em educação onde eles ainda existem
- Melhoria do acesso às oportunidades econômicas para as mulheres
- Aumento da participação e da capacidade de decidir das mulheres na família e na sociedade
- Limitação da reprodução da desigualdade de gênero entre as gerações.

As políticas precisam enfocar os determinantes subjacentes de hiatos de gênero em cada área prioritária. Em algumas áreas prioritárias, tais como mortalidade feminina excessiva e nos primeiros meses de vida, nos primeiros anos da infância e no período reprodutivo, a melhoria da prestação de serviços (principalmente de água potável e saneamento e cuidados de saúde materna) é de fundamental importância. Para outras áreas prioritárias, como hiatos de gênero em ganhos e produtividade, as políticas precisam enfrentar as várias restrições que emergem do funcionamento dos mercados e instituições para impedir o progresso. Os formuladores de políticas precisarão priorizar essas restrições e abordá-las de modo simultâneo ou sequencial.

Apesar de as políticas nacionais serem fundamentais para a redução das desigualdades de gênero, os parceiros de desenvolvimento devem se concentrar na complementação desses esforços em cada uma das quatro áreas prioritárias e no apoio da ação pública baseada em evidências por meio de mais dados, avaliação e aprendizagem. Isso exigirá uma combinação de mais recursos financeiros, esforços para promover a inovação e a aprendizagem, além de parcerias mais abrangentes. Os recursos financeiros devem ser direcionados principalmente para apoiar os países mais pobres na redução da mortalidade feminina excessiva e hiatos de gênero em educação. Investimentos são necessários para melhorar a disponibilidade de mais dados divididos por gênero e apoiar mais experimentação e avaliação sistemática. E as parcerias devem abranger o setor privado, organismos de desenvolvimento e organizações da sociedade civil.

